UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE

FLÁVIA KELLYANE MEDEIROS DA SILVA SANTOS

MEIO SOL AMARELO E A CRÍTICA AO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO SOBRE A ÁFRICA: BIAFRA E A RESISTÊNCIA IGBO

CAMPINA GRANDE-PB
2017

FLÁVIA KELLYANE MEDEIROS DA SILVA SANTOS

MEIO SOL AMARELO E A CRÍTICA AO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO SOBRE A ÁFRICA: BIAFRA E A RESISTÊNCIA IGBO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Culturais, na linha de pesquisa Literatura, Memória e Estudos Culturais, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza

CAMPINA GRANDE-PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237m Santos, Flávia Kellyane Medeiros da Silva.
Meio Sol Amarelo e a crítica ao pensamento eurocêntrico sobre a África [manuscrito] : Biafra e a resistência IGBO / Flávia Kellyane Medeiros da Silva Santos. - 2017.
160 p.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza, Departamento de Letras".

1.Guerra do Biafra. 2. Etnia. 3. Pós-colonialismo. 4. Subalternização. 5. Mulher africana. 6. Análise literária. I. Título.
21. ed. CDD 801.95

FLÁVIA KELLYANE MEDEIROS DA SILVA SANTOS

MEIO SOL AMARELO E A CRÍTICA AO PENSAMENTO EUROCÊNTRICO SOBRE A ÁFRICA: BIAFRA E A RESISTÊNCIA IGBO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Culturais, na linha de pesquisa Literatura, Memória e Estudos Culturais, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em: 19 de Abril de 2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte Souza – UEPB
Orientadora

Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega – UFCG
Examinadora

Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra - UEPB
Examinadora

A Deus, em quem me abrigo.

Ao meu marido e companheiro de jornada, Haroldo Santos.

Ao meu filho, meu mais precioso tesouro, Nícolas Santos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, meu porto seguro, meu guia e protetor.

A Haroldo, agradeço pelo apoio emocional e palavras de incentivo. Além da sua prontidão em me ajudar em cada etapa desta pós-graduação. Ao meu filho Nícolas, razão do meu viver, motivo que me incentiva a lutar por grandes conquistas na vida.

Aos meus queridos pais, Rivaildo e Zilda, pelas orações e confiança na minha capacidade. Às minhas estimadas irmãs, Sarah e Renata, pessoas com as quais sei que posso contar.

À minha prezada orientadora, Zuleide Duarte, pela presença constante, por acreditar em mim, por impulsionar a pesquisa, abrindo as portas de seu acervo pessoal, deliberadamente. Sou-lhe grata por me ajudar a crescer nos caminhos da literatura e por ter me permitido conviver ao lado de um ser humano tão generoso. És um grande exemplo!

À Capes, pelo incentivo financeiro que possibilitou o andamento da pesquisa.

A meus companheiros de turma, pelas discussões e debates promovidos em sala. Sou grata a Maria, Laura e Paulo pelas conversas descontraídas e apoio emocional. Cresci muito ao lado de vocês.

A todos os professores do PPGLI, grandes mestres que iluminaram o caminho para a passagem do conhecimento científico. Às professoras Rosilda Alves e Marta Nóbrega, que compuseram a banca de qualificação e de defesa do trabalho, agradeço às sugestões de leitura e observações para o bom andamento da pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade que, através da Universidade Estadual da Paraíba, têm proporcionado pesquisas importantes para os literários e culturais. Sou grata pela oportunidade!

Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: "Não há mais o que ver", saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

José Saramago

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar a forma como o romance de Chimamanda Adichie (2008) tece críticas severas ao parecer eurocêntrico e difamatório sobre a África e os seus costumes. A obra *Meio Sol Amarelo* (2008) representa o *corpus* deste estudo, pois permite ler uma repreensão aos resquícios do colonialismo, no cenário da guerra do Biafra. O engajamento político da autora contribui para a desconstrução do discurso hegemônico, visando a destruição da imagem equivocada do mundo africano. A situação das mulheres africanas é tema e motivo da escrita de Chimamanda, a qual rechaça o duplo processo de subalternização a elas imposto. A narrativa aborda o conflito civil desencadeado na Nigéria, no final dos anos 60, a Guerra de Biafra, embate entre etnias, que levou a comunidade *igbo* à dizimação pela fome e falta de armas. Os conflitos tiveram o concurso do antigo colonizador, a Inglaterra, que franqueou armas e munições, permitindo o desastre ocorrido em uma luta desigual. Os impactos causados pela colonização no continente africano, justificados pelo discurso imperialista, são rechaçados no romance, de forma contundente. A análise fundamenta-se na teoria pós-colonial apontando erros enraizados nos discursos científicos e literários ocidentais sobre a história e cultura da África. Em *Meio Sol Amarelo,* Olanna e Kainene lançam-se na luta pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e pela independência do seu povo, enfrentando a guerra e o maior inimigo: a FOME. A mulher africana, protagonista do romance, assume a posição dos generais da guerra, adotando o comando das causas familiares e sociais num contexto permeado pela barbárie humana representando as rupturas com a tradição e a quebra de paradigmas eurocêntricos. Os postulados teóricos utilizados na pesquisa são propostos por Edward Said (1990, 2011), Homi Bhabha (1998), Ella Shohat e Robert Stam (2006), Gaiatry Spivak (1994,1999), Inocência Mata (2007), Ana Mafalda Leite (2007), Thomas Bonnici (2000, 2003, 2006), Chinua Achebe (2009, 2012) e Ngugi Thiongo (1997).

Palavras-Chave: Guerra do Biafra. Etnia. Pós-colonialismo. Subalternização. Mulher.

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate how a contemporary African novel develops a critique of the Eurocentric discourse on Africa. The work Half of a Yellow Sun (2008) by Chimamanda Adichie represents the corpus of this study, as it allows us to read a rebuke to the remnants of colonialism in the scenario of the Biafra war. The author's political engagement contributes to the deconstruction of the hegemonic discourse, aiming at destroying the mistaken image of the African world. The situation of African women is the theme and motive of Chimamanda's writing, which rejects the double process of subalternization imposed upon them. The narrative addresses the civil conflict unleashed in Nigeria in the late 1960s, the Biafra War, a clash between ethnic groups, which led the Igbo community to decimation by starvation and lack of weapons. The conflicts had the concurrence of the former settler, England, who crossed arms and ammunition, allowing the disaster occurred in an unequal struggle. The impacts caused by colonization on the African continent, justified by the imperialist discourse, are bluntly rejected in the novel. The analysis is based on postcolonial theory pointing to errors rooted in Western scientific and literary discourses on the history and culture of Africa. In Half Sun Yellow, Olanna and Kainene embark on the struggle for recognition and appreciation of their culture and for the independence of their people, facing the war and the biggest enemy: HUNGER. The African woman, protagonist of the novel, assumes the position of the generals of the war, adopting the command of the familiar and social causes in a context permeated by the human barbarity representing the ruptures with the tradition and the breakdown of Eurocentric paradigms. The theoretical postulates used in the research are proposed by Edward Said (1990, 2011), Homi Bhabha (1998), Ella Shohat and Robert Stam (2006), Gaiatry Spivak (1994,1999), Innocence Mata (2007), Ana Mafalda Leite 2007), Thomas Bonnici (2000, 2003, 2006), Chinua Achebe (2009, 2012) and Ngugi Thiongo (1997).

Keywords: Biafra War. Ethnicity. Postcolonialism. Subalternization. Woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

I **ENTRE COLÔNIAS E IMPÉRIOS: A DESCONTRUÇÃO DO DISCURSO EUROCÊNTRICO SOBRE A ÁFRICA** 14

1.1 QUESTÕES HISTÓRICAS: O IMPACTO DA COLONIZAÇÃO NA ÁFRICA 14

1.1.1 A colonização britânica na África: o caso da Nigéria 22

1.2 A TEORIA PÓS-COLONIAL E OS ESTUDOS LITERÁRIOS 30

1.2.1 Uma crítica pós-colonial ao discurso teórico e literário ocidental....34

1.3 A ESCRITA LITERÁRIA COMO CONTRAPOSIÇÃO ÀS AMARRAS COLONIAIS 41

II MEIO SOL AMARELO E A RESPOSTA ÀS BARREIRAS DO PENSAMENTO CRÍTICO E LITERÁRIO OCIDENTAL 51

2.1 CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE E A REFLEXÃO SOBRE O PERIGO DA HISTÓRIA ÚNICA 51

2.2 O REPÚDIO AO NOME DIFAMADO DA ÁFRICA: COM A PALAVRA, O AFRICANO IGBO 61

2.3 A IMPORTÂNCIA DA MULHER AFRICANA NO ESPAÇO DA ESCRITA LITERÁRIA 79

2.4 PÓS-COLONIALISMO E A SITUAÇÃO DA MULHER AFRICANA.....83

2.4.1 Da voz quase silenciada à gritos de resistência: com a palavra a mulher igbo.....86

III ENTRE GRITOS DE DENÚNCIA E RESISTÊNCIA: A GUERRA DE BIAFRA E O ENALTECIMENTO DA MULHER IGBO 101

3.1 A FICÇÃO DE MÃOS DADAS COM A HISTÓRIA 101

3.2 ENTRE UM MOSAICO DE TRAIÇÕES, UMA BANDEIRA COM MEIO SOL AMARELO 108

3.3 QUANDO O SUBALTERNO FALA: O MUNDO ESTAVA CALADO QUANDO NÓS MORREMOS.....128

3.4 SOB OS SÓIS DA GUERRA, A MULHER IGBO.....135

CONCLUSÃO.....149

REFERÊNCIAS.....151

ANEXO 1.....157

INTRODUÇÃO

O discurso colonial construiu a imagem da África a partir de práticas teóricas e literárias imperialistas, com base em sérias difamações, que levaram o africano a ocupar um espaço rebaixado, tendo sua história e cultura desvalorizadas. Sendo assim, os equívocos eurocêntricos, presentes no discurso colonial, por muito tempo, serviram para justificar as práticas abusivas do colonizador, que afirmava ser o colonizado um sujeito naturalmente propenso à dominação, precisando ser domesticado e seu espaço ocupado para que fosse bem governado. Para justificar seu domínio, o colonizador recorreu às piores imagens para caracterizar os autóctones. Nas palavras de Fanon (1968), o colono fez do colonizado uma espécie de quintessência do mal.

> A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (p. 31).

Levando em conta o pensamento do filósofo martinicano, verifica-se que o colonizador optou por atitudes aniquiladoras em relação a imagem, identidade, território, história e cultura do africano, reduzindo-o a um mero elemento da natureza, um selvagem. Portanto, a desumanização da África ofereceu ao colonialismo o pretexto de que ela precisava ser civilizada, sendo o homem branco o único supostamente capaz de levar a salvação ao caos que julgava haver nela. Ainda considerando Fanon (1968), sobre as divisões existentes no mundo colonizado, “por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica” (p. 31). Então, considerando a depreciação dos valores africanos pelo

Ocidente, esta pesquisa se debruça sobre o tema que envolve a desconstrução do discurso histórico eurocêntrico sobre a África, na literatura africana pós-colonial, de autoria feminina.

O que se percebe é que essas produções literárias oferecem respostas significativas e contundentes à visão deturpada do homem branco sobre as terras do ultramar. Nelas se apresentam as vozes obliteradas no processo de construção do conhecimento sobre a história e cultura africana. Nesse sentido, a problemática que norteou este trabalho dissertativo circula em torno do seguinte questionamento: como ocorre a desconstrução do discurso histórico eurocêntrico sobre a África, em *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Adichie (2008)? O romance trata sobre o conflito civil ocorrido na Nigéria pós-independente, conhecido como a Guerra de Biafra, que dizimou centenas de *igbos*. É permeado por personagens africanas, a maioria representantes dessa etnia, que se mostram plenamente conscientes sobre os problemas existentes no contexto social em que se inserem. Através de suas vozes vai se construindo duras críticas ao discurso eurocêntrico, desfazendo seus equívocos. Além disso, as personagens femininas configuram-se como um grande diferencial na narrativa, pois através delas se denunciam não apenas os abusos coloniais, mas também as atrocidades culturais cometidas contra a mulher.

Então, para melhor compreender essas acepções, parte-se da análise do *discurso eurocêntrico* como veículo de difamação sobre a África e os africanos; da verificação dos mecanismos de *subalternização* que submetem a mulher *igbo* as opressões patriarcais; da compreensão sobre a relação entre *discurso ficcional* e *discurso histórico*, para entender a abordagem da Guerra de Biafra em *Meio Sol Amarelo* (2008).

Ao desenvolver esse processo, a pesquisa teve como *objetivo principal* investigar a forma como o romance de Chimamanda Adichie (2008) tece críticas severas ao parecer eurocêntrico e difamatório sobre a África e os seus costumes. Nos *objetivos específicos*, analisou-se as respostas dadas pelos personagens *igbos* às posturas eurocêntricas sobre a África e os africanos; observou-se a denúncia e os gritos de resistências à subalternização feminina, imposta pelo sistema patriarcal, instalado na cultura *igbo*; averiguou-se a

representação da Guerra de Biafra no romance objeto; verificou-se o enaltecimento da mulher *igbo* num contexto de guerra.

Por conseguinte, esta dissertação é de cunho bibliográfico, tomando como base a análise literária do romance *Meio Sol Amarelo* (2008), que se dividiu em duas etapas: primeiramente, foi feito um estudo bibliográfico científico, ancorado nas pesquisas históricas e literárias, que atuam sob o viés das teorias pós-coloniais. Nesse momento, buscou-se o aprofundamento teórico sobre as questões que envolvem os impactos da colonização na África, que colocou o africano como sujeito passivo na construção do conhecimento de si. Além disso, as teorias estudadas possibilitaram uma melhor compreensão sobre a importância das produções literárias pós-coloniais, não apenas para contestar as posturas eurocêntricas, mas também para valorizar a situação da mulher africana.

Num segundo momento, foi feito o levantamento do *corpus* da pesquisa, delineado no romance. Aqui parte-se das falas dos nigerianos *igbos*, Odenigbo, professor universitário, e de seus amigos catedráticos, que contestam as versões históricas difamatórias sobre a África e os seus. Também se considera as ações da personagem britânica, Susan, como a representação do racismo e preconceito do homem branco para com os africanos, em específico, os nigerianos. Outro dado importante para o desenvolvimento deste estudo, foi a constatação do crescimento intelectual do jovem aldeão Ugwu que, partindo de uma realidade simples e tradicional, passou a dominar os estudos e as leituras, tornando-se um futuro porta-voz da nação igbobiafrense. Por último, e mais importante, partiu-se para as ações desenvolvidas pelas protagonistas, Olanna e Kainene, vendo-as como as grandes heroínas da narrativa, pois vivenciam papéis cruciais no desmantelamento do patriarcalismo de sua cultura, assim como, mostram a guerra a partir do olhar feminino.

Para isso, contou-se com as contribuições teóricas de diversos estudiosos importantes, citando-se os principais como: Said (1990;2011), para entender as práticas literárias e científicas eurocêntricas, que contribuíram para a difamação da história e da cultura dos não-ocidentais; Com Chinua Achebe (2009;2012) observou-se a importância da literatura africana, no âmbito nigeriano, como modo de responder contrariamente os equívocos coloniais sobre a África; estudando Inocência Mata (2007) houve a compreensão da

literatura africana da pós-colonialidade, escrita por mulheres, como fonte de grande valia para o acesso à voz dos sujeitos silenciados pelo colonialismo e pela cultura patriarcal; sob a perspectiva de Bonnici (2000;2007) e de Spivak (1994;2010) percebeu-se a importância do discurso feminista pós-colonial, voltado para as necessidades da mulher não-ocidental; a teoria desenvolvida por Pesavento (2006) auxiliou na compreensão da relação entre literatura e história como discursos que se entrelaçam, contribuindo para enriquecer a construção de sentido sobre determinado fato histórico.

A grande relevância desta pesquisa consiste no fato de considerar que a literatura africana pós-colonial, escrita por mulheres, funciona como um importante dispositivo de desconstrução da visão colonialista e difamatória sobre o africano e sua cultura. Ela também mobiliza mecanismos de denúncia sobre a opressão da mulher, que mesmo circulando numa realidade livre da dominação colonial, continua presa às imposições subalternas do patriarcalismo cultural. Por isso, a importância de valorizar a escrita da África no âmbito dos estudos literários e culturais, para que se passe a ouvir as vozes dos sujeitos silenciados, como a mulher, nos processos de construção do conhecimento artístico, histórico e cultural do mundo. Portanto, espera-se que o trabalho desenvolvido nesta Dissertação fomente outras pesquisas literárias, atreladas aos Estudos Culturais, que considerem a literatura produzida por mulheres africanas, com intuito de abrir espaços para que os sujeitos pós-coloniais possam falar por si mesmos.

Diante dessas considerações iniciais, delineia-se uma breve explanação da organização do trabalho, que se divide em cinco partes: a introdução, três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo, intitulado *Entre colônias e impérios: a desconstrução do discurso eurocêntrico sobre a África*, discutirá os impactos causados pela colonização no continente africano, voltando-se especificamente para o caso da Nigéria. Nessa discussão, será traçado o estatuto teórico da crítica pós-colonial que instaura uma nova percepção sobre a realidade não-ocidental.

Já o segundo capítulo, nomeado *Meio Sol Amarelo e a resposta ao pensamento crítico e literário ocidental*, se debruçará sobre a função da literatura como contraposição ao Ocidente e sua prática excludente, refletindo sobre a escrita de Chimamanda Adichie como meio para se evitar os caminhos

que levam a uma história única de um povo. Com base nisso, inicia-se a investigação do romance, quanto ao recurso que ele utiliza para contrariar a difamação europeia sobre a África, tendo em vista as ações dos personagens *igbos*. Nesse direcionamento, ocorre também a análise das protagonistas femininas, indicativas da proclamação da liberdade da mulher, que sofre com o processo de dupla subalternização.

Por fim, o terceiro capítulo, que tem por título *Entre gritos de denúncia e resistência: a Guerra de Biafra e o enaltecimento da mulher igbo*, analisa a abordagem da Guerra de Biafra na perspectiva do romance *Meio Sol Amarelo* (2008), levando em consideração o relato feito por personagens que simbolizam vozes historicamente silenciadas, como a da mulher.

CAPÍTULO 1

ENTRE COLÔNIAS E IMPÉRIOS: A DESCONTRUÇÃO DO DISCURSO EUROCÊNTRICO SOBRE A ÁFRICA

1.1 QUESTÕES HISTÓRICAS: O IMPACTO DA COLONIZAÇÃO NA ÁFRICA

Estudos historiográficos recentes, acerca do período de colonização no continente africano, baseando-se numa perspectiva não-ocidental, asseguram a existência de uma soberania política e cultural dos povos desse território, antes dos anos 1880, do século XIX. No entanto, constatam que tal realidade acabou sendo minimizada pela implantação do regime colonial europeu, que a partir desse período, com exceção da Etiópia e da Libéria, passou a dominar a África. Para discutir essas questões, considera-se a *Coleção da História Geral da África*, que em seus oito volumes abordam fatores correspondentes ao período pré-histórico do continente africano, assim como, os acontecimentos mais recentes. Sua produção foi realizada com o objetivo de possibilitar uma melhor compreensão a respeito da história e cultura da África, em que esse continente receberá o devido reconhecimento de sua grande colaboração para a formação histórica da humanidade. O material reúne textos científicos, escritos por historiadores não-ocidentais. Trata-se de um trabalho realizado em torno de 30 anos, contando com a colaboração de 350 especialistas, organizado pela coordenação de um comitê científico internacional, formado por 39 intelectuais, em sua maioria africanos (SILVÉRIO, 2013).

Reconhecendo a importância da cultura africana para a formação histórica do Brasil, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com o Ministério da Educação (MEC), deram início ao programa *Brasil-África: Histórias cruzadas*. Tal ação foi impulsionada pela promulgação da Lei 10.639 de 2003, que incentiva a abordagem do ensino a respeito da cultura afro-brasileira e africana, na educação básica no Brasil. Nesse trabalho há o reconhecimento de que a ligação entre África-Brasil é um elemento

enriquecedor para a cultura brasileira. O propósito desse projeto constitui-se pela valorização da diversidade cultural do país. Seu primeiro passo se sucedeu com a tradução, para o português, da *Coleção da História Geral da África*, que, inicialmente, foi publicada em francês, até meados dos anos 1980. Esse trabalho surgiu a partir do desejo das nações africanas descolonizadas de contarem suas histórias, a partir de um ponto de vista próprio, criticando a perspectiva eurocêntrica e estereotipada da historiografia ocidental (SILVÉRIO, 2013). É com base nesses estudos que serão tecidas as considerações que compõe este tópico da pesquisa.

De 1880 até meados de 1914 o continente africano sofreu a maior partilha, nunca antes vivida, provocada pela Europa industrializada. Foi o momento em que a África teve que presenciar seu território sendo retalhado pelos países detentores da tecnologia e do conhecimento científico, e que por isso, se viam no direito e dever de explorar e dominar espaços alheios, tidos como inferiores e propensos à dominação. Deste modo, os europeus conseguiram conquistar, apropriar-se e repartir entre eles os territórios da África, porque estavam com mais vantagem (UZOIGWE, 2010). A ação dos missionários e exploradores europeus oferecia um conhecimento amplo a respeito da cultura e da economia da sociedade africana, fator que não foi e não registrou a menor reciprocidade quando a questão focava o caminho África/Europa. Isto significa que o europeu se beneficiava dos bens extraídos da África, mas a recíproca não era verdadeira.

Outro elemento favorável para o colonizador é que detinham a tecnologia e a ciência, que ampliavam e fortaleciam suas ações. Então, em consequência da Revolução Industrial na Europa, eles tinham recursos materiais e financeiros bem superiores aos parcos meios de que dispunham os africanos. Portanto, se essas potências podiam e estavam dispostas a investir milhões de libras em campanhas ultramarinas, em direção à África, os povos nativos não teriam condições de lutar contra tais atribuições, pois tratava-se de uma batalha desigual.

Um fator preponderante que contribuiu para a colonização do povo africano, foram as rivalidades entre os grupos étnicos, já que eram tão

diferentes uns dos outros. A África é formada por uma significativa diversidade étnica e cultural, o que muitas vezes resultou, e resulta ainda, em batalhas e rivalidades entre os naturais do continente, bem como das regiões separadas por leis tribais. Isso, ao olhar eurocêntrico, tornou o continente frágil diante da organização e da agregação de interesses reinante entre os europeus, erroneamente nomeada pela palavra união. Essas instituições congregavam povos que nutriam o propósito comum de dominar o mundo. Então, além de se aproveitarem das constantes batalhas entre os grupos nativos, esses autonomeados conquistadores possuíam uma grande força militar, aspectos bastante decisivos para a conquista e exploração da África desarmada e, até certo ponto, desavisada no que tange à ganância desses invasores.

Enquanto o colonizador se valia de exércitos bem treinados, nem todos os Estados africanos podiam desfrutar dessa realidade e menos ainda de potencial econômico para, eventualmente, contratar serviços como esse. De acordo com Uzoigwe (2010), os termos da Convenção de Bruxelas[1], ocorrida em 1890, determinavam que os europeus eram proibidos de vender armas ao colonizado, e isto fez perpetuar-se a pouca variedade de armamentos para esse povo, que dispunha, apenas, de equipamentos improvisados e ultrapassados, impotentes perante o gigantismo armado do colonizador.

> Em vista das vantagens econômicas, políticas e, sobretudo, militares e tecnológicas das potências europeias em relação às sociedades africanas, fica evidente que a luta foi desigual e não surpreende que tenham podido vencer a África com relativa facilidade" (UZOIGWE, 2010, p. 46).

De acordo com Betts (2010), a justificativa que consagrou a dominação europeia era que tal potência poderia oferecer para o continente africano o desenvolvimento econômico e social. A finalidade dessa presença era definida como um protetorado ou uma tutela.

---

[1] Tratado assinado por dezessete Estados europeus em 1890, determinando o fim da escravização do povo africano, empenhada por qualquer potência europeia. No entanto, permitiu a continuidade da ação colonizadora desses ocidentais na África, que continuaram subjugando os povos nativos aos seus interesses imperialistas (UZOIGWE, 2010).

> Como proclamava o artigo 22 do pacto da Sociedade das Nações[2], o empreendimento colonial, sobretudo na África, passaria a ser promovido em nome de um ideal superior de civilização e convinha confiar a tutela desses povos às populações coloniais desenvolvidas (BETTS, 2010, p. 355).

Por trás desse discurso é possível identificar a noção do sentimento de superioridade do europeu, em relação aos africanos, pois, como apregoa a visão darwiniana sobre a evolução das espécies, a lei do mais forte, no caso, o europeu, dominaria o mais fraco, o africano, nesta lógica. “Durante séculos, a arte de governar e a história diplomática dos Estados europeus justificaram que uma potência europeia colonizasse e submetesse às suas leis uma sociedade não-ocidental” (MAZRUI, 2011, p.24).

Segundo Opoku (2010), os colonizadores europeus fundamentavam sua intervenção através da visão de que para implantar o progresso na África era preciso extirpar a cultura nativa. Para isso, a Europa se valia da ação missionária para transplantar a sua cultura no ambiente africano. Delegava aos seus representantes (missionários cristãos) a tarefa de tentar converter os nativos ao cristianismo, pois dessa maneira eles estariam aderindo automaticamente aos costumes dos ocidentais. Os europeus não separavam a vida da religião, mas curiosamente queriam incutir a disjunção desses dois elementos na mentalidade do nativo. A vista disso, estariam atacando diretamente a base da cultura africana, que era justamente a junção entre vida e sagrado, e assim, dirimindo as ações dos chefes tradicionais, que eram respeitadas pelo povo. Ao serem ensinados do contrário, os africanos foram admoestados a se converterem ao cristianismo, o que culminaria na sua adesão à vida ocidental. Para isso, teriam que extirpar costumes tradicionais, como a crença em forças sobrenaturais, nos deuses, na feitiçaria, nos sacrifícios, nos rituais e na veneração dos antepassados, tratados pela evangelização europeia como atividades demoníacas.

---

[2] Sociedade das Nações é também conhecida como Liga das Nações, formada pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial. Criada em 1919, em Versalhes, na França, a Liga agrupou estes países com o propósito de estabelecer um acordo de paz entre eles (BETTS, 2010).

Portanto, para se tornar cristão era preciso, praticamente, deixar de ser africano e ter como única referência identitária o europeu. “O cristianismo exercia, portanto, uma força desagregadora sobre a cultura africana” (OPOKU, 2010, p. 612). De acordo com esse entendimento, compreende-se que as missões cristãs estavam aliadas ao projeto imperialista, tendo em vista que a ação dos missionários ocidentais permitia o avanço eficiente e contínuo no ambiente não-ocidental. Desde então, ficou notório que o cristianismo simbolizava a força e o poder do homem branco.

Boahen (2010) levanta um questionamento importante acerca dos estudos que envolvem os impactos do colonialismo na África, que diz respeito à existência de poucas pesquisas que abordem a reação dos nativos perante a brusca ocupação europeia, em seu território. Neste questionar, o historiador faz questão de ressaltar que, ao contrário do que apregoa a historiografia ocidental, houve sim uma significativa resistência por parte das autoridades africanas que visavam manter sua soberania e independência. O teórico comprova em seus estudos a existência de diversas declarações documentadas da época, demonstrando que tais governantes não estavam dispostos a ceder facilmente ao regime colonial. De fato, aconteceu de alguns líderes africanos estarem abertos à ocupação europeia, mas num sentido de enxergarem nesta prática, importantes melhorias para seu país, a exemplo da construção de escolas e universidades implantadas pelos missionários advindos da Europa.

Assim, os africanos não tinham intenção de barrar bruscamente as intervenções europeias, tendo em vista que se consideravam capazes de enfrentá-las, caso resolvessem ultrapassar os limites. Contudo, esses povos não esperavam que o advento da Revolução Industrial e o forte crescimento tecnológico iriam aguçar a ambição nos europeus, que passaram a estabelecer, a partir de 1880, a era de um novo imperialismo. A simples troca de bens não satisfazia mais o homem branco, e agora buscavam com afinco, a dominação política, cultural e econômica da África. Além disso, os chefes nativos não sabiam que seus armamentos eram inferiores perante a inovação tecnológica que o colonizador dominava, e de que eles tinham as mais potentes armas.

Nesse seguimento, Boahem (2010) direciona sua crítica acerca da maneira como os estudos da historiografia africana abordavam a dominação europeia na África. Ele aponta que tais estudos desconsideravam as iniciativas e resistências nativas perante essa dominação, apregoando que os povos naturais aceitaram de bom grado o colonialismo, o que não ocorreu de fato. “Está bem claro que os africanos só tinham duas opções: ou renunciar sem resistência a soberania e a independência ou defendê-las a qualquer custo” (p.11). Para eles não importavam as “vantagens” advindas da ocupação europeia, se isso custasse a soberania do seu povo. Por isso, muitos chefes aldeões preferiram morrer nos campos de batalha a entregar facilmente sua independência ao colonizador. Ainda, de acordo com as constatações do historiador, muitos estudiosos ocidentais partem de uma visão simplista e eurocêntrica de que o colonialismo trouxe benefícios e progressos à África e, por isso, os resistentes foram projetados em suas pesquisas como indivíduos sem perspicácia e inteligência, para entender a “verdadeira” finalidade da colonização em seu país.

Concordando com o pensamento de Boahen (2010), um outro historiador, Ranger (2010), afirma que é notório que a dominação europeia na África consiste num fator irreversível, no entanto, não esteve destituído de resistência. Apesar de eles deterem a tecnologia e fortes armamentos não traçaram grandes estratégias, no que culminou com a persistência da luta africana contra o poderio europeu. Entretanto, o estudioso ressalta que esse fator acabou sendo obliterado na história eurocêntrica sobre a colonização da África, em nome do projeto de serem considerados os “vencedores”. O discurso que impera na história sobre esse período constrói a imagem de que a ascendência europeia foi realizada sem grandes esforços e que o africano aceitou pacificamente tal dominação.

Os teóricos anteriormente elencados buscam valorizar as lutas africanas contra a dominação de sua terra e cultura, desmistificando o discurso eurocêntrico sobre a passividade nata apregoada sobre a figura do africano, como se esse aceitasse o processo de subalternização sem nenhum tipo de resistência. É importante ter em mente que o êxito da invasão europeia não pôde suprimir a oposição dos povos da África, como bem ressaltam os teóricos

aqui apresentados. A combatividade do colonizado precisa ser estudada e vista como importante para desconstruir a visão ocidentalista de que os africanos resignaram-se à colonização, e que uma atitude insubordinada acarretou importantes consequências até hoje, principalmente, por ter fomentado um futuro em que se podia prever a descolonização.

O que muitos historiadores não-ocidentais tentam estabelecer, através de seus estudos, é o estímulo para pesquisas historiográficas que refutem as concepções europeias tradicionais, "segundo as quais os povos africanos viram na chegada dos colonialistas um feliz acaso, que os libertava das guerras fratricidas, da tirania das tribos vizinhas, das epidemias e das fomes periódicas" (RANGER, 2010, p. 52). Pensar dessa forma implica dizer que o colonizado submisso era pacífico e o insubordinado era um selvagem sedento por sangue. Os estudos colonialistas não consideram a luta do africano contra a colonização como movimentos bem articulados e referem-se a elas "como reações primitivas e irracionais, ou atribuem-lhes a agitação da minoria sedenta de sangue. O discurso eurocêntrico historiográfico recusava-se a admitir a única interpretação correta: tratava-se de guerras justas de libertação" (*ibidem*, p. 52).

Apesar de muitas lutas contra o domínio ocidental, todas elas fracassaram por motivos já citados, as armas do homem branco eram mais potentes e, logicamente, os naturais não podiam comprar seus armamentos. "Tiveram de lançar mão de armas obsoletas, como espingardas velhas, arcos e flechas, contra canhões e a metralhadora Maxim[3]. A conjugação de todos esses fatores é que explica a derrota dos africanos" (GUEYE & BOAHEN, 2010, p. 166). Mas isso pouco importava, se a causa dos nativos poderia estar viva até hoje nos corações de quem esteve disposto a lutar incessantemente, pela libertação de seu país.

De acordo com Hernandez (2008), a legitimidade científica que permeava o pensamento ocidental lhe conferia autoridade para determinar uma visão imperialista sobre o mundo. Por isso, é possível notar os grandes

[3] Arma criada pelo americano Hiram Maxim, em 1884. Foi utilizada pelos britânicos durante o período de colonização dos povos africanos (FERGUSON, 2010).

equívocos em relação a África produzidos por esse tipo de conhecimento, que trata esse continente com um olhar preconceituoso, desconhecendo a sua realidade.

> Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo (HERNANDEZ, 2008, p. 18).

A estudiosa salienta que as diferenças políticas e culturais entre os povos nativos e europeus foram explicadas de acordo com a visão ocidental, e como eram muito diferentes dos padrões do homem branco, “considerava-se que a África não tinha povo, nem nação, nem Estado; não tinha passado, logo não tinha história” (HERNANDEZ, 2008, p. 18). Concomitantemente, a diversidade que caracteriza bem o continente africano era apresentada com um aspecto que lhe conferia inferioridade. Para o conhecimento científico do Ocidente a África se restringiria a um estado de selvageria, pensamento embasado na visão da natureza, por isso, destituída de historicidade.

Segundo Fanon (1968), o mundo colonizado está repartido em dois: colono e colonizado. As zonas dessa divisão se excluem e se opõe drasticamente, não havendo possibilidade de reconciliação. Além disso, um desses lados, para ser mais específico, o lado do colono, busca sempre se sobressair ao outro, colonizado.

> O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (FANON, 1968, p. 30-31).

Assim, o negro considerado primordialmente pela pigmentação da pele, “condenado da terra”, invocando a metáfora de Fanon (1968), foi tratado como mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, passou a ser também símbolo de uma raça ilusoriamente inferior. Podemos concordar com o pensamento de Hernandez (2008) ao afirmar que é impossível não pensar a respeito da grande dívida da Europa para com a África, responsável por uma partilha compulsória e desordeira de interesses, contemplando ambições puramente políticas e econômicas. Essas, logicamente, visaram apenas o favorecimento do homem branco, escamoteando o africano às situações humanas mais desagradáveis, como a escravidão, a promoção da miséria e a desigualdade social.

Neste primeiro tópico, discutiu-se os aspectos mais gerais da invasão europeia a respeito da África. Passa-se a discorrer, no subtópico a seguir, os impactos causados por esse fenômeno num território mais específico deste continente, a Nigéria, colonizada pelos britânicos. Trata-se da realidade social apresentada no romance objeto desta pesquisa.

1.1.1 A colonização britânica na África: o caso da Nigéria

No romance *Meio Sol Amarelo*, da escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2008), é apresentado o contexto sócio-histórico da Nigéria, que fora colônia dos ingleses durante o período de expansão imperialista. É de grande pertinência refletir, à guisa de apontamentos historiográficos, como se deu o processo de colonização dos *igbos*, etnia da qual fazem parte os personagens protagonistas da obra acima mencionada. A partir desse ponto, parte-se para a abordagem sobre a invasão colonial na África Ocidental, lançando um olhar sobre os impactos causados por esse acontecimento no cotidiano e na cultura do povo nigeriano.

O primeiro contato dos diferentes povos, que compõe a Nigéria, com o colonizador ocorreu no século XV, período de triste convivência com a dura

realidade do tráfico humano, em que os africanos foram violentamente retirados de seu país, para trabalhar como escravos em lugares longínquos do mundo. Foi a partir do século XIX que o Reino Unido assumiu a dianteira do expansionismo colonialista, constituindo-se como a potência europeia mais promissora na exploração da África. Foi durante esse século e começo do XX que a Grã-Bretanha exerceu grande controle sobre o território africano, implantando o seu regime, através da proibição da escravização dos nativos (CROWDER, 2011). Os grupos britânicos que impulsionaram a ocupação inglesa nesse lugar foram os missionários, comerciantes e governantes, sendo que quem recebeu maior notoriedade, por contribuir diretamente para a colonização do povo nigeriano, foram os religiosos cristãos.

O processo de colonização da Nigéria pela Grã-Bretanha durou cerca de quarenta anos e teve sua sede consolidada na cidade de Lagos[4], através da atuação de Frederick Lugard, governante inglês, que nela estabeleceu a colônia da coroa britânica, na segunda metade do século XIX. Segundo Gueye & Boahen (2010), durante o período dessa ocupação os ingleses não abriram mão de exercer seu domínio recorrendo à negociação pacífica ou a tratados de proteção, e no caso da Nigéria esses tratados foram direcionados primeiramente aos *yorubas*[5], alastrando-se posteriormente para outros ambientes do país. Entretanto, em alguns desses lugares eles precisaram recorrer à força, mas isto como último elemento. Cada ponto do continente colonizado reagiu de diversas formas a essa invasão, que poderia variar entre o confronto armado e a formação de alianças.

Como já dito, a atuação dos missionários contribuiu fortemente para a implementação do regime colonial na Nigéria. Baseado no entendimento de que essa ação traria progresso para a África, o ambiente nigeriano sofreu fortes alterações, através das práticas de modernização do país, instauradas pelos europeus. Assim, os ingleses foram, aos poucos, estabelecendo importantes modificações na economia, acreditando que o desenvolvimento moderno poderia tornar os povos que ali viviam mais civilizados. Nesse

---

[4] Maior cidade nigeriana e segunda maior da África, atualmente constitui-se um grande centro urbano localizado no sudoeste da Nigéria.
[5] Grupo étnico africano que ocupa a parte norte e ocidental da Nigéria.

contexto, Lagos tornou-se a capital da Nigéria, um grande centro urbano afetado pela ação modernizadora europeia, que teve seu comércio ampliado para outras regiões do país, graças aos acordos estabelecidos entre líderes locais e os britânicos. No entanto, tal atuação não se deu de forma tão pacífica e muitos chefes aldeões resistiram à presença britânica por acreditarem que ela significaria uma grande ameaça à soberania de seu povo e território.

Segundo Opoku (2010), os africanos resistiram de várias maneiras à ocupação britânica, seja de forma insubordinada, dando continuidade aos seus costumes “pagãos”, ou se convertendo ao cristianismo, mas acrescentando-lhe seus próprios costumes tradicionais. Esses povos contavam com os conhecimentos advindos de suas religiões como uma forma de dificultar as atividades coloniais e tentar dirimir as intimidações aos seus valores.

> Muitas vezes, recorriam à magia, a intervenção dos antepassados e de seus deuses para combater a opressão colonial. Durante as duas primeiras décadas do século XX, os guerreiros *Igbos* do sudeste da Nigéria empregaram esses meios para se defender contra os invasores estrangeiros (OPOKU, 2010, p. 598).

Dito isto, verifica-se o quanto os aldeões tiveram que lutar para a sobrevivência de suas tradições, já que a religião era a base de sua cultura. “A presença europeia significava, portanto, uma dupla pressão: sobre a terra e sobre as tradições” (OPOKU, 2010, p. 603). Os missionários negavam todo e qualquer aspecto cultural africano, considerados por eles como pagãos e de natureza diabólica. No entanto, o contrário não ocorreu, pois o habitante nativo acrescentou elementos da cultura estrangeira à sua própria, sendo que tal atitude não obteve reciprocidade por parte dos colonos ingleses.

Por conseguinte, os povos nativos se depararam com o cristianismo sendo imposto em seu país e desenvolveram diversas maneiras de reagir a ele. Segundo Opoku (2010), alguns o aceitaram voluntariamente, visto que muitos se encontravam em situação de rejeição social. Certos membros de determinada etnia africana eram retirados da convivência com os outros

habitantes tribais, por serem considerados impuros. Era o caso dos leprosos e de outros doentes incuráveis, bem como, das crianças gêmeas vistas como uma ofensa à grande “mãe terra”. Entre os *igbos* algumas doenças eram inaceitáveis e vistas como amaldiçoadas, constituía motivo suficiente para que alguém, portador desse tipo de enfermidade, fosse jogado para morrer numa “floresta maldita”.

> Todo clã e toda aldeia tinha a sua “floresta maldita”. Nela enterravam-se aqueles que morriam de moléstias verdadeiramente malignas, como a lepra e a varíola. Era também uma espécie de terreno de despejo, onde se jogavam os poderosos amuletos dos curandeiros, quando estes morriam. Uma “floresta maldita” estava, portanto, povoada de forças sinistras e dos poderes da escuridão (ACHEBE, 2009, p. 169).

Ocorria em muitas aldeias *igbos* casos em que algum enfermo chegava a ser expulso da tribo e colocado nesse lugar maldito, mas acabava retornando à sua casa. Quando os chefes e sacerdotes descobriam o seu retorno, juntamente com outros membros do clã, colocavam esse indivíduo novamente no lugar de exclusão, amarravam-no a uma árvore e ali ele era deixado para morrer. O moribundo não era enterrado, pois seria uma grande ofensa à terra que não podia ter em suas entranhas a carne morta e impura de um ser considerado abominável (ACHEBE, 2009). Além desse grupo, a cultura *igbo* não aceitava o nascimento de crianças gêmeas, que quando vinham ao mundo teriam que ser abandonadas na floresta para morrerem.

> A terra decretara que os gêmeos constituíam uma ofensa ao mundo e que precisavam ser destruídos. E se, por acaso, a tribo não punisse rigorosamente qualquer ultraje à poderosa deusa, sua ira cairia sobre toda a região, e não apenas sobre o ofensor, pois como diziam os anciãos, se um dedo estiver sujo de óleo, manchará os demais (ACHEBE, 2009. p. 144).

O escritor nigeriano Chinua Achebe (2009) retratou exemplarmente aspectos da tradição dessa etnia em *O mundo se despedaça*, mostrando a devoção desse povo à terra, que para eles era a grande mãe e tudo o que tinham devia-se a sua enorme generosidade. Por isso, qualquer ação ou

decisão tomada na aldeia era realizada levando em conta a determinação dessa divindade, pois caso não a cumprissem acreditavam que seriam amaldiçoados. Partindo deste entendimento, fica claro o motivo que levava os pais dos filhos gêmeos a abandonarem seus filhos na “floresta amaldiçoada”, pois precisavam cumprir as ordens da mãe terra e de seu clã.

No entanto, muitas mulheres não conseguiam se submeter a tais determinações de sua tribo, e quando davam a luz a filhos gêmeos resolviam buscar abrigo nas igrejas fundadas por missionários europeus, que as acolhiam, sob a condição de se converterem ao cristianismo, e assim, elas e suas crianças poderiam sobreviver.

Ainda de acordo com Opoku (2010), existiram os que rejeitaram intensamente a mensagem cristã e a persistente presença do homem branco, decidindo manter os seus costumes tradicionais. Aqui se enquadram os curandeiros e chefes religiosos, que ao resistirem propiciaram a preservação dos costumes africanos, oferecendo às gerações futuras a oportunidade de conhecer seus aspectos culturais mais tradicionais. Neste sentido, Achebe (2009) mostra, em sua obra, que a aproximação europeia com os *igbos* não se deu de forma tranquila, pois os primeiros contatos com o homem branco chegaram a ser bastante agressivos. Muitos europeus foram mortos por instrução dos religiosos aldeões que, ao consultarem o oráculo, recebiam a informação de que esses homens constituíam uma séria ameaça para o seu clã, e por isso, precisavam ser dizimados. Logicamente, tal atitude levava a uma agressiva reação das forças militares inglesas que, para se vingar, chegavam a aniquilar quase toda uma aldeia, com seus armamentos superpotentes.

Houve ainda os que não rejeitaram totalmente ao cristianismo e o adaptaram às suas crenças, chegando a formar igrejas separatistas. “Procuravam integrar à vida cristã uma parcela mais importante das crenças e práticas africanas do que as igrejas controladas pelas missões permitiam” (OPOKU, 2010, p. 615). É importante refletir sobre a atuação dessas igrejas que, ao funcionar sob a liderança de africanos cristãos, atuavam de forma isolada nas congregações fundadas pelos missionários europeus. Com isso, os

indivíduos que as compunham já vivenciavam um desejo de emancipação do colonialismo. Nesses casos, o cristianismo não funcionava como um substituto dos costumes nativos, mas como um complemento da fé de alguns africanos. A doutrina cristã foi usada para preencher as lacunas tradicionais e a tradição também preenchia as fissuras da fé cristã. Segundo Opoku (2010), este tipo de cristianismo simbolizava o próprio modo de ser do africano.

Ocorre que certos nativos não admitiam totalmente alguns costumes tradicionais, pois achavam desumanos e viam na mensagem cristã uma resposta para as suas indagações. Tal fator não significava dizer que o abandono de sua tribo para se converter ao cristianismo implicaria num apoio à colonização. Pelo contrário, esses grupos de novos cristãos africanos chegaram a instigar movimentos anti-imperialistas, e assim, já representavam uma nova identidade de África que se diferenciava da tradição e também não estavam totalmente submetidos aos costumes ocidentais (ACHEBE, 2009). A partir desta reflexão constata-se a formação de uma elite nigeriana formada a partir da colonização inglesa.

É no final do século XIX que um grupo significativo da Nigéria se converte ao cristianismo e passa a receber uma educação de acordo com os padrões europeus. Mesmo que tal instrução tenha se restringido à língua inglesa e à teologia cristã, este aparato instrucional contribuiu significativamente para que alguns desses nigerianos assumissem cargos importantes na colônia. Basicamente, a educação europeia estava alojada no sul do país, região ocupada por maioria *igbo*, onde houve maior atuação dos missionários. Importa constatar que a criação de escolas para alfabetização dos nativos, mesmo que fossem em moldes europeus, possibilitou o surgimento de uma elite nigeriana formada, principalmente, por representantes dessa etnia, por serem mais instruídos. Tal grupo conseguiu ocupar empregos com significativa remuneração que lhes permitia até adotar costumes europeus refinados, como a compra de artigos de luxo, roupas, carros e casas construídas no estilo ocidental. É bom lembrar que mesmo podendo exercer funções importantes na colônia e ser bem remunerado, o nigeriano continuava sendo tratado como inferior, além de ser visto como uma ameaça ao inglês (FALOLA;HEATON, 2008).

De certa forma, as elites nativas tornaram-se um elo valioso entre a tradição e os elementos modernizadores, instaurados no país com o advento da colonização. Apesar de serem adeptos do cristianismo e de concordarem com a atividade comercial como uma importante fonte de renda, não apoiavam a dominação dos colonos britânicos e nem posturas que tendiam a estabelecer a subalternização do homem africano. Nesse período, já começavam a surgir manifestações organizadas por esses grupos, que eram contrários ao pensamento racista do colonizador, e exigiam uma maior participação nas decisões políticas e econômicas do país (FALOLA;HEATON, 2008).

Canale & Boahen (2011) constataram que o fim da Segunda Guerra Mundial fomentou nos povos africanos uma esperança de uma possível descolonização. Esses povos verificaram na derrota do fascismo e de sua doutrina racista a invalidação da força bruta, como forma de poder de uma nação sobre outra, e a queda do pensamento que nega a um povo seu direito de decidir sobre o futuro de seu país. “Tratava-se, implicitamente, da condenação do colonialismo, cujos princípios, quiçá a prática, repousavam em bases simétricas” (p. 191). Os africanos foram obrigados a participar da guerra, lutando com os brancos contra o regime fascista, em nome de paz e liberdade para todos os povos. Ao batalharem em prol desses princípios, os povos da África Ocidental começaram a questionar a validação do regime colonial. Com isso, os grupos nacionalistas, não só instalados na Nigéria, mas em grande parte do território africano, passaram a exigir reformas políticas urgentes que contribuíssem com a emancipação de seu país.

Segundo os historiadores supracitados, é importante considerar que a Segunda Guerra Mundial obteve uma forte contribuição no pensamento do povo africano quanto a sua libertação das garras dos exploradores europeus. O incômodo não apenas partiu de uma pequena parcela instruída da população, mas de indivíduos pertencentes a todas as classes sociais, que estavam insatisfeitos com as exigências do homem branco para lutarem na guerra e não serem bem recompensados. “A mobilização forçada de tantos africanos para a guerra suscitou uma intensa cólera junto a eles, [...] e em especial, às esposas, às mães e às avós que não suportavam perder seus maridos, seus filhos e netos” (CANALE;BOAHEN, 2011, p. 192). Para reforçar o sentimento de

insatisfação, o retorno da guerra não rendeu grandes recompensas para o soldado africano que, decepcionado, começou a se reunir com os movimentos nacionalistas, mobilizando lutas frente às massas mais populares contra a colonização e às imposições do colonizador.

Tais pesquisadores desenvolveram um interessante levantamento a respeito da formação de partidos políticos constituídos por indivíduos africanos, que elaboraram documentos reconhecidos em assembleias e uma série de acordos com a Europa, declarando a independência da África.

> Em função e decorrência do acordo alcançado, em meados dos anos 1950 e após uma série de conferências constitucionais, *in loco* e na própria Grã-Bretanha, por todos os partidos da Nigéria e da Serra Leoa sobre as questões correlatas à independência, deparamo-nos com a aceitação, por parte da Grã Bretanha, das reivindicações de independência (CANALE;BOAHEN, 2011, p. 205).

Com isso, é de se compreender a visão dos pesquisadores quando estes contrariam a versão europeia, sobre a descolonização africana, por afirmar que tal decisão partiu dos próprios europeus. Esse pensamento demonstra ser mais uma tentativa da postura eurocêntrica de buscar êxito em todas as situações. É importante deixar claro que a Europa, e principalmente os britânicos, só cederam devido à pressão dos próprios africanos, que desenvolveram um intenso sentimento de nacionalidade, ganhando força política com a nova elite nigeriana e outras camadas sociais.

A partir da exposição de alguns elementos históricos que abordam os impactos causados pela colonização europeia na África, é possível identificar a forte influência de um discurso dominante sobre o africano, como forma de manutenção do poder imperialista. Compreender-se-ia, neste caso, que o conhecimento ocidental e sua validação levou o explorador branco a querer, e poder, dizer o outro, segundo parâmetros arbitrários. Dessa forma, a perspectiva ocidental, por presumir conhecer mais o não-ocidental do que ele mesmo, gerou a expectativa de dominação nos povos europeus, através de uma justificativa infundada de que ela seria benéfica para o sujeito subalternizado pelas forças colonizadoras. Consecutivamente, tal postura levou

ao apagamento de qualquer elemento histórico e cultural de povos nativos pelo discurso historiográfico eurocêntrico que tende a não reconhecer a sua importância para a história da humanidade.

Indo nesta direção, no tópico seguinte, serão apresentadas algumas discussões teóricas baseadas em reflexões pós-coloniais que apontam para uma crítica ao discurso e a visão eurocêntrica sobre outros espaços, vendo nesses elementos uma postura excludente e universalista, quando desconsideram outras perspectivas de formação histórica e cultural de povos diferentes.

1.2 A TEORIA PÓS-COLONIAL E OS ESTUDOS LITERÁRIOS

Dando início a este tópico, faz-se necessário tecer alguns apontamentos em torno da discussão sobre o termo *pós-colonial*, utilizado nos estudos culturais da atualidade, principalmente na perspectiva que leva em conta a análise literária. No artigo *Literatura dos PALOP e a teoria Pós-colonial*, Russel Hamilton (1999) suscita uma importante discussão em torno da definição do termo *pós-colonialismo*. Ele destaca que alguns estudiosos o definem como um fenômeno posterior a chegada dos colonos em determinada sociedade, e outros, a maioria, o entendem como a independência política de uma nação em relação ao seu colonizador.

Também é discutido em seu artigo os estudos de Kwane Anthony Appiah[6], onde o devido estudioso atribui pontos convergentes e divergentes ao significado do prefixo *pós-* colocado antes dos termos colonialismo e modernismo. No que tange às semelhanças, este prefixo aponta para a abertura de novos espaços e funciona como impulso para o desafio de narrativas anteriormente legitimadoras. Ocorre que mesmo independente do colonizador, os ex-colonizados caminham para o futuro de olhos voltados para o passado, e é neste ponto em que se instaura a diferença entre o *pós-*

[6] Escreveu o artigo *Será que o pós- do pós-modernismo é o pós- do pós-colonialismo?*, em que problematiza as aproximações e diferenças na definição de tais acepções, Hamilton (1999).

colocado antes dos termos modernismo e colonialismo, pois o primeiro, vai em direção ao futuro sem olhar para o passado, apesar de ainda o considerar.

José Luís Fornos (2011), no artigo intitulado *Contribuições da Crítica Pós-colonial aos Estudos de Literatura Comparada*, ressalta a ideia de Sérgio Costa sobre os estudos pós-coloniais, destacando a heterogeneidade que caracteriza essa fonte teórica. Partindo desse entendimento, Fornos (2011) afirma que o *pós-colonialismo*, enquanto teoria crítica, pretende reavaliar os valores delineados pela cultura eurocêntrica, buscando problematizar a ideia de uma literatura universal, elaborada nos seus moldes, como forma de contribuição para a humanização dos indivíduos. Miguel Almeida (2002) afirma que a crítica pós-colonial introduziu uma importante oposição aos padrões de conhecimento e identidades sociais, que foram produzidos e autorizados pelo colonialismo. Para o estudioso,

> a crítica pós-colonial tentaria, então, desfazer o eurocentrismo, mantendo, porém, a consciência de que a pós-colonialidade não se desenvolve numa distância pan-óptica em relação à história: a pós-colonialidade existe como um “depois” – depois de ter sido “trabalhada” pelo colonialismo. O espaço ocupado por esta enunciação de discursos de dominação não se localiza nem dentro nem fora da história da dominação europeia, mas antes numa relação tangencial com ela (p. 28).

Assim, o autor afirma que o *pós-colonialismo* parte do espaço conhecido “terceiro mundo”, objetivando anular distinções do tipo centro-periferia e outros “binarismos” enraizados no colonialismo. Por conseguinte, ele alega que o termo *pós-colonial* não pode servir como um mero descritor de um antes ou um depois. “Deverá sim reler a colonização como parte de um processo que é essencialmente transnacional e translocal, produzindo assim uma escrita descentrada, diaspórica e global, sobre as anteriores grandes narrativas imperiais, centradas em nações” (ALMEIDA, 2002, p. 33).

Inocência Mata (2007), ao estudar a relação entre literatura, análise literária e pós-colonialismo, oferece um conceito do *pós-colonial* como um “sentido de uma temporalidade que agencia a sua existência após um processo

de descolonização ou de independência política" (p. 22-23). A teórica salienta que o modelo literário pós-colonial não extirpa a questão colonial, "afinal, o passado alimenta o presente, ambos moldando-se mutuamente e este projeta o futuro" (p. 23). Nesse caso, o *pós-colonial* apresenta uma marca de independência que, ao combater formas coloniais, precisa digeri-las. "Para criticar o colonial, o pós-colonial teria de se imbuir do colonial, incorporá-lo, dialogar com ele para o descrever e prescrever" (p. 40). Tal fator torna-se necessário, pois muitos lugares trazem consigo as fortes marcas do passado colonial que acabam por determinar o presente.

Por outro lado, Inocência Mata (2007) afirma que a teoria pós-colonial deve partir do entendimento que a colonização não foi igual em todos os países africanos, o que leva a compreensão que a pós-colonialidade também não ocorreu de modo uniforme nesse continente.

> E por causa dessas diferenças, é preciso que na sua avaliação o crítico se proponha negociar, teoricamente, as relações de semelhança e diferença, de rupturas e continuidades operadas no período pós-independência, a fim de não operar, acriticamente, a transferência de teorias explicativas de uma situação histórica para espaços outros, apenas pela sua "proximidade afetiva" ou "conveniência ideológica" (INOCÊNCIA MATA, 2007, p. 33).

Com isso, a estudiosa literária aponta para a valorização de uma prática analítica que dispense qualquer postura homogeneizante ou generalizante, em relação a busca do conhecimento sobre a realidade dos países descolonizados. Portanto, a preservação das especificidades de cada espaço manterá a característica marcante da África, que é a sua diversidade política e cultural, livre de distorções e preconceitos.

Falando sobre a produção literária pós-colonial, Inocência Mata (2007) considera o fato de esse modelo recorrer à História na elaboração de seu conteúdo. Não que tal recurso seja utilizado para estimular uma recordação nostálgica do período colonial ou nacionalista, mas uma rememoração que leve a transgressão e ultrapassagem de acepções históricas equivocadas sobre os descolonizados.

Indo adiante, Inocência Mata (2007) levanta a questão sobre a importância de se pensar a sociedade por um novo caminho que possibilite refletir sobre suas questões periféricas, a partir de um olhar descentralizador. O *pós-colonial*, por pressupor o fim da dominação política e geográfica, acaba por muitas vezes se situando em uma situação ambígua, onde é possível diagnosticar outras formas de opressão. É o caso das minorias marginalizadas pelo processo de globalização econômica, que origina as periferias culturais, podendo ser citado a situação das mulheres e de outras minorias.

> O que importa hoje estudar são os efeitos das relações de poder, seja entre entidades diferentes externas, seja entre entidades que participam do mesmo espaço interno. Isto é, a teoria pós-colonial tem de se deter na dinâmica das relações entre centro e periferia, mesmo se periferias internalizadas (INOCÊNCIA MATA, 2007, p. 40).

Assim, o *pós-colonial* permite pensar não apenas o combate às formas colonialistas, mas incita a reflexão e ao questionamento das forças culturais opressivas que, por incrível que pareça, ainda persistem nos ambientes descolonizados. “Vemos, portanto, que a diferença continua a ser, também em tempos pós-coloniais, ator de conflitos e a potenciar exclusões: seja o outro decorrente de diferença de gênero [...], ideológica [...], social [...], etária [...], étnica [...] e cultural” (INOCÊNCIA MATA, 2007, p. 40).

Por fim, a discussão realizada neste tópico mostrou que para além de marcar uma situação de independência, a teoria pós-colonial contribui para o questionamento de posturas excludentes e dominantes, seja no âmbito cultural ou situadas pela visão imperialista.

1.2.1 Uma crítica pós-colonial ao discurso teórico e literário ocidental

O significado do termo *imperialismo* abordado por Edward Said (2011), suscita uma importante reflexão sobre a ação colonial nas terras não-

ocidentais, quando o estudioso aponta para o levantamento de uma crítica sobre a prática científica e artística também voltada à conduta colonialista. Basicamente, o teórico caracteriza o *imperialismo* como uma forma de controle de forças exercidas sobre lugares habitados por outros, resultando no desenvolvimento político e econômico de uns, no caso o colonizador/invasor, e na miséria indescritível para outros. Aqui se enquadram os colonizados. Para ele, o colonialismo corresponde a uma consequência imperialista que faz com que um Estado consiga implantar colônias em outros lugares, determinando, de forma direta e concreta, seu domínio sobre eles. Deste modo, um governo poderá deter a soberania política de outro através da força ou de tratados políticos e econômicos, como discutido e demonstrado no tópico anterior. Não importava como, o que interessava para o invasor era conseguir manter e estabelecer seu império em outra terra, de qualquer maneira:

> É importante conceber o imperialismo e o colonialismo não como fatores de pura acumulação de territórios, mas para além disso, ambos possuem suporte de formações ideológicas que consideram que tantos os lugares distantes como os seus povos, praticamente, imploram que sejam dominados (SAID, 2011, p. 43).

Esse pensamento foi utilizado pelos colonizadores como justificativa para a sua incursão no território de outro, em que o indivíduo colonizado tinha sua imagem construída como um ser incapaz de se entender e ao mundo a sua volta. Dados como esse, foram validados pela prática científica ocidental que determinou a inabilidade de produzir crescimento, como característica principal dos países colonizados, alegando ser atributo nato do sujeito não-europeu a incapacidade para esses misteres. Por isso, no parecer ocidental, essa população tida como selvagem precisava, ou melhor, pediam a presença do colonizador, vendo nela a possibilidade de desenvolvimento para as suas terras. Tal fato coloca a questão de os ocidentais não apenas quererem e poderem falar sobre si e o seu território, o Ocidente, mas também dizer o outro, e na sua postura determinar que o diferente não conseguisse se compreender, muito menos falar por si mesmo. “Os discursos universalizantes da Europa e

dos Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõe o silêncio, voluntário ou não, do mundo não-europeu" (SAID, 2011, p. 101). Com isso, fica claro o quanto a ação colonial buscou estabelecer meios para que o povo não-ocidental, o colonizado, não pudesse ser ouvido nem suas ideias conhecidas.

Como bem sinaliza Shohat & Stam (2006), a degradação sistemática da África ocorreu quando o discurso eurocêntrico caracterizou esse continente como repleto de deficiências, a partir de um julgamento puramente arbitrário e preconceituoso. Partindo dos estudos desenvolvidos por esses teóricos, a respeito das origens do discurso colonialista, percebe-se logo a partir dos grandes mitos, que circunscrevem a origem da humanidade, uma postura equivocada do parecer eurocêntrico, que restringiu a fundação do mundo ao ambiente europeu. Segundo os estudiosos, a Europa sendo percebida como centro instituidor, a começar pelos povos da Grécia, foi delineada historicamente como o berço da civilização. Dizer que foi nesse lugar onde "tudo" começou constitui-se em um infeliz engano que, além de conferir uma imagem de supremacia a Europa, acabou por excluir outras fontes importantes que também contribuíram para a fundação histórica mundial.

> Mesmo durante o período clássico, o palco da história se espalhava pelo globo: na China, no vale Hindu, na Mesopotâmia, na África, no que chamamos hoje de Américas, e, na verdade, onde quer que existissem seres humanos (SHOHAT; STAM, 2006, p. 91).

Com isso, os teóricos suscitam uma importante reflexão sobre a força devastadora do colonialismo, que terminou por elaborar uma reescritura da história da África, com uma visão ultrapassada, em nome da construção de um ideal supremo Ocidental. Nesse movimento, "continentes inteiros foram transformados em continentes escravos" (SHOHAT;STAM, 2006, p. 92). Para isso, o discurso eurocêntrico buscou determinar a inferioridade biológica dos povos não-europeus, negando-lhes qualquer pensamento positivo sobre a sua capacidade de produzir história e cultura. Tais parâmetros foram fortemente

utilizados para determinar a imagem subalternizada da civilização africana, ao ponto de as contribuições do Egito Antigo para as artes, arquitetura, conhecimentos matemáticos e medicinais, não receberem a devida valorização. O discurso triunfalista eurocêntrico determina que a fonte de toda e qualquer ciência ou tecnologia encontra-se no Ocidente ou na América do Norte.

Entretanto, os pesquisadores ressaltam que mesmo a África tendo seus valores históricos sendo rebaixados pelo discurso arbitrário eurocêntrico, ele não pôde anular a riqueza cultural que constitui esse continente, e as suas contribuições para os avanços tecnológicos. Ainda que para o lucro apenas de seus exploradores. Antes da colonização o território africano foi palco de grandes conquistas materiais e de intercâmbios comerciais. Seu sistema social e religioso era bastante diversificado, além de possuir várias formas de escrita, fatores que conferem a esse ambiente características autônomas e sobressalentes (SHOHAT;STAM, 2006).

Outro atributo da historiografia convencional europeia é a atitude de traçar um quadro uniforme da Europa. Na verdade, na época dos Descobrimentos esse continente foi palco de grandes desavenças, caracterizadas por rebeliões camponesas e violências causadas pela Igreja, através dos julgamentos do Santo Ofício. O Ocidente também foi portador de doenças graves que elevava a taxa de mortalidade da população europeia no fim da Idade Média, onde se vivia no máximo vinte e cinco anos. Contrariando esse contexto perturbador, ao pensar sobre o caso da colonização das Américas, no período das Navegações, os indivíduos que habitavam esse território possuíam uma expectativa de vida mais promissora do que os europeus, vindo a conhecer a fome e doenças epidêmicas sérias depois do contato com o homem branco (SHOHAT;STAM, 2006). Tal constatação revela que foram os europeus os causadores da desordem na vida dos colonizados, não sendo estes os portadores naturais do caos, como apregoa o discurso imperialista.

Atitude comum também no discurso ocidental é a determinação de que os descobridores das Américas foram os europeus, chegando até a afirmar que

em muitos dos espaços ali presentes não havia um habitante sequer. Por essa razão, as Américas receberam o nome de Novo Mundo. Contudo, não é bem isso que revela o surgimento de várias descobertas arqueológicas ao longo dos anos. Elas mostram que esses lugares estão repletos de ruínas que representam diversas civilizações antigas que existiram há milhares de anos, como as dos astecas e dos maias (SHOHAT;STAM, 2006). Assim como aconteceu aos povos africanos, as Américas, nomeadas como o Novo Mundo pelos exploradores europeus, também foram alvo dos mesmos discursos preconceituosos e excludentes que caracterizavam o saber eurocêntrico sobre o mundo. Fica evidente, então, que as astúcias coloniais possuíam pontos comuns na exploração dos territórios alheios.

A partir dessas questões compreende-se que a ação colonial não se circunscreveu apenas pela força militar ou por acordos políticos com os povos do ultramar: o *discurso* foi um meio significativo de dominação, pois através dele se estabeleceram as noções ideológicas básicas do pensamento eurocêntrico e se instrumentalizaram as intervenções coloniais.

É considerável que o *discurso colonial* foi fundamental para a construção dos sujeitos subalternizados ao regime imperialista e para o exercício do seu poder sobre a história e cultura desses indivíduos. Como bem apregoa Bhabha (1998), tal elemento tornou-se crucial para o estabelecimento de diferenças dos povos colonizados em relação ao colonizador, como, também, de uma série de discriminações que justificaram práticas políticas hierarquizantes em relação à raça e aos costumes dos nativos. Logo, o estudioso conceitua esse discurso como um aparato de poder “que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas” (BHABHA, 1998, p. 111). Também possui a função de formular ambientes para a criação de sujeitos novos, pré-moldados, através da produção de conhecimentos sobre eles, considerados unicamente como válidos. Sendo assim, a ação colonizadora foi legitimada pelos saberes produzidos sobre o colonizador e o colonizado que eram avaliados antagonicamente: o primeiro ocuparia a posição dominante em relação ao segundo. “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de

modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução" (*ibidem*, p. 111).

Sendo o poder elemento fundamental na produção de discursos estereotipados, a própria discursividade define-se como uma forma de governar e de se apropriar de uma nação alheia, através da determinação indiscutível e autoritária de que sua sujeição ocorreu de modo arbitrário. Segundo Bhabha (1998), o *discurso colonial* é fortemente engendrado, funciona como uma narrativa que cria um sistema de representações a partir de um regime de verdade incontestável. O estudioso aborda as pesquisas de Edward Said como materiais que comprovam a existência desse discurso, identificando-o como um instrumento de poder que justificava a dominação do homem branco sobre os demais homens. Por isso, reconhece nos estudos do pesquisador palestino os aspectos altamente desmistificadores do discurso eurocêntrico, que constrói as outras áreas do mundo em termos raciais, geográficos, políticos e culturais, baseado num parecer excludente e homogêneo.

Said (1990) analisa o *discurso colonial* fazendo uma crítica ao poder atribuído ao conhecimento *orientalista*, vendo-o como um representante das práticas dominantes desse discurso. Sendo assim, o *orientalismo* pode ser entendido "como um modo de escrita, visão e estudo regularizado (ou orientalizado), dominado por imperativos, perspectivas e preconceitos ideológicos, ostensivamente adequados ao Oriente" (p. 209). A invasão ocidental no Oriente se deu em termos similares ao que foi efetuado em outras zonas territoriais, como a África. Um exemplo disso é a justificativa da ocupação britânica no Oriente. Os orientalistas, de um modo geral, escudam-se na noção de supremacia, exercida não necessariamente por meio de força militar ou econômica, mas através do conhecimento. Esse implicaria na compreensão de uma determinada civilização desde seus primórdios, sua plenitude e também o seu declínio. No entanto, seria negada qualquer intervenção do objeto estudado para a construção do conhecimento sobre ele, pois é visto como sujeito não autônomo, existindo apenas nos termos do conhecimento supremo, ou seja, do *orientalismo*.

O estabelecimento desse pensamento também ocorreu através da argumentação de que a dominação do Ocidente sobre o Oriente tornou-se como uma prática beneficente para os orientais, sem que realmente houvesse o reconhecimento, por parte deles, dessa suposta benfeitoria. A postura ocidental dispensa o oriental de falar por si mesmo, e se alguém tentasse fazer isso seria tido como disseminador da discórdia e agitação da ordem, pois para os exploradores europeus o bom nativo deveria fazer “vista grossa para as ‘dificuldades’ da dominação estrangeira” (SAID, 1990, p. 44).

O ocidental se percebe capaz de falar pelo oriental pelo fato de julgar conhecer mais a ele e a sua história. De acordo com o seu parecer, se os nativos pudessem falar por si mesmos seria apenas para confirmar um fato supostamente concreto: que eles pertenciam a uma raça naturalmente submetida à outra dominante, que os conhecia melhor do que eles próprios. Desse modo, os exploradores determinaram que apenas as forças do império seriam capazes de retirar os orientais da condição de declínio a que estavam destinados, reabilitando-os para conviver em uma colônia produtiva. O entendimento de que possuíam o conhecimento incontestável de que os orientais correspondiam a uma raça inferior, levou os britânicos a acreditarem que a dominação dos autóctones seria fácil, axioma que lhe conferia poder. Nesse contexto, quanto mais conhecimento pensavam ter, mais poder os acompanhavam.

Said (1990) também destaca outro ponto que caracteriza o pensamento orientalista: a tendência para buscar unificar os povos orientais, tidos como os mesmos em todos os lugares. Isso levou os invasores europeus a não procurarem formas variadas de administração do território, pois os lugares e as pessoas eram vistos e entendidos da mesma maneira. Em decorrência desse tipo de procedimento, é possível admitir que as práticas colonizadoras baseavam-se numa conduta homogênea, portanto, excludente, eliminando as particularidades de cada povo.

Através de um binarismo antagônico, o conquistador europeu considerava o oriental como um ser irracional, decaído, infantil, diferente. Em contrapartida, ele era tido como racional, virtuoso, maduro, normal. Nesses

termos, o homem oriental é apresentado como alguém que se dispõe ao julgamento, ao estudo e à descrição. Acima de tudo, um objeto que podia ser disciplinado. “O *orientalismo*, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, na prisão, ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado” (SAID, 1990, p. 51).

Por conseguinte, o discurso orientalista reforçava a ideia de dominação mundial pelo Ocidente, compreendido como um poder intelectual que legitimava as explicações sobre o comportamento dos colonizados, atribuindo-lhes uma determinada mentalidade, genealogia e atmosfera. Orientava os europeus a como lidar com tais povos e ensinava a vê-los como fenômenos facilmente reguláveis. Said (1990) afirma que isso foi feito utilizando-se de uma pobreza de vocabulário e forte limitação, em relação à visão que se construía sobre os países orientais. O estudioso argumenta “que a realidade orientalista é tão desumana quanto persistente. O seu campo de ação, tanto quanto as suas instituições e sua onipresente influência, chega até o presente” (p. 54).

De acordo com a visão orientalista, para governar o não-ocidental é preciso conhecê-lo a fundo, pois tudo o que é possível apreender da cultura dele poderá ser moldado e transformado de acordo com os interesses ocidentais, para reconhecimento de sua autoridade e estabelecimento da subalternização do outro. Para alguns imperialistas que administravam o oriente, o estudo adequado sobre o país e o homem nativo seria o *orientalismo*, pois esse conhecimento teria o objetivo de fortificar a noção da força do Ocidente e da suposta fraqueza do Oriente.

> Quando se usam categorias como oriental e ocidental como pontos de partida e finais da análise, da pesquisa ou das políticas públicas [...], o resultado costuma ser a polarização da distinção – o oriental fica mais oriental e o ocidental, mais ocidental – e a limitação do encontro humano entre culturas, tradições e sociedades diferentes (SAID, 1990, p. 56).

Assim, ao tratar o que é estrangeiro, o pensamento orientalista adquire uma prática lamentável de postular rigidamente a dualidade Leste e Oeste,

determinando o poder do Ocidente sobre o Oriente como uma verdade científica. Essa tradição consiste em conceber a diferença entre culturas para que haja a separação que determina quem irá dominar e quem será subalternizado. Trata-se de “um convite ao Ocidente para que controle, contenha e também governe (por meio de um conhecimento superior e de um poder acomodatício) o Outro” (SAID, 1990, p. 58). Em essência, o *orientalismo* consiste em determinar a supremacia dos ocidentais perante os orientais, tendo em vista que os primeiros acabam sendo considerados racionais, pacíficos, liberais, lógicos, enquanto os segundos não terão nenhuma destas qualidades, ou características cujo padrão foi apregoado ou valorizado pela cultura que se percebe como superior. É, portanto, correto considerar que o europeu foi um racista, imperialista e etnocêntrico ao tratar, não apenas os orientais, mas todos aqueles que foram subjugados à sua força controladora.

1.3 A ESCRITA LITERÁRIA COMO CONTRAPOSIÇÃO ÀS AMARRAS COLONIAIS

A percepção de Said (1990) a respeito da invenção do outro por meio de discursos foi bem definida por ele, quando aponta para essa prática e para toda uma estrutura de conhecimentos que perpassam o *discurso colonial*. Esse, usado pelo europeu para descrever o Oriente, delineado como o Outro, e nessa lógica, o oriental é delimitado como o avesso do ocidental. Não se ignore o fato de esse olhar sobre o não-europeu ter sido imprescindível para a determinação da superioridade ocidental. Compreende-se a ligação entre os apontamentos suscitados pelo estudioso sobre o *orientalismo*, com a relação existente entre a Europa e a África, cuja imagem das terras africanas foi construída, tendo em vista as intenções e as necessidades do Ocidente: o africano esteve à margem na própria concepção de si e do ambiente em que habitava, à disposição do ocidental, convertido em dono e senhor.

Os estudiosos pós-coloniais, apresentados nesta pesquisa, destacam em seus trabalhos que os conhecimentos clássicos da Filosofia e da História,

assim como, da vertente literária, estão imbuídos da visão imperialista, que excluiu o não-europeu da construção do conhecimento sobre ele, retratando-o de modo o mais pejorativo possível. Tomando o livro do filósofo Immanuel Kant, do século XVIII, *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais* (1764), verifica-se o seu entendimento a respeito das diferenças entre as várias nações do mundo. O filósofo inicia a obra delineando traços que exprimem beleza ou sublimidade em países do Ocidente. Ainda que dessemelhantes uns dos outros, as características físicas e comportamentais dos diversos grupos europeus (italianos, espanhóis, franceses, ingleses, alemães, etc.) foram delineadas positivamente, direcionando-se a uma mesma formulação: são brancos e se enquadram nos exemplos de racionalidade, honestidade, nobreza e de organização social. Para Kant (1993), o europeu liga-se aos caracteres que despertam o sentimento do belo e do sublime. Por outro lado, ao apontar as peculiares dos povos não-europeus, o filósofo o faz de forma desprezível, em que os elementos de outras culturas serão esboçados como grotescos e extravagantes. Vê-se, neste instante, o que é relatado sobre os africanos no trabalho de Kant:

> Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume[7] desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas (KANT, 1993, p. 75).

[7] Referência ao filósofo escocês David Hume, cuja filosofia possuiu como seguidor o filósofo alemão Immanuel Kant.

Com isso, constata-se o quão degradante encontra-se a imagem do africano no discurso de Kant, pois ao contrário do que aponta nos caracteres europeus, não haveria sublimidade ou beleza no povo da África. Dentre o quadro de discursos filosóficos clássicos e hegemônicos que caracterizaram o africano como aberração, encontra-se também o do filósofo Friedrich Hegel. Em sua obra, *Filosofia da História* (1837), o negro é representado como um mero constituinte da natureza, um selvagem indomável. Ele assinala:

> devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano [...]. Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos ou, para ser mais exato, inexistentes (HEGEL, 1999, p. 83).

Com tal discurso, o filósofo finaliza seu livro salientando que a África não seria mais seu objeto de interesse, pois ela estaria destituída de história e cultura. Para ele, “aquilo que compreendemos como África constitui o Espírito A-Histórico, Não-Desenvolvido, ainda envolto nas condições da natureza” (*ibidem*, p. 88). Nessa fala, além de se eliminar a dignidade humana do africano, o pensamento hegeliano também o exclui da participação histórica mundial. “Para Hegel, a única relação fundamental entre os africanos e os europeus era a escravidão, que ele acreditava ser importante para o ‘aumento do sentimento humano entre os negros” (SHOHAT;STAM, 2006, p. 135).

Indo nessa mesma direção, encontra-se um seguidor do pensamento hegeliano, Karl Marx. “Embora Marx tivesse subvertido as ideias de Hegel em alguns pontos, em outros ele prolongou o eurocentrismo da filosofia hegeliana” (SHOHAT;STAM, 2006, p. 135). A respeito da dominação britânica na Índia, Marx postulou em *Resultados futuros da dominação britânica da Índia* (1853), que a missão britânica nesse lugar possuía a função de destruir e regenerar, ou seja, era preciso desfazer a cultura asiática, para que os indianos fossem regenerados e/ou civilizados. Apesar de denunciar a violência colonial na Índia, Marx não deixou de reconhecer que ela seria necessária para o processo civilizatório do continente asiático. Sobre as ideias dele, Said (1990) afirma:

> em um artigo atrás do outro ele voltava com crescente convicção à ideia de que, mesmo destruindo a Ásia, a Inglaterra estava tornando possível uma verdadeira revolução social. O estilo de Marx leva-nos diretamente à dificuldade de reconciliar a nossa natural repugnância como semelhantes aos sofrimentos dos orientais. Enquanto a sociedade deles está sendo violentamente transformada, com a necessidade histórica dessas transformações (p. 161).

Conforme salienta Bhabha (1998), apesar de compor um pensamento moderno "progressista" ocidental, Marx acaba por estipular procedimentos eurocêntricos e excludentes sobre os povos asiáticos, ao fornecer uma "justificativa manifesta para o projeto do colonialismo" (p. 127).

Como se vê, não há grandes distinções entre as teorias filosóficas modernas dos séculos XVIII e XIX, no que tange à determinação da inferioridade do africano perante uma suposta supremacia europeia. Nesse caso, é importante considerar a afirmação de Said (1990), de que “os filósofos podem conduzir suas discussões sobre Locke, Hume e o empirismo sem jamais levar em consideração o fato de que há uma conexão explícita, nesses escritores clássicos, entre suas doutrinas ‘filosóficas’ e a teoria racial, as justificações da escravidão e a defesa da exploração colonial” (p. 25). O pesquisador suscita ainda uma significativa reflexão a respeito de determinadas condutas acadêmicas, que estabelecem a hegemonia desses filósofos, acabando por encobrir as questões raciais trabalhadas nelas, que serviram de justificativa para a violência colonial.

De acordo com Spivak (1999), é importante ler Kant, Hegel e Marx não apenas como postuladores de máximas ideais, mas, acima de tudo, como precursores de um discurso vinculado aos propósitos imperialistas. No decorrer dessas produções, as intenções do que a pesquisadora caracteriza de *informante nativo* foram excluídas e sua imagem rebaixada.

> Eu empresto o termo da etnografia, evidentemente. Nesta disciplina, o informante nativo, embora tenha sua autobiografia negada no entendimento da tradição ocidental, é tomado com a maior seriedade. Ele (ocasionalmente ela) é uma peça em branco, embora geradora de um texto de identidade cultural

> que apenas o Ocidente [...] pode inscrever (...). De modo crescente, existe uma automarginalização e autoconsolidação migrante ou um mascaramento pós-colonial no lugar do informante nativo. Estou descobrindo o informante nativo fora deste conjunto. Os textos que leio não são etnográficos e, portanto, não celebram esta figura. Eles têm como garantido o europeu como a norma humana e nos oferecem descrições e/ou prescrições. E ainda, até aqui, o informante nativo é necessário e excluído (SPIVAK, 1999, p.6, tradução nossa).

Por esse ângulo, a estudiosa salienta a importância de expor as motivações imperialistas presentes na obra desses filósofos, que embasaram o pensamento filosófico moderno, de modo a promover o questionamento e desconstrução de tais preceitos, tendo em vista a necessidade de dar voz ao *informante nativo*, nesse caso, o não-europeu, na produção do conhecimento de si.

Os personagens africanos intelectuais de *Meio Sol Amarelo* (2008) tinham plena consciência desses discursos filosóficos preconceituosos sobre a África que contribuíram para a justificativa das violências cometidas pelo homem branco contra o seu povo.

> E por acaso aquele grande pensador que foi Hegel não chamou a África de terra da infância? perguntou o professor Ezeka, num tom afetado. [...] Então talvez aquela gente que põe cartazes no cinema dizendo CRIANÇAS E AFRICANOS NÃO ENTRAM tenha lido Hegel, disse o Dr. Patel (ADICHIE, 2008, p. 64).

Diante disso, nota-se, na contemporaneidade, a existência de um número significativo de escritores africanos, que se dispuseram a desenvolver um trabalho de escrita literária, com a finalidade de corrigir e desfazer as distorções que tomaram a África como alvo. Em suas obras abordam-se os aspectos culturais e históricos de um ponto de vista próprio, contrariando a norma eurocêntrica de que os povos colonizados ou descolonizados não teriam a capacidade de falar sobre si, através dos próprios meios.

Na tentativa de traçar um possível percurso delineado pela literatura africana, Fanon (1968) aponta três fases que caracterizam sua produção. Na primeira, “o intelectual colonizado prova que assimilou a cultura do ocupante” (p. 184). A escrita africana desse momento se enquadra na percepção da metrópole colonial, vinculada a uma inspiração europeia, podendo ser reconhecido como o período *assimilacionista integral*. Nesse contexto poderão ser encontradas obras que se enquadram a modelos parnasianos, simbolistas e surrealistas. Numa segunda etapa, o colonizado desenvolve uma necessidade de recordar: “velhos episódios da infância surgirão do fundo da memória, velhas lendas serão reinterpretadas em função de uma estética de empréstimo e de uma concepção do mundo descoberta sob outros céus” (FANON, 1968, p. 184). As produções elaboradas nesse segundo período foram denominadas por Fanon (*ibidem*) como *literatura de pré-combate*, impregnada de angústia, náusea e mal-estar, provocada pela necessidade de retomar o que fora perdido e destroçado pelo colonizador.

Por fim, a terceira etapa da literatura africana é diagnosticada pelo autor martinicano como período de combate: “o colonizado, depois de ter tentado perde-se no povo, perde-se com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo” (FANON, 1968, p. 185). Com isso, a produção literária desse período visa despertar o povo para a transformação de sua sociedade e cultura.

> No curso dessa fase, um grande número de homens e mulheres que até então jamais haviam pensado em fazer obra literária, agora se veem colocados em situações excepcionais, na prisão, nas matas ou aguardando a execução, sentem a necessidade de falar de sua nação, de compor a frase que exprime o povo, de se fazer porta-voz de uma nova realidade em atos (FANON, 1968, p. 185).

A produção literária africana em língua inglesa, abrangente em diversos países da África, tem se mostrado relevante para a prática desmistificadora do discurso ocidental, partindo da própria diversidade que a constitui. Ainda que possuindo um passado histórico idêntico, aprisionados pelo mesmo poder colonial, o Império Britânico, cada produção destaca e valoriza as suas

especificidades, mostrando que os efeitos coloniais não foram os mesmos para todos. Desse modo, distanciam-se da visão homogênea que as posturas hegemônicas ocidentais tanto utilizaram para descrever a sua realidade.

Viu-se no início no capítulo que a ocupação colonial na África não foi um processo fácil para os Europeus. Nessas terras o colonizador não encontrou indivíduos submissos a sua dominação, como se poderia pensar. Pelo contrário, haviam ações muito bem articuladas que visavam à expulsão do homem branco do ambiente nativo. Foi apresentado também que a resistência do colonizado ao regime imperialista acabou sendo escamoteada pelo discurso historiográfico ocidentalista, que além de mostrar uma imagem subalterna do nativo, determinou que as atitudes contrárias à atividade europeia no ultramar não passavam de atos de selvageria e de pura falta de perspicácia, por parte de alguns naturais insubordinados.

Tal resistência não se circunscreveu apenas em âmbito político e militar. Ela também se fez presente em produções teóricas e artísticas elaboradas por indivíduos que vivenciaram, de forma direta ou indireta, os impactos da colonização. Said (2011) apresenta em suas discussões que assim como criações teóricas e literárias contribuíram para a manutenção de um discurso eurocêntrico sobre os não-europeus, por outro lado, houveram diversos movimentos artísticos de povos libertos de regimes colonialistas, que combatem o pensamento preconceituoso e estereotipado do ocidental sobre eles. Isso implica num grande esforço por parte dos sujeitos pós-coloniais em desenvolver um debate, de forma o mais igualitário possível, com os países metropolitanos, para que suas diversidades e especificidades sejam mostradas a partir de um ponto de vista próprio. Pensando dessa forma, é importante ressaltar que a história dos colonizados precisa ser apresentada através da voz encoberta pela força colonizadora.

> Muitos dos escritores pós-coloniais mais interessantes carregam dentro de si seu passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como estímulo para práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado tendendo à um novo futuro, como experiências a ser urgentemente reinterpretadas e reapresentadas, em que o nativo, outrora

> calado, fala e age em territórios recuperados ao império (SAID, 2011, p. 73).

O aparecimento de autores não-europeus já se caracteriza como um elemento desmistificador do pensamento ocidental de que eles não seriam capazes de ler ou elaborar qualquer tipo de material artístico, principalmente se ele estiver permeado de um conteúdo crítico. Segundo Said (2011), esses indivíduos não só foram capazes de ler as obras literárias dos mais reconhecidos autores europeus, como também de identificar suas lacunas e de apontar a visão nada condizente com sua realidade. Além disso, puderam criar respostas bem elaboradas, para desfazer a noção ocidental equivocada sobre o homem não-ocidental e o ambiente em que ele se insere, ou seja, sua cultura, história e território. Com isso, o crítico palestino salienta a importância de considerar a cultura do Ocidente, avaliando-a em contraponto, através de posicionamentos anti-imperialistas, salientando que eles tenham a devida importância. Um escritor que pretende assumir a tarefa de dar respostas contrárias ao eurocentrismo acaba adotando um trabalho árduo, pois nem todos estão dispostos a desenvolvê-lo. Ele precisará ler um montante significativo de material teórico e literário canônico, para poder direcionar bem o seu parecer desmistificador.

É importante lembrar, e Said (2011) determina isso, que autores do Ocidente possuíam um público específico para as suas produções, os ocidentais. Assim, mesmo se referindo a lugares e pessoas pertencentes ao ultramar estes escritores precisavam submeter suas obras às necessidades e às normas prescritas pela visão ocidentalista, que muitas vezes se distanciava da realidade encontrada nos lugares dominados por europeus. O escritor inglês, por exemplo, retratava o estrangeiro como algo que estava fora, que não se encaixava no Ocidente, por isso, era tido como exótico, um objeto passível de ser controlado, comercializado, reprimido, caso resistisse à colonização. É importante destacar que o romance é um gênero ocidental que por muitos anos reforçou ideias europeias, onde o mundo fora desse espaço foi apresentado como subordinado e plenamente dominado pela força Imperial.

Daí surgindo a necessidade de ler os grandes textos canônicos da cultura europeia para que os construtos ocidentais sejam desfeitos, e o silenciado e marginalmente representado ganhe voz.

> A questão é que a leitura em contraponto deve considerar ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçosamente excluído (SAID, 2011, p. 121).

Para Said (2011), há uma importante tendência entre os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo em abrir feridas, causadas pela violação imperialista, trazendo à tona o passado, mostrando a necessidade de revisá-lo, apontando para um futuro pós-colonial em que o nativo passa a ter voz e age autonomamente em seu território. O estudioso salienta que seria tolo considerar este processo de resistência como insignificante, vingativo ou agressivo. Como apregoa Dalcastagnè (2012), a Literatura hoje é um território contestado onde o que está em jogo não é, necessariamente, a escolha de estilos ou repertórios, mas a necessidade de falar sobre si, através de uma realidade própria, reconhecida como válida e significante para o saber cultural. Por isso, Said (2011) destaca que as produções artísticas e intelectuais dos escritores não-europeus precisam ser respeitadas pela cultura ocidental e consideradas como parte integrante da produção de conhecimentos sobre o mundo.

O teórico assinala que as histórias descartadas pelas posturas eurocêntricas não correspondem a uma simples reação ao imperialismo, mas um modo alternativo de conceber a história da humanidade. Com certeza, responder por escrito as noções preconceituosas e estereotipadas das culturas metropolitanas através do romance, por exemplo, demonstra ser um meio produtivo para desfazer as forças narrativas europeias sobre o não-ocidental. Segundo Spivak (1994), é importante considerar a necessidade da criação de histórias alternativas dos povos pós-coloniais, principalmente, quando elaboradas através da literatura. A estudiosa salienta que a escrita literária

serve como auxílio na percepção das lacunas deixadas pelos códigos hegemônicos legitimadores, que criará formas subjetivas de escritura e leitura na elaboração de uma nova história.

De acordo com Inocência Mata (2007), a literatura africana possui o mesmo subsídio científico das Ciências Humanas e Sociais, pelo fato de em África a construção das instituições do saber caminhar a passos lentos, pois tem que lidar com o fato de que o africano, desde o período colonial, foi colocado como objeto e não como o sujeito da produção científica. Portanto, a literatura funciona como um dispositivo alternativo importante na construção do conhecimento sobre esses povos, ao discutir questões políticas, culturais e históricas. Visto dessa forma, o texto literário está para além da sua função estética e ficcional, atuando também nos campos do entendimento sociocultural e histórico.

> É que não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país, atualizando identidades sociais, coletivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais (MATA, 2007, p. 28).

No capítulo seguinte, verifica-se como o romance *Meio Sol Amarelo* (2008) aborda os equívocos causados pela noção ocidental, ao criar uma única imagem histórica e cultural de um povo, valendo-se de uma perspectiva negativa. É válido ressaltar que essas preocupações perpassam grande parte da produção literária de Chimamanda Adichie, autora do romance, o que a faz desenvolver, em suas narrativas, a desmistificação dos conhecimentos europeus preconceituosos sobre a África, seu povo, história e cultura.

CAPÍTULO 2

MEIO SOL AMARELO E A RESPOSTA ÀS BARREIRAS DO PENSAMENTO CRÍTICO E LITERÁRIO OCIDENTAL

2.1 CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE E A REFLEXÃO SOBRE O PERIGO DA HISTÓRIA ÚNICA

Chimamanda Ngozi Adichie, escritora, nascida em 1977, é considerada uma importante figura na produção literária africana contemporânea, de expressão inglesa, da Nigéria. Merece destaque o fato de seus romances terem sido traduzidos para vários idiomas, como o português, ganhando notoriedade no ambiente editorial, alcançando um público leitor diversificado. Pertencendo a etnia *igbo*, é filha de Grace Ifeoma e James Nwaye Adichie, pais de seis filhos, sendo ela a quinta criança. Chimamanda cresceu em Nsukka, morando numa casa em que um dia havia habitado o escritor de grande referência na Nigéria, Chinua Achebe. Faz parte de uma família de intelectuais e estudiosos. Seu pai trabalhou na Universidade de Nsukka, sendo reconhecido como o primeiro professor de estatística na Nigéria, chegando a ocupar o cargo de Vice-Reitor da Universidade. Sua mãe exerceu funções administrativas na mesma instituição.

Chimamanda frequentou o curso de medicina e de farmácia na Universidade da Nigéria, mas no ano de 1996 mudou-se para os Estados Unidos e, através de uma bolsa de estudos, graduou-se em Comunicação e Ciências Políticas, pela Universidade Estatal de Eastern Connecticut. Logo após, a escritora cursou mestrado em Escrita Criativa, na Universidade de John Hopkins, em Baltimore, adquirindo seu título em 2001. No ano de 2008, frequentou outro mestrado em Estudos Africanos, na Universidade de Yale. Atualmente, Chimamanda divide o seu tempo com atividades realizadas entre a Nigéria e os Estados Unidos, atuando como escritora, voltando-se também ao ensino de escrita criativa, participando de diversos eventos acadêmicos e

sociais nesses dois países, tratando sobre assuntos que abordam a questão da imagem do africano no mundo e, principalmente, a situação da mulher.

A autora do romance *Meio Sol Amarelo* expôs em suas diversas palestras e entrevistas, concedidas em eventos e jornais importantes dos Estados Unidos, a visão contrária ao discurso estereotipado e distorcido do Ocidente, com o qual o seu povo teve que lidar, nos diversos âmbitos sociais. Desde a infância já manifestava suas habilidades como escritora. É autora dos romances *Meio Sol Amarelo* (2008), *Hibisco Roxo* (2011) e *Americanah* (2014). Também publicou um livro de contos intitulado *A coisa a volta do seu pescoço* (2012), além de, possuir autoria de poemas e peças teatrais. Outra produção sua, *Sejamos todos feministas* (2015), trata de uma palestra transcrita para livro, que suscita uma importante reflexão sobre a situação da mulher nos tempos atuais.

Conhecida pelos discursos instigantes proferidos em eventos importantes do mundo, a escritora nigeriana também recebeu destaque mundial, através de um pronunciamento proferido durante um evento sobre tecnologia e grandes ideias, realizado nos Estados Unidos, em 2009, conhecido como *Technology, Entertainment, Design* (TED). O discurso recebeu o nome de *O perigo da história única*[8], cujo conteúdo encontra-se veiculado, quase que diariamente, nas redes sociais pelo mundo, atraindo um público diversificado, interessado no assunto tratado nele, que se volta para as questões de exclusão social e preconceito, em relação aquilo que a visão ocidentalista buscou tratar como o “outro”. É importante atentar para a reflexão gerada por essa fala, pois demonstra as intenções da escritora para a produção de suas obras, em que se fica claro o posicionamento contrário à visão preconceituosa ocidental sobre a África.

Chimamanda afirma que quando criança sua iniciação na leitura partiu de textos literários infantis britânicos e americanos, que de certa forma, seus primeiros escritos foram influenciados por essas literaturas estrangeiras. Seus personagens eram brancos e brincavam na neve, distanciavam-se da realidade

---

[8] *TED - O perigo de uma história única - Chimamanda Adichie - Dublado em português*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ. Acesso em: 11/07/2016.

vivida em seu continente. A escritora salienta que no período de infância e adolescência, quando começou a escrever, pensava que suas criações deveriam seguir o padrão ocidental da literatura, pois era com ele que mantinha contato e foi ensinada que apenas esse seria o modelo ideal de escritura literária. Claro que tal visão mudou quando passou a ler obras africanas, mesmo sendo tão escassas e de difícil acesso. Escritores como Chinua Achebe[9] e Camara Laye[10] se despontaram como grandes influências para a nova maneira do fazer literário da autora, que percebeu, através da leitura dos textos que abordavam a sua realidade social, que pessoas com a pele negra e com cabelos crespos também podiam compor um instigante enredo literário. Ela afirma que a descoberta da literatura africana a livrou de conhecer uma única perspectiva a respeito de como elaborar uma significante obra literária.

Essa experiência de Chimamanda muito se assemelha com o que relata Achebe (2012) sobre sua vivência escolar, quando frequentava uma escola na Nigéria, cujo modelo de ensino correspondia ao padrão britânico. O escritor afirma que obras inglesas como *A ilha do tesouro*, *As Viagens de Gulliver*, *O prisioneiro de Zenda*, *Oliver Twist*, *Os dias de escola de Tom Brown*, por exemplo, fizeram parte de seu repertório de leitura obrigatória na infância. Quando se deparou com livros considerados africanos, escritos por ingleses, como *As minas do rei Salomão*, de Rider Haggard, notou que a África descrita nele não correspondia à realidade que conhecia.

> A África era um enigma para mim. Eu não me via como africano naqueles livros. Eu me colocava do lado dos brancos contra os selvagens. [...] O homem branco era bom e razoável, inteligente e corajoso. Os selvagens que o combatiam eram sinistros e estúpidos, no máximo astuciosos. Eu os odiava profundamente (ACHEBE, 2012, p. 121).

---

[9] Chinua Achebe nasceu em Ogidi, Nigéria, em 1930; foi romancista, poeta, contista e crítico; atuou na diplomacia durante o conflito de Biafra e foi professor em universidades dos Estados Unidos e da Nigéria; autor de diversos livros de crítica e de ficção; *A flecha de Deus* e *O mundo se despedaça* destacam-se como uns de seus principais romances.

[10] Camara Laye nasceu em 1928, na cidade de Kouroussa, Guiné Francesa; após a independência de seu país tornou-se o primeiro embaixador do lugar; dentre seus diversos romances encontra-se *O menino Negro*.

Nessa altura percebeu que essas imagens eram enganosas e se negou a aceitar os preconceitos pregados nelas. Daí se inicia a sua jornada como escritor, que muito contribuiu para desfazer os equívocos eurocêntricos, estabelecidos pela literatura canônica ocidental, sobre a África e os africanos.

A experiência como africana nos Estados Unidos levou Chimamanda a entender que a única história que esse país conhecia sobre a África, boa parte dela, advinha dessa literatura ocidental apontada por Achebe (2012), em que foi apresentada como um lugar de diferenças e obscuridade, com sujeitos ambíguos, angelicais e demoníacos ao mesmo tempo. Sentiu de forma ainda mais intensa o peso de tal postura sobre os africanos, quando um professor americano, ao ler um de seus romances, chegou a afirmar que não era autêntico, não representava os "verdadeiros africanos". Essa "falta" de autenticidade, reivindicada pelo acadêmico, correspondia ao fato de a história narrada por Chimamanda retratar personagens africanos bem alimentados, vestidos com roupas sofisticadas e dirigindo automóveis importados. Para ele, esses indivíduos precisavam ser caracterizados como esfomeados e incivilizados, para estarem fidedignamente apresentados numa obra pretensiosamente africana. Logicamente, tal pensamento revela um sério equívoco por parte do professor americano. Parece inaceitável para o ocidental qualquer tipo de equiparação do modo de vida africano com os seus costumes. Ele não consegue entender a África fora dos parâmetros da única história sobre ela. Isso, mais uma vez, demonstra os sérios equívocos que tais condutas podem acarretar para a imagem de um lugar e das pessoas que o habitam. Como afirma a escritora, para que um povo seja conhecido como uma "coisa" é preciso retratá-lo assim, várias vezes, até fixar bem esta ideia sobre ele.

Por conseguinte, Achebe (2012) salienta que a invasão colonial, e nesse caso, aponta especificamente para os britânicos, não ocorreu apenas no âmbito territorial, mas também alcançou instituições públicas como escolas, igrejas e jornais. Em consequência disso, verifica-se a elaboração de romances que transmitiam uma imagem profundamente negativa sobre a África e o seu povo. No livro intitulado *A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios* (2012), o escritor nigeriano reúne alguns ensaios, criticando

a postura ocidental sobre a África, no que tange às produções clássicas que abarcam o pensamento científico e literário europeu. Cita uma série de obras britânicas, responsáveis por narrar o continente africano de modo enganosamente degenerado. Dentre os autores que menciona encontram-se os clássicos como Joseph Conrad, Rudyard Kipling, Edward Morgan Forster, Joyce Cary e Graham Greene. Falando sobre o romance *Preste João*, do escocês John Buchan, escrito em 1910, Achebe (2012) aponta trechos que comprovam um propósito depreciativo sobre a África, demonstrando a intenção europeia de dominar o lugar. Em uma passagem dessa obra relata-se que o homem branco é o símbolo da responsabilidade, característica que estaria ausente no negro. O narrador deixa claro que o domínio dessa qualidade tornaria o poder do colonizador necessário em terras africanas, enquanto os nativos se preocupariam apenas em “encher a barriga”.

Em outro ensaio, presente nesse mesmo livro, com o título de *O nome difamado da África*, destaca-se que conforme narrativas como a de John Buchan construíam e transmitiam a imagem negativa do continente africano, mais as atividades escravistas e, posteriormente, a colonização, se intensificavam no lugar. Mencionando os estudos de duas pesquisadoras americanas, Dorothy Hammond e Alta Jablow, o escritor e crítico nigeriano justifica a afirmação em que as estudiosas assinalam que a desvalorização dos africanos pela literatura, especificamente o romance, terminou sendo o elemento que colaborou com a justificativa infundada de que a colonização simbolizava a salvação desses povos.

O romance *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, publicado em 1902, é considerando um dos exemplos literários que propagaram uma imagem pejorativa e eurocêntrica da África, como se nota a partir do próprio título. Achebe (2012) a analisa como uma das obras ocidentais que retrataram o continente africano com as visões mais equivocadas sobre o lugar. A obra de Conrad trata o rio Congo como um espaço tenebroso, em que a chegada do personagem inglês, Charles Marlow, é descrita como o primeiro encontro do homem branco com o africano, afirmando ver no homem branco representando ali a razão e a consciência, no africano, primitivismo e inconsciência. O ambiente é retratado como inóspito e pré-histórico. Além disso, os africanos

são descritos como “sombras negras”, “um formigueiro de negros de pés chatos e empoeirados”, “formas moribundas” (CONRAD, 2000, p. 22). Mesmo compadecendo-se da situação vulnerável em que se encontravam os nativos, explorados, à mercê de um colonizador invasivo e desrespeitoso, Conrad não deixou de criar a imagem desses povos de acordo com o modelo colonialista.

> Não eram inimigos, nem condenados, agora não eram nada além de sombras negras de doença e fome que jaziam, numa confusão, dentro de obscuridade esverdeada. Trazidos de todos os recantos da costa e a coberto da maior legalidade dos contratos, perdidos num meio adverso e alimentados de forma estranha ao seu regime, caíam doentes, faziam-se inúteis, altura em que eram autorizados a procurar de rastos o repouso (CONRAD, 2000, p. 21).

Desse modo, mostra-se apenas uma única história sobre o africano, que deveria ser tomada como parâmetro para qualquer tipo de produção colonial, que abordasse esses sujeitos. Importa refletir sobre a crítica de Achebe (2012) a esse romance, pois revela o quanto a literatura ocidental obliterou aspectos cruciais da história e cultura da África, com intenções de tornar a imagem do lugar o mais selvagem e inabitável possível. O crítico nigeriano acentua que o autor de *O Coração das Trevas* esqueceu-se, talvez por conta do antigo costume dos escritores europeus de fantasiarem o continente africano como um ambiente meramente mágico e exótico, de que antes de ele chegar ao rio Congo outro europeu já o havia feito. Na verdade, o lugar, retratado pelo escritor polonês como puramente selvagem, não correspondia ao estereótipo, pois os africanos que ali estavam já conheciam os costumes ocidentais através de outro europeu, o capitão português, Diogo Cão[11].

Assim, o contato dos congoloses com os portugueses, bem antes da chegada de Conrad ao país, possibilitou a aproximação desses nativos com a cultura ocidental, o que os levou até mesmo a possuir um rei africano cristão, por um longo período de tempo, conhecido como Mweni-Congo. Esse rei se

[11] Diogo Cão é reconhecido como um dos primeiros exploradores europeus a encontrar o rio Congo e apresentá-lo a Europa em 1482, ou seja, quase quatrocentos anos antes de Joseph Conrad chegar ao lugar (ACHEBE, 2012).

converteu ao cristianismo português, sendo batizado com o nome de Afonso I. Seu filho, Nzinga Mbemba[12], tornou-se bispo em seu país, nomeado em Roma, passando a se chamar dom Afonso. Após grandes desavenças com o reino português, o Congo perdeu sua independência, passando a ser controlado por Portugal. Com isso, Achebe (2012) aponta para o fato de a narrativa de Conrad ter apagado importantes elementos da história congolesa, já que quando chegou ao lugar ele já estava marcado pela presença europeia. Daí a inconsistência em relatar o Congo como um ambiente nunca antes descoberto, tudo isso em prol de uma imagem negativa sobre a África, vista como terra de selvagens e de obscuridade.

Sobre a escrita do romance ocidental, Achebe (2012) afirma que "essa tradição inventou uma África onde nada de bom acontece ou jamais aconteceu, uma África que ainda não foi descoberta e está à espera do primeiro visitante europeu para explorá-la, explicá-la e consertá-la" (p. 89).

Pensando nisso, Said (2011), ao desenvolver sua pesquisa para a produção do livro *Cultura e Imperialismo*, demonstrou seu incômodo ao constatar que os escritores ingleses e franceses da era imperialista, não questionavam, em suas escritas, as noções de racismo e inferioridade que a prática imperialista postulou para a dominação dos não-europeus. Sobre *O Coração das Trevas* o estudioso palestino afirma que essa narrativa vinculou-se ao costumeiro pensamento ocidental de que a ação colonizadora caracterizava-se como redentora no território que explorava. Com isso, mostra também a devastação cultural que causou a missão europeia no mundo africano.

> O romance de Conrad encarna a mesma arrogância paternalista do imperialismo que é objeto de seu escárnio [...]. Conrad parece dizer: 'Nós, ocidentais, decidiremos quem é um bom ou um mau nativo, porque todos os nativos possuem existência suficiente em virtude de nosso reconhecimento. Nós os criamos, nós os ensinamos a falar e a pensar, e quando se

[12] Nzinga Mbemba (dom Afonso), já na meia-idade, aprendeu a falar e a escrever em português. Ao estudar e compreender os códigos legislativos de Portugal, teceu críticas contundentes a esse reino, sendo um opositor africano de grande relevância contra a exploração portuguesa no Congo (ACHEBE, 2012).

> revoltam eles simplesmente confirmam nossas ideias a respeito deles, como crianças tolas, enganadas por alguns de seus senhores ocidentais (SAID, 2011, p. 16).

O estudioso salienta que as obras produzidas no Ocidente finissecular sustentam que a fonte valiosa da vida encontra-se nesse espaço, onde seus representantes sentem-se à vontade para descrever o Terceiro Mundo como um ambiente decaído. “Nessa visão, as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o Ocidente” (SAID, 2011, p. 18). Nesses termos, ao se descrever o “outro” e o seu território dever-se-ia seguir o modelo de Joseph Conrad, tendo em mente uma visão degenerada e irremediável das terras não-europeias. Mesmo sendo um crítico do imperialismo, o autor polonês não deixou de retratar os africanos de acordo com os padrões desse regime. Said (2011) adverte que Conrad era apenas um homem do seu tempo que não conseguia perceber o africano como indivíduo autônomo e livre, capaz de reivindicar o que o império havia arrancado dele.

O pesquisador assinala que o romance, sendo um gênero originariamente burguês, não podia deixar de atender às necessidades imperiais, daí surgindo a sua característica excludente e preconceituosa ao abordar os povos do além mar. “As provas culturais e ideológicas de que Conrad estava errado em sua posição eurocêntrica são consideráveis e impressionantes. Existe todo um movimento, uma literatura e uma teoria de resistência e reação ao império” (SAID, 2011, p. 70). É possível confirmar essa afirmação do pesquisador nos diversos discursos veiculados por Chinua Achebe, reprovando veementemente a obra de Conrad e de outros escritores imperialistas que representaram, e representam ainda, os “subalternizados” da forma mais degradante possível.

Said (2011) também aponta um dado significativo a respeito dessas obras ocidentais canônicas, que raramente são estudadas e percebidas como agentes imperialistas, propagadoras de uma imagem distorcida do ambiente e do sujeito nativo. “Os grandes praticantes da crítica simplesmente ignoram o imperialismo” (p. 118). Nesses termos, Spivak (1999) afirma que não se pode

deixar de ler a literatura britânica do século XIX sem considerar que o imperialismo foi tratado pelos europeus como uma missão social, constituindo-se elemento significativo da representação cultural e artística do Ocidente. Por isso, “não se deve ignorar o papel da literatura na produção de tal representação” (tradução nossa, p. 120).

É importante salientar que sendo as obras europeias fundadoras de uma imagem ocidentalista sobre os não-ocidentais, por outro lado, as criações de escritores como Frantz Fanon, Amílcar Cabral, Walter Rodney, Chinua Achebe, Ngugi wa Thiongo, Wole Soyinka, Salman Rushdie, Gabriel García Márquez, e muitos outros, possibilitaram uma produção artística, literária e cinematográfica, que fazem ruir a imagem degradante que o discurso literário eurocêntrico tanto ajudou a propagar, sobre os lugares distantes da Europa.

Voltando às reflexões de Chimamanda, sobre o perigo da história única, como já relatado, a romancista nasceu em uma família de classe média na Nigéria e teve uma infância confortável, diferente da realidade de muitas crianças africanas. Era comum haver empregados em sua casa, vindos das aldeias, cuja vida era mais simples. Ao relatar a imagem que tinha sobre essas pessoas e dos lugares de onde vinham, baseava-se apenas na perspectiva da fome e da pobreza. Sua visão mudou quando, numa visita a uma aldeia, deparou-se com um objeto artesanal elaborado com criatividade, que demonstrou a habilidade artística daquelas pessoas, mas que tal característica foi encoberta por um discurso excludente, que projetou a imagem delas partindo apenas de um ângulo. Chimamanda entendeu, então, que a pobreza era a única história conhecida sobre aqueles aldeões. A questão é que podiam até viver numa realidade desigual e marginalizada, mas isso não poderia dirimir a capacidade que tinham de contribuir, através do artesanato, para um importante legado cultural e artístico africano.

O equívoco da história única também foi vivenciado pela própria escritora quando se mudou para os Estados Unidos e sua companheira de quarto na universidade não compreendia como ela dominava a língua inglesa, como podia ouvir e conhecer músicas ocidentais, além de dominar tarefas simples do cotidiano, como saber usar eletrodomésticos. A única história

conhecida pela colega americana sobre os africanos era que esses viviam num ambiente miserável, dignos apenas de piedade, não poderiam jamais viver uma realidade igual à dela. Outro fator preponderante, na visão distorcida causada pela única imagem sobre a África, é o fato de os estrangeiros tratarem todos os africanos como se vivessem da mesma maneira, descartando a heterogeneidade cultural tão própria desse continente.

Nesse entendimento, cabe a noção de poder, pois a maneira como as histórias são contadas depende de uma força querer se sobressair sobre outra. Chimamanda salienta, em seu discurso, que o poder confere a habilidade de não apenas contar a história do outro por um único viés. Além disso, é apregoada uma visão negativa para essa única versão, rejeitando qualquer noção alternativa sobre quem se fala, principalmente se for através de um olhar positivo. Tal aspecto foi abordado no capítulo anterior, quando se considerou o pensamento de Bhabha (1998) a respeito do *discurso colonial*. Para o pesquisador, tal discurso funcionou, e ainda funciona por meios mais contemporâneos, como um aparato de poder, já que desde o seu surgimento ele serviu para intensificar as diferenças entre colonizador e colonizado. Tal relação constitui-se de modo hierarquizante, em que o não-ocidental, subalternizado, foi moldado pelo discurso dominante, atendendo às necessidades de quem o representa, o colonizador. “Como regimes da verdade, os discursos estão encapsulados em estruturas institucionais que excluem certas vozes, estéticas e representações” (SHOHAT;STAM, 2006, p. 44).

Portanto, o perigo dos estereótipos presentes nas perspectivas dominantes sobre um sujeito, visto como inferior, encontra-se no fato de as forças hegemônicas determinarem que haja somente uma única história incontestável sobre ele. Contudo, as situações caóticas presentes no continente africano não precisam constituir uma perspectiva universal sobre esse lugar; existem outros casos positivos que merecem ser conhecidos sobre ele. Como argumenta Adichie (2009), a história única tira a dignidade das pessoas, torna-as menos humanas e acentua as desigualdades. Longe desse propósito, a literatura dever-se-ia contribuir para o crescimento do leitor como humano, levando-o a se deparar com situações e lugares diversos, para que

desenvolva uma visão diversificada sobre o mundo e suas particularidades, onde as diferenças possam ser entendidas de forma positiva, sem preconceitos.

Por fim, histórias importam e da mesma forma que podem distorcer uma determinada realidade, ao se direcionar por outro caminho, podem também contribuir para que novas narrativas sejam construídas, principalmente se forem relatadas por vozes nunca antes ouvidas, suprimidas pela postura ocidental. No tópico a seguir observa-se as estratégias presentes em *Meio Sol Amarelo* (2008) para contestar a visão eurocêntrica sobre a África.

2.2 O REPÚDIO AO NOME DIFAMADO DA ÁFRICA: COM A PALAVRA, O IGBO

Em *Meio Sol Amarelo* fica evidenciado o teor crítico e desmistificador da imagem eurocêntrica sobre a África. A história é norteada principalmente pelas ações de personagens africanos, com posturas contrárias à visão pejorativa e caricatural, com a qual esses indivíduos foram retratados, durante muito tempo, pelo discurso historiográfico oficial do Ocidente.

O título da obra refere-se à bandeira da autodenominada República do Biafra, um Estado que se viu praticamente obrigado a se separar do restante da Nigéria, por não suportar mais ver os povos que habitavam a região sul e leste, os *igbos*, serem massacrados pelos indivíduos do Norte que buscavam estabelecer um regime golpista no país. A bandeira era composta por três cores: o vermelho representava o sangue dos biafrenses que foram chacinados na parte norte do território nigeriano, durante a guerra civil nesse lugar; o preto se referia ao luto por estas mortes; o verde caracterizava as riquezas naturais e minerais que compõe o ambiente biafrense; por fim, a metade de um sol amarelo significada a espera de “um futuro glorioso” (ADICHIE, 2008, p. 328) para a nação biafrense.

Tendo como contexto a Guerra do Biafra, a definição do título do romance acaba por ser de grande valia para a sua compreensão como um todo, pois aponta para a esperança dos nigerianos do sul por dias melhores, principalmente para os *igbos*, que sofreram de forma violenta os ataques da guerra. O anseio pelo futuro glorioso está direcionado também para o próprio destino da África que foi tão massacrada pelas ações colonizadoras e que aos poucos vai lutando em busca de crescimento e melhorias para o continente, instigando a valorização de sua história e cultura perante o mundo.

A narrativa divide-se em quatro partes, desenvolvidas num tempo não cronológico, em que passado e presente estão intercalados entre elas. A história é narrada em terceira pessoa e retrata o período da década de 60, marcado por acontecimentos políticos importantes na Nigéria, como a Guerra Nigéria-Biafra. As personagens principais são duas mulheres, irmãs gêmeas, Olanna e Kainene. De família rica, elas vivem num cenário paradoxal, em que se deparam com questões tradicionais ligadas à sua etnia *igbo* convivendo mutuamente com fatores de modernização, instalados no país, que as fazem desfrutar de importante posição social. Olanna, que exerce o cargo de professora universitária na Universidade Nsukka, possui um relacionamento amoroso com o também professor universitário, Odenigbo.

Ainda havia o secretário doméstico da família, Ugwu, garoto aldeão, que passa a trabalhar na casa de Odenigbo aos treze anos de idade, antes mesmo de Olanna ter ido morar com o patrão. Acostumado com uma vida simples na aldeia, ao se mudar para a cidade, o rapaz descobre o novo mundo que se instala em seu país, repleto de fenômenos modernos. Recebia um tratamento especial do professor, que o incentivava a terminar os estudos e a refletir sobre a realidade social da Nigéria, bem como, a respeito do papel autônomo que precisava exercer na sociedade. Sentiu o peso da guerra, quando foi capturado por soldados biafrenses e obrigado a combater no campo de batalha contra o exército *haussá*, que representava a parte Norte do país. Neste momento, conheceu de perto as destruições causadas na mente e no corpo das pessoas que foram alvos da violência e da frieza humana, típicos fatores do contexto de guerra. A partir daí, o rapaz já demonstra ser outra pessoa, capaz de compreender melhor a si e ao mundo a sua volta.

Kainene era uma mulher de negócios e tinha envolvimento com as tramitações econômicas mais importantes do país. Criticava duramente o modo em que a mulher nigeriana era tratada, não aceitando as posturas que apontavam para a sua subalternização. Assim como a irmã, mantinha um relacionamento amoroso não tão bem aceito pelos pais, com o escritor inglês Richard, que era um homem de poucas opiniões e se sentia deslocado da realidade africana, apesar das constantes tentativas para se enquadrar.

Durante a guerra, as irmãs se despontaram ainda mais na narrativa, ao demonstrarem atitudes significativas para o momento caótico retratado na obra. Olanna toma a frente nas decisões sobre o destino da família, diante da turbulência causada pela batalha entre biafrenses e nigerianos, administrando os materiais de sobrevivência, demonstrando-se como o pilar de sustentação da casa, perante a fraqueza de Odenigbo, que acaba sucumbindo ante aos horrores da perseguição e massacre ao povo *igbo*. Além disso, ela se preocupava com a educação das crianças biafrenses, que habitavam o mesmo local em que se encontrava refugiada juntamente com os seus. Kainene aproveita sua influência com pessoas e autoridades importantes para conseguir auxílio de utensílios de sobrevivência para o povo. Criou um espaço para abrigar as pessoas, onde elas pudessem plantar e dividir alimentos, além dos cuidados com os doentes. Sua luta foi tão intensa em prol dessa comunidade que em uma de suas buscas por ajuda termina desaparecendo, sem que ninguém a conseguisse encontrar. A narrativa se encerra sem a resolução desse mistério.

A história trata justamente dos elementos tradicionais da etnia *igbo* no convívio com as fortes transformações sofridas na Nigéria, trazendo a figura da mulher para o centro desta discussão, quando se aponta que as velhas práticas tradicionais precisam se adaptar a essa nova realidade. Lembrando que as novidades não correspondem, necessariamente, às imposições do mundo ocidental, mas que parte também dele, gerando vivências e espaços totalmente novos e próprios, ao mesmo tempo. A história também traz à tona o cenário violento que foi a Guerra do Biafra, sendo retratado por vozes nunca antes ouvidas pela historiografia oficial, mas de quem realmente viveu seus horrores, buscando desmistificar a imagem destorcida europeia sobre os

biafrenses, retratados como rebeldes e não como um povo que lutou para sobreviver a um regime governamental injusto.

A presença de determinados personagens estrangeiros, especificamente britânicos, apresenta-se como uma forma de confirmar a noção preconceituosa do ocidental sobre os povos da África, pois, através de alguns discursos, é possível notar o sentimento de superioridade do homem branco para com o nativo, como uma constante. Essa era uma maneira de estabelecer que a suposta supremacia europeia jamais poderia ser questionada. No entanto, o romance apresenta tal ponto de vista não para apoiá-lo, mas para mostrá-lo como uma postura decadente e destoante da realidade em que se encontra o continente africano e seus habitantes. Dentre tantos fatores presentes na obra, o comportamento ocidentalista ficou evidente nas ações da personagem Susan, uma britânica residente na Nigéria, integrante de um grupo influente de ingleses, que comandavam negócios econômicos importantes no país.

A narrativa revela que as festas organizadas por esses estrangeiros eram plenas de luxo e ostentação, num clima de indiferença perante uma realidade social problemática em que se encontrava a Nigéria, em momentos antes, e até mesmo durante, o deflagrar da guerra civil entre nigerianos e biafrenses. As conversas que mais marcavam esses encontros giravam em torno do olhar ocidental sobre os africanos. “Soltavam risadas e comentavam que a política nigeriana ainda era muito tribal, que talvez eles ainda não estivessem prontos para se autogovernar” (ADICHIE, 2008, p. 68). Com isso, percebe-se claramente o sentimento de superioridade nesses europeus, que rejeitavam qualquer noção que considerasse a capacidade de o africano gerir bem o seu país.

> Eram quase todos ingleses, ex-administradores da ex-colônia, empresários da John Holt, Kingsway, GB Ollivant, Shell-BP e United Africa Company. Uma gente vermelha de álcool e de sol. Soltavam risadas e comentavam que a política nigeriana ainda era muito tribal, que talvez eles ainda não estivessem prontos para se autogovernar. Discutiam críquete, fazendas que tinham ou planejavam ter, o tempo ideal em Jos, oportunidades de negócio em Kaduna. Quando Richard mencionava a arte Igbo-Ugwu, diziam que ainda não havia

> mercado para ela, de modo que ele não se dava mais ao trabalho de explicar que não era dinheiro que o interessava, e sim a questão estética (ADICHIE, 2008, p. 68).

Fica evidente que os britânicos residentes na Nigéria nos anos 1960, momento em que o país já não era mais colônia da Inglaterra, estiveram empenhados em retratar uma única história, a saber, negativa, sobre os nigerianos. Por exemplo, quem chegasse de fora ao lugar era prontamente alertado sobre o comportamento dos nativos, no parecer ocidental: “o povo é todo de pedintes, esteja preparado para muito *cecê* e para o jeito como eles param e ficam encarando você na rua, nunca acredite nas histórias de azar e nunca mostre fraqueza para um empregado doméstico” (ADICHIE, 2008, p. 68). Desse modo, nota-se que mesmo não sendo mais o colonizador das terras nigerianas, a postura imperialista permanecia nesses indivíduos, que não pretendiam enxergar o africano com olhar valorativo, e sim, como um animal qualquer, um simples elemento que compunha a natureza do lugar, podendo ser facilmente domesticado. No exemplo que se segue, o romance revela o racismo do homem branco para com o africano, opondo-se a ele pelo tom crítico percebido no discurso do narrador. Tal aversão, suscita a reflexão de que o preconceito racial do homem branco foi responsável por retratar uma única imagem do homem negro, interligada ao tom de sua pele, caracterizando-o com o estereótipo de “macaco”:

> Havia piadas para ilustrar cada passo dos africanos. A do africano presunçoso [...]: *O que você está fazendo com esse macaco?*. E o africano respondeu: *Isto não é um macaco, é um cachorro* – como se o inglês estivesse falando com ele! (ADICHIE, 2008, p. 68).

A personagem britânica Susan, percebida como representante do parecer eurocêntrico em *Meio Sol Amarelo* (2008), recebeu o britânico Richard na Nigéria com o intuito de auxiliá-lo na produção de seu livro, sobre os costumes nigerianos, oferecendo a ele explicações sobre o país, sustentadas por um ponto de vista ocidental preconceituoso.

> Susan falava com autoridade sobre a Nigéria e os nigerianos. Quando passavam pelos mercados barulhentos, com música High Life jorrando das lojas, pelas barracas dos ambulantes montadas ao acaso, pelas sarjetas cheia de água parada, ela dizia: Na verdade, eles têm um vigor extraordinário, mas muito pouco senso de higiene, infelizmente (ADICHIE, 2008, p. 70).

Tal conduta exemplifica a postura de poder que o ocidental buscou manter a todo custo perante o africano. Num de seus passeios aos mercados a céu aberto buscava ressaltar o barulho e a falta de higiene do lugar, em vez de apontar elementos ricos que simbolizavam a cultura nigeriana, como as conversas próprias das pessoas desse ambiente, a comida típica e a música. Vê-se a todo instante essa personagem assinalar os elementos culturais da Nigéria a partir de uma noção constantemente negativa. “Nas noites de sábado, quando apontava para os grupos de pessoas vestidas com cores brilhantes, dançando em frente a toldos iluminados, dizia: ‘Olha só. Os *iorubas* se endividam até o pescoço para darem essas festas” (*ibidem*, p. 70).

De acordo com Shohat & Stam (2006), o homem branco, caracterizado pelo discurso ocidental como o inteligente, símbolo da ordem, seria o único capaz de organizar a “desordem” do mundo. Portanto, tudo aquilo que se diferia das práticas socioculturais do homem branco, foi tratado como caótico e obscuro, desprovido de organização. Refletindo sobre essa questão, Said (1990) desenvolveu o seu estudo sobre o *orientalismo*, como já se apresentou no capítulo anterior. Nota-se no comportamento da personagem Susan um exemplo do que representou tal conhecimento, que dinamizou as práticas ocidentais dominantes em lugares não-ocidentais. Como salienta o pesquisador palestino, o *orientalismo* não é apenas desumano, ele é persistente, vai se perpetrando, mesmo se o par dominante, o europeu, estiver em um ambiente descolonizado. Como se nota nas atitudes de Susan, norteadas pelo pensamento orientalista. Mesmo estando no território estrangeiro, a britânica mantém uma postura binária: *eu*, branca, normal, racional, madura, símbolo de supremacia; *eles*, “escurinhos”, diferentes, irracionais, infantis, símbolo de decadência. Outra característica no

comportamento de Susan, que simboliza a visão orientalista, é a necessidade de descrever o outro, colocando-o como objeto apreciável de modo arbitrário.

> O oriental é apresentado como algo que se julga (como num tribunal), algo que se estuda e se descreve (como em um currículo), algo que se disciplina (como em uma escola ou prisão), algo que se ilustra (como em um manual zoológico). A questão é que em cada um desses casos o oriental é contido e representado por estruturas dominantes (SAID, 1990, p.50).

Para a personagem britânica e seus colegas, o africano precisava ser descrito e explicado de acordo com seus parâmetros ocidentais, refletindo a conduta orientalista de tratar o não-ocidental como objeto de exame, disposto a ser “julgado, disciplinado, governado” (SAID, 1990, p. 51). Susan fazia questão de apresentar Richard para os amigos estrangeiros como um escritor que estava na Nigéria para descrever o lugar e seus habitantes. Oferecia-lhe tudo o que estava ao seu alcance para que ele fosse bem sucedido nessa tarefa, “como se o fato de escrever tivesse se tornado sagrado” (ADICHIE, 2008, p. 71). Com isso, comprova-se, mais uma vez, a atitude eurocêntrica nessa personagem de querer falar pelo outro, por achar deter o conhecimento pleno sobre ele, um saber reconhecido e postulado cientificamente que não poderia ser refutado. Contrariando tal prática Achebe (2012) faz a seguinte consideração:

> contar a história do povo negro [...] tem sido uma responsabilidade que os brancos tomaram para si, e eles o fizeram, sobretudo, para atender aos propósitos da gente branca, naturalmente. [...] Há muitos interesses psicológicos, políticos e econômicos investidos nessa imagem negativa. A razão é simples. Se você vai escravizar ou colonizar um povo, você não vai escrever um relato elogioso sobre ele, nem antes nem depois. Em vez disso, você vai descobrir ou inventar histórias terríveis sobre ele, de modo que seu ato de banditismo se torne algo fácil de você assumir (p. 66).

Richard e Susan também tiveram um relacionamento amoroso, antes de ele conhecer Kainene, sua futura amada. A britânica não se importava quando seu amante flertava com mulheres africanas durante as festas que frequentavam, pois "as negras não representavam nenhuma ameaça para Susan" (ADICHIE, 2008, p. 69). No entanto, Susan tinha sérios ataques de ciúmes quando Richard trocava algumas palavras com mulheres brancas durante os jantares que frequentavam com os ingleses presentes no país. Não suportava a ideia de ser trocada por uma delas. Portanto, a mulher branca é vista pela britânica como uma rival, podendo representar uma ameaça ao seu relacionamento com Richard. Já a mulher africana não estaria nesse mesmo patamar, no entendimento de Susan, pois a via como um ser inferior, não podendo se colocar em um lugar de disputa com ela, estando sempre abaixo. Na situação apresentada a seguir, em que Richard aborda uma nigeriana durante um jantar, nota-se o desprezo empenhado pela britânica em relação à mulher africana, especificamente à nigeriana:

> Houve o jantar em que falou sobre arte Nok[13] com uma professora universitária, uma tímida *yoruba* que parecia estar tão deslocada quanto ele. Como esperasse uma reação de Susan, preparou-se para pedir desculpas antes mesmo que ela pisasse na sala, poupando assim uma taça. Mas Susan estava toda faladeira, na volta; perguntou se a conversa com a mulher havia sido interessante e disse que esperava que ele tivesse aprendido alguma coisa útil para usar no livro. Ele a encarou na obscuridade do interior do carro. *Ela não teria dito a mesma coisa se a conversa fosse com uma britânica, mesmo que algumas tivessem ajudado a redigir a constituição nigeriana. Era apenas como ele percebeu, uma questão de as negras não representarem ameaça nenhuma para Susan; elas não eram rivais* (ADICHIE, 2008, p. 69, grifo nosso).

Sendo assim, por mais que a nigeriana exercesse atividades sociais valorizadas e tivesse uma formação nos moldes ocidentais, Susan fazia questão de destacar a imagem subalternizada dessa mulher: uma africana "escurinha". Elas não poderiam ser páreas a ela, pois sua visão era

[13] Objetos confeccionados por povos que viveram próximo a aldeia Nok, na Nigéria, nos anos 500 a.C. São estatuetas que representavam feições humanas, esculpidas com terracota. Tal arte influenciou na formação artística e cultural da etnia nigeriana *yoruba*, chegando aos dias atuais.

definitivamente hierarquizante, vendo-se como superior. Diferentemente das brancas, para Susan, não precisava ter ciúme das africanas, pois não passavam de objetos a serem avaliados ou estudados. Porém, fugia-lhe a ideia de que uma delas seria o principal motivo para o seu futuro e definitivo rompimento com o escritor britânico, Richard.

Assim, a ação dessa personagem demonstra o racismo e o desrespeito que o Ocidente assumiu no tratamento da África, seu povo e cultura. Como afirma Shohat & Stam (2006), “o racismo é a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica” (p. 51). Os pesquisadores esclarecem ainda que o racismo também provoca, em quem o exerce, um sentimento de superioridade, tendo em vista que o objeto alvo não representará nenhuma ameaça. Isso fica exemplificado nas atitudes de Susan, ao tratar os africanos como seres inferiores, percebendo a mulher nigeriana apenas como um objeto para deleite sexual do homem branco e não como um sujeito que poderia estabelecer um relacionamento amoroso e recíproco com ele. Importante ressaltar que a presença do discurso racista no romance não se dá como uma forma de reforçá-lo, mas de combatê-lo por meio das colocações chocantes com que o leitor se depara na narrativa, instigando a reflexão em torno da rejeição desse tipo de conduta que levou o povo africano a sofrer o risco de apenas uma única versão histórica sobre ele, ainda por cima, de um ponto de vista drasticamente negativo.

Richard foi um inglês apresentado no romance de forma diferenciada da imagem ocidental apregoada para o homem branco europeu, cujas principais características deveriam ser a força e a bravura. No entanto, esse britânico foi caracterizado como uma figura apagada e sem muita visibilidade no ambiente, repleto de africanos dotados de uma postura confiante. Não aparentava a arrogância que alguns europeus costumavam mostrar, “achando que entendem os africanos melhor que os africanos entendem a si mesmos; a verdade é que ele se apresentou com uma incerteza cativante – uma quase timidez” (ADICHIE, 2008, p. 48). Queria aprender mais a respeito da arte *Igbo-Ukwu*, própria dos povos que habitavam a parte oriental da Nigéria, que consistia em

artefatos confeccionados a partir do cobre e do bronze. Via-se fascinado por esses objetos, estando empenhado no projeto de estudo e escrita sobre eles.

Ao chegar às terras *igbo*, deslocou-se para um lugar de escavações arqueológicas e conversou com um dos sacerdotes da aldeia, que acompanhou o trabalho dos arqueólogos. Neste momento, Richard se surpreende com a força que caracteriza essa etnia, que desde os primórdios, buscava o melhor para a coletividade, mesmo que para isso tivesse até que destituir reis ou deuses que não correspondessem aos anseios do povo. Os *igbos* adotaram desde sempre a forma republicana de liderar, onde os aldeões tinham a oportunidade de escolher seu representante, sendo ele sacerdote ou ancião.

> *Também acharam uma câmara mortuária não foi*? Richard perguntou. *Acharam*. *O senhor acha que foi usada por um rei*? Pa Anozie deu uma olhada comprida e magoada para Richard e durante alguns instantes ficou resmungando algo, com ar aflito. Emeka riu, antes de traduzir. *Papa disse que achava que você era um dos brancos que sabem pelo menos um pouco. Ele disse que o povo igbo não conhece o que é rei. Nós temos sacerdotes e anciãos. A câmara mortuária deve ter sido para algum sacerdote. Mas um sacerdote não faz o povo sofrer tanto quanto um rei. Os brancos nos impuseram os chefetes locais, e agora todos estão se dizendo reis* (ADICHIE, 2008, p.88).

O escritor inglês ficou perplexo com tais constatações e por se deparar com diversos artefatos encontrados nas escavações que frequentou, repletas de objetos produzidos de forma espontaneamente criativa. “Richard sentou-se ali por algum tempo, imaginando a vida de pessoas capazes de tanta beleza, de tanta complexidade, nos tempos de Alfredo, o Grande[14]” (ADICHIE, 2008, p. 88). A perplexidade do inglês diante de tanta variedade artística demonstra que ele estava imbuído da visão eurocêntrica sobre o africano, tido como incapaz de criar elementos significativos para a sua cultura.

---

[14] Referência ao rei inglês Alfredo que governou a Inglaterra em 871 d.C. Foi o único monarca do país a receber o apelido de “o grande”. Durante seu reinado, ficou conhecido como o forte guerreiro que expulsou das terras britânicas os *vikings*, povos escandinavos que invadiam os territórios europeus, nessa época, a fim de saqueá-los.

> Sinto um grande fascínio por aqueles artefatos de bronze, e isso desde o dia em que soube da descoberta. Os detalhes são espantosos. É quase incrível que esse povo já estivesse tão adiantado na complicada arte de fundir com cera perdida à época das invasões viquingues. Há uma magnifica complexidade nos objetos, simplesmente magnífica (ADICHIE, 2008, p. 134).

Ao observar o ambiente de perto, Richard encheu-se de dúvida e confusão, por averiguar que seu aprendizado na Inglaterra sobre a África e os africanos não correspondia ao que estava diante de seus olhos. Era totalmente contrário. A partir daí, a sua produção escrita tornou-se uma tarefa impossível para ele, por não conseguir enquadrar sua visão estrangeira com o que estava posto diante de si.

O britânico foi duramente criticado por um personagem africano, professor Okeoma, da Universidade de Nsukka, que o confrontou, afirmando que seu trabalho voltava-se para falar da arte dos antepassados *igbos* a partir de um olhar distante e puramente estrangeiro. “Você parece surpreso, disse Okeoma. O quê?. Você parece surpreso, como se nunca lhe tivesse passado pela cabeça que esse povo fosse capaz de fazer tais coisas” (ADICHIE, 2008, p. 135).

O catedrático enfatizou que tal costume poderia levar o seu trabalho a ser mais um contribuinte para a elaboração de equívocos sobre a África. Com esse episódio, nota-se a atitude do africano sendo capaz de contrariar as posturas eurocêntricas, quando falam pelo outro por uma visão distorcida da realidade. Como salienta Achebe (2012), esse tipo de costume deve ser combatido “com resistência e até hostilidade” (p. 66) por parte dos africanos, alvos das sérias distorções ocidentais, que construiu uma imagem negativa sobre eles, postulada por um discurso dominante e desigual, que possui influência até nos dias atuais. Na figura de Richard, verifica-se esse domínio sendo desfeito, revelando um europeu incapaz de produzir conhecimentos válidos, quando se tenta fazer por seus próprios meios, desconsiderando a participação ativa do outro de que se pretende falar. Vê-se nesse personagem

os valores imperialistas sendo arruinados, como forma de contrariar as posturas dominantes que tanto assolaram a imagem do continente africano.

Ainda refletindo sobre as ações de Richard, sendo ele uma figura desmistificadora dos padrões do homem branco, determinados pelo discurso eurocêntrico, a noção de força que tanto permeou as ações dos colonizadores europeus, servindo como sinônimo de bravura, acabou sendo contrariada de modo veemente nesse personagem. O inglês sentia-se ineficiente por não conseguir compreender a nigeriana Kainene, mulher com quem se relaciona. Sentia-se impotente em diversos sentidos em seu relacionamento, inclusive na área sexual. "Às vezes, achava que não sabia nada sobre ela, e que nunca seria capaz de entendê-la" (ADICHIE, 2008, p. 85). Nessa relação, Richard era a parte dominada. Kainene determinava seus afazeres, onde iria morar, os empregados que a serem contratados, praticamente suas opiniões não contavam e não eram ouvidas em quase todos os momentos pela nigeriana:

> Você vai precisar de um empregado, disse ela. O quê?. Um empregado em Nsukka. Vai precisar de alguém para lavar sua roupa e limpar a casa. Um empregado? Eu me viro muito bem sozinho. Já vivi sozinho muito tempo. Vou pedir a Olanna para encontrar alguém, disse Kainene (ADICHIE, 2008, p. 86).

Veja-se no exemplo acima que Kainene coloca-se à frente das decisões que envolvem desde os aspectos mais cotidianos do casal, como moradia e trabalho, até questões ainda mais importantes, como negócios. Ao comprar uma casa no litoral sul da Nigéria, em Port Harcourt, Kainene a apresenta a Richard, sem que ele tenha participado da escolha do imóvel:

> *Eu gostaria que fosse um pouco mais perto do mar, para nós termos uma vista melhor. Mas, pelo menos mudei a decoração paterna e já não está mais tão nouveau riche*[15]*, eu imagino*.

[15] Expressão inglesa que se traduz em português como "novo-rico". É utilizada para caracterizar pessoa originária de classe social baixa que enriquece subitamente, mas que mantém um estilo de vida, gostos e modos considerados vulgares pelas classes mais altas.

> Richard riu. [...] Ela dissera nós. *Nós* significava dois; ela o incluíra (ADICHIE, 2008, p. 87, grifo nosso).

Com isso, se verifica a dominância exercida por Kainene nesse relacionamento que praticamente torna invisível a figura de Richard. Trata-se de uma mulher de negócios.

A todo instante Richard se sente confrontado com a força do homem africano, principalmente na imagem de Madu, ex-namorado de Kainene, e de Odenigbo, professor universitário, marido de Olanna. Esses africanos contrariavam o que apregoou a ideologia eurocêntrica sobre o seu povo. Diferentemente de Richard, eram indivíduos convictos de si, esbanjavam força e coragem, tendo plena consciência de seu papel na sociedade nigeriana. Ao ser apresentado a Madu,

> Richard quase recuou. O homem era imenso. Richard estava acostumado a ser o mais alto da sala, aquele a quem tinham de erguer a vista para conversar, mas ali estava um homem que tinha quase oito centímetros a mais, com uma largura de ombros e uma corpulência que o fazia ainda mais alto (ADICHIE, 2008, p. 96).

Grandes em estatura e força, os homens africanos faziam o escritor inglês se sentir “sufocado” e “insignificante” perante eles (*ibidem*, p. 96). Não eram “pobres animais inocentes” e facilmente domesticáveis, e sim, africanos fortes para lutar a favor de seu país, com inteligência suficiente para criticar as imposições ocidentais sobre eles. De modo geral, Madu e Odenigbo representavam a aversão africana aos preceitos ocidentais preconceituosos sobre a África.

Sendo Richard um personagem desmistificador das visões eurocêntricas, importa ressaltar que é preciso percebê-lo, na narrativa de Adichie (2008), não de modo rebaixado ou depreciativo. Na verdade ele se reconhece como um “peixe fora d’água” (ADICHIE, 2008, p. 88), pois não corresponde aos moldes do Ocidente, nem tão pouco consegue se encaixar no

olhar africano. Ele representa uma espécie de entrelugar. Contudo, é um personagem que demonstra evolução. Diferentemente da preconceituosa Susan, Richard é um ocidental disposto a aprender com o outro, que respeita as diferenças e reconhece o devido valor que tem a cultura africana. Nele, o romance aponta para um futuro esperançoso, com posturas europeias não mais preconceituosas e excludentes sobre a África, onde o discurso ocidental não será o único tido como válido.

Ao refletir sobre a figura do personagem Odenigbo percebe-se o quanto seu papel no romance é emblemático para desfazer os equívocos causados pelo discurso eurocêntrico a respeito da África. O nigeriano estudou fora, na Inglaterra, possuía carros luxuosos, era um típico varão *igbo*, forte, com semblante viril e seguro do que tradicionalmente se esperava de um homem dessa etnia.

> Ele caminhava com uma confiança agressiva, tinha o andar de alguém que jamais pediria uma informação, de quem sempre teria certeza de chegar, de um jeito ou de outro. Odenigbo não demonstrava um pouco de incerteza. Ele tinha confiança demais (ADICHIE, 2008, p. 41).

Lia uma variedade de textos que abarcavam conhecimentos matemáticos, história da África e os impactos coloniais em seu continente. Foi retratado na obra como um sujeito articulado com as causas políticas e sociais de seu país. Trata-se de um personagem que não fazia questão de erguer a voz em favor de sua realidade. A casa em que vivia localizava-se no *campus* da Universidade de Nsukka, onde lecionava, era um ponto de encontro entre os professores universitários africanos, que se reuniam para promover debates importantes sobre a política, a cultura e a história da Nigéria, da África e do mundo. É durante esses episódios, centralizados na conversa entre os catedráticos nigerianos, que se percebe de forma ainda mais contundente a crítica e a desconstrução da imagem eurocêntrica a respeito do continente africano.

Nesses momentos, tanto Odenigbo quanto seus colegas catedráticos fazem duras críticas a pensamentos de intelectuais importantes do Ocidente, responsáveis por criar perspectivas estereotipadas a respeito de povos não-ocidentais. Rejeitam claramente os conhecimentos de filósofos europeus como Hume, Voltaire e Locke, vendo-os como propiciadores de um pensamento ocidentalista e excludente. Para John Locke, os indígenas deveriam se enquadrar na mesma categoria de um infante, além de serem idiotas e ignorantes, seriam incapazes de raciocinar; David Hume conceituou o negro como *natureza*, para caracterizá-lo como elemento destituído de humanidade, sendo naturalmente inferior ao branco; Voltaire, apesar de ter se mostrado oposto à escravidão do africano, não deixou de também caracterizá-lo como subalterno (SHOHAT;STAM, 2006).

Com críticas contundentes, a obra vai promovendo o repúdio às noções hegemônicas ocidentais, através de indivíduos africanos que retratam posturas altamente conscientes e reflexivas de sua história e cultura, bem como dos impactos das ações colonizadoras contra a África.

Odenigbo, personagem que se desponta como um dos grandes críticos do pensamento eurocêntrico, aponta para a incoerência de determinados europeus em enxergarem grandeza nas ações nazistas, pois entende que os procedimentos desse grupo começaram em tempos remotos, com os africanos. “O que as pessoas não vêem é o seguinte: se a Europa tivesse cuidado mais da África, o Holocausto dos judeus não teria ocorrido. [...] A Guerra não teria acontecido. Pois eles começaram os estudos sobre raça com os *hererós*” (p. 64-65). Essa etnia citada por Odenigbo ocupava o território africano da Namíbia e foi colonizada pelo governo Alemão, no início do século XX. Os *hererós* não se renderam à invasão colonial desses europeus e com eles guerrearam. A luta foi desigual, o que os levou à derrota e ao massacre semelhante ao que foi submetido o povo judeu, durante o período conhecido como holocausto. Foram postos em campos de concentração para morrerem de inanição e de envenenamento através da água (SANCHEZ;BRANDÃO, 2014).

Sendo Odenigbo um nigeriano com uma consciência ativista, tal aspecto acabou provocando uma grande mudança no comportamento de Ugwu, seu empregado, personagem que será analisado de modo mais aprofundado em momento posterior. Suas conversas com o patrão despertaram nele sentimentos e pensamentos que nunca havia experimentado. Esta convivência lhe proporcionou o primeiro contato com um discurso avesso e desconstrucionista da ideologia eurocêntrica sobre a África e os africanos. "Você sabe quem na verdade matou Lumumba[16]?', disse o Patrão, erguendo os olhos de uma revista. 'Foram os americanos e os belgas. Não teve nada a ver com Katanga" (ADICHIE, 2008, p. 19). O catedrático demonstra ser plenamente consciente da dominação europeia em seu continente, principalmente com relação ao discurso ocidentalista que atuou na reinvenção da África por meio de sérios equívocos, como o de querer atestar a inferioridade desse território em todos os aspectos, sendo eles territoriais, geográficos, históricos e culturais. Numa das importantes conversas com Ugwu, Odenigbo mostra-lhe o *mapa-múndi* e afirma: "Este aqui é o mundo, se bem que as pessoas que desenharam o mapa resolveram pôr a terra deles em cima e a nossa, embaixo. Mas não existe um em cima e um embaixo, entende?" (*ibidem*, p. 20).

Refletindo sobre isso, Mazrui (2011) afirma que a cartografia europeia da história científica e intelectual mundial acabou por triunfar sobre os demais conhecimentos. Foram os europeus que deram um nome à maioria dos continentes e oceanos, a muitos grandes rios e lagos, bem como à maioria dos países.

> A Europa fixou a posição do mundo de tal forma que nós pensamos o continente europeu como situado acima da África, no cosmos, e não abaixo dela. Ela fixou o tempo do mundo de tal maneira que a hora universal se determina a partir do meridiano de Greenwich (p. 11).

[16] Fundador do Movimento Nacional Congolês (MNC), Patrice Lumumba foi o principal líder na luta contra a dominação colonial belga no Congo; eleito primeiro-ministro em 1960, ocupou o cargo apenas por doze semanas, sendo vitimado por um golpe de estado; foi capturado ao tentar fugir do país e assassinado em 17 de janeiro de 1961; o discurso historiográfico oficial tentou, por muitos anos, encobrir a participação belga nesse assassinato, imputando a culpa apenas à liderança de Katanga, cidade do Congo.

Assim sendo, a historiografia ocidental construiu a imagem da África como um continente passivo, alguns até, numa postura ofensiva, chegaram a relacionar a figura da mulher com este território, denominando-o como continente-mulher, “em alusão a uma suposta passividade e penetrabilidade natural” (*ibidem*, p. 24).

Contrariando esses preceitos, a narrativa de Adichie (2008) mostra o continente africano de forma ativa, repleta de sujeitos com atitudes contrárias a passividade. Durante a conversa entre Odenigbo e Ugwu é possível notar a clara tentativa de conscientização que o patrão busca instigar no jovem empregado, desmistificando as práticas ideológicas coloniais sobre a inferioridade do africano e seu território. Para ele, Ugwu, simples aldeão, precisava aprender essas questões, refletir sobre elas. “A educação é uma prioridade! Como é que podemos resistir à exploração se não temos as ferramentas para entender o que é exploração?” (*ibidem*, p. 20), dizia o catedrático, preocupando-se com a educação do rapaz.

Ugwu não havia concluído os estudos, pois os pais não tinham como mantê-lo na escola e também precisava trabalhar com o pai para poder auxiliar na manutenção da família, que era numerosa. Preocupando-se com a educação do rapaz, Odegnibo o matriculou na escola dos filhos dos funcionários da universidade de Nsukka, pois para ele a educação era o caminho para desvendar os construtos ocidentais sobre a África e os africanos.

> Existem duas respostas para as coisas que eles vão lhe ensinar sobre a nossa terra: a resposta verdadeira e a resposta que você dá na escola para passar de ano. Você tem que ler livros e aprender as duas versões. Eu vou lhe dar livros, excelentes. [...] Eles vão lhe ensinar que um homem branco chamado Mungo Park, descobriu o rio Níger. Isso é besteira. Nosso povo pescava no Níger muito antes que o avô de Mungo Park tivesse nascido. Mas, no seu exame escreva que foi Mungo Park (ADICHIE, 2008, p. 21).

Nesta fala de Odenigbo é possível perceber a força do discurso historiográfico oficial aceito como único válido, tanto que a aprovação escolar

de um estudante só ocorria se ele desenvolvesse suas atividades baseadas no conhecimento ocidental. Ao apontar as fissuras desse saber o catedrático propõe pensar a reconfiguração da história da África considerando um ponto de vista próprio, tenta justamente instigar a consciência de Ugwu sobre esses fatores, mostrando a educação como o caminho mais viável. Como afirma Shohat & Stam (2006), os alunos são ensinados que a historiografia verdadeira encontra-se na Europa, onde apenas os europeus constituem-se como indivíduos históricos, que se desenvolvem ao longo do tempo. “Dessa forma, as instituições coloniais procuraram destituir certos povos dos ricos atributos culturais que formavam sua identidade comum, deixando um legado de trauma e resistência” (p. 42).

Ugwu fora orientado por sua tia a chamar o patrão de *sah*, um termo usado pelos nigerianos para tratar os patrões europeus e africanos que ocupavam cargos prestigiados. Deriva-se do inglês *sir* que significa *senhor*. “Não esqueça que, quando ele chamar, você sempre vai responder ‘Pois não sah” (ADICHIE, 2008, p. 12). Averigua-se, então, que esse comportamento advém da ação colonial sobre os africanos que eram ensinados pelos europeus a tratá-los como senhor, numa postura hierarquizante, o que comprova a implantação da ideologia de supremacia do homem branco perante aquele povo.

Isto acabou se estendendo a qualquer comportamento que indicasse posições díspares, principalmente se uma das partes estivesse ocupando um espaço de maior privilégio social, ou dominante. Por isso, era comum africanos tratarem outros africanos como senhor, bastava um deles pertencer a um grupo elitizado. Era dessa forma que Ugwu tratava Odegnibo. No entanto, o patrão não aceitava ser chamado de senhor pelo rapaz que era constantemente repreendido por ele.

> - O meu nome não é *Sah*. Me chame de Odenigbo.
>
> - Pois não, *Sah*.
>
> - Odenigbo será sempre o meu nome. *Sir* é acidental. Você pode vir a ser o *sir* amanhã (ADICHIE, 2008, p. 23).

Na verdade, Ugwu sentia orgulho de chamar o patrão de *Sah* (Senhor), pois via neste termo um aspecto que lhe conferia poder. Entende-se que este tipo de tratamento que o jovem direcionava ao professor se distinguia dos papéis hierarquizantes vivenciados no período colonial, em que se via uma das partes sendo subalternizada a outra. No caso de Ugwu é compreensível que não se trata de um tipo de subalternização, pois o próprio Odenigbo não aceitava ser chamado de senhor, também pelo fato de ele instigar uma consciência crítica no rapaz demonstra que não há uma relação de dominância. É possível entender, então, que o romance assinala, com esse tratamento de Ugwu para com o patrão, uma forma de apontar para uma valorização do africano, que agora podia ocupar e desempenhar papéis de prestigio na sociedade. Dessa maneira, a obra vai contrariando a imagem ocidental que desmereceu o africano, retratando-o como um ser que sempre estaria num lugar de submissão em relação ao europeu.

Neste capítulo, pôde-se constatar o quanto o discurso literário, científico e filosófico ocidental dos séculos XVIII e XIX serviram às necessidades imperialistas, ao postular uma suposta supremacia branca em relação aos não-europeus, e de forma ainda mais específica, aos africanos, silenciados na construção do conhecimento sobre eles. As teorias pós-coloniais assinalam a necessidade de pesquisas que questionem as assertivas canônicas preconizadas no meio científico, tidas como inquestionáveis. Assim, nota-se a literatura africana como importante auxílio na identificação dos equívocos eurocêntricos, promovendo respostas que os desconstroem, além de traçar novos modos de concepção da historiografia africana, alvo do aniquilamento ocidental, em que a palavra seja oferecida, de modo mais que merecido, ao africano.

Dentro desse cenário a mulher foi colocada numa situação ainda mais periférica. Direcionando a discussão para a abordagem da situação da mulher africana na pós-colonialidade, torna-se imprescindível observar o modo como o romance africano da contemporaneidade, escrito pela mulher pós-colonial, traz à tona questões de denúncia contra a subalternização feminina, fenômeno persistente mesmo num contexto de grandes alterações sociais. Desse modo, a africana, mesmo estando numa sociedade presuntivamente livre da

dominação colonial, ainda convive com os efeitos negativos desse processo sobre o seu povo e com a violência praticada pelo patriarcalismo de sua cultura.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA MULHER AFRICANA NO ESPAÇO DA ESCRITA LITERÁRIA

Ao tratar da civilização africana logo se evidencia que a construção histórica e cultural da África foi construída à margem. Ao considerar isso, torna-se imprescindível direcionar o olhar sobre o papel das mulheres escritoras africanas, tendo em vista a tendência colonialista de silenciar suas produções. Laura Padilha (2007) ao abordar as concepções do cânone ocidental e as suas acepções salienta que seu significado está atrelado ao campo semântico do sagrado. A fé constitui-se como uma das colunas que sustentam o imperialismo e se o cânone está inserido nesse contexto, ele se contamina da postura coercitiva do campo sagrado do Ocidente. “Sendo as culturas africanas, por princípio e de princípio, excluídas, por sua diferença axial, de tal edifício, por não se sustentarem nem em uma base greco-latina e nem na judaico-cristã, não há outra saída para suas manifestações, senão a imersão no vazio e no silêncio” (LAURA PADILHA, 2007, p. 470). A estudiosa confirma a ideia, discutida nesta pesquisa, de que africanos e asiáticos aparecem na cena do Ocidente como algo a ser devastado.

Ao discutir essa questão, Padilha (2007) direciona seu olhar ao processo de formação das literaturas africanas, tendo em vista a hegemonia masculina, a partir do século XIX. Ela ressalta que as vozes femininas aparecem na literatura colonial de modo tímido. “Nos anos 40 e 50 do século XX, tais vozes se vão consolidando pouco a pouco, ganhando mais espaço e densidade, mesmo assim, de modo mais tímido que as masculinas” (p. 471). Por isso, a importância de refletir sobre contribuições que ofereceram a formação do sistema literário de países não-ocidentais, principalmente os africanos, afim de tornar audíveis as vozes femininas no cânone literário desse continente. Como

afirma a teórica, “qualquer fala ganha corpo a partir do silêncio” (PADILHA, 2007, p.486).

De acordo com Inocência Mata (2007b), as escritoras africanas, inseridas num contexto social tradicionalmente marcado pela desigualdade institucional de suas nações, acabam sendo privilegiadas, por conseguir dominar a escrita, recurso altamente valorizado na África. Nesse sentido, sua produção literária acaba funcionando como porta-voz da situação da mulher africana. Para a estudiosa, ao representar tal realidade, a escritora africana expõe as assimetrias pelas quais a mulher está submetida, como as desigualdades e discriminações, a subalternidade social, cultural e psicológica.

> Tendo em conta estes pressupostos, e sabendo do lugar marginal [...] da participação feminina na construção da tradição literária, proponho que se persiga a trajetória literária de mulheres cuja produção não apenas teve um papel fundamental na construção de um imaginário de resistência fundacional das diversas nacionalidades, ainda quando a escrita literária era subsidiária da construção da nação política e cultural, como na transformação desse sistema no período pós-colonial (INOCÊNCIA MATA, 2007b, p. 422).

Ao notar a importante atuação das escritoras africanas no período nacionalista, de valorização da nação, Inocência Mata (2007b) aponta que, para além das questões nacionais, tais escritoras possuíam um aspecto diferencial em suas produções: trabalhavam temáticas colocadas à margem pelo sistema literário que se construía naquele momento. “Assim, pela escrita [...] pode-se chegar a essa ‘história’ de vozes silenciadas, pois é também a escrita representação do indizível” (p. 423). Na busca por essas vozes o texto literário no feminino constitui-se como a construção de uma postura que leva em conta a necessidade de revelar as questões sociais que envolvem a mulher. Por conta desse modelo de produção, há o estimulo à construção de cultura sem desigualdade, através do questionamento do cânone e sua tendência à exclusão.

Poetisas como Alda Espírito Santo, Noémia de Sousa, Glória de Sant'Anna, Alda Lara constituíram o quadro literário anticolonial e fizeram significativa diferença nesse período, pois foram além das respostas construídas sobre sua nação. Duplamente colonizadas, pela partilha desigual do poder na África, quebraram alguns paradigmas estéticos do nacionalismo e problematizaram a situação da mulher. Portanto, a recusa dessas primeiras escritoras aos valores da tradição cultural, sobre o papel subalterno atribuído a mulher, aponta o início da formação de uma consciência sobre os problemas internos da sociedade africana. Tal aspecto, serviu de fundamento para as escritoras atuais, que problematizam em suas produções, de modo explícito e contundente, as questões que envolvem a condição feminina.

Logo, as escritoras africanas da pós-colonialidade demonstram um incômodo a respeito da condição africana perante o mundo ocidental, indo além disso, instigando o rompimento de posturas que inferiorizam a mulher. Segundo Inocência Mata (2007b), a escrita da mulher africana atual busca a valorização da diferença como elemento principal para a dignificação do sujeito feminino. "Por isso, vejo na escrita de autoria feminina o mesmo sentido que os escritores africanos tiveram no tempo colonial: a resistência" (p. 439).

Nos estudos de Patrícia Rainho (2007) levanta-se a questão do feminismo como ideologia política, que se insere no campo literário contemporâneo, como forma de contestar as práticas canônicas, características de posturas patriarcais. Assim, "inicia-se um novo tipo de discurso na literatura que, hoje em dia [...], surge como o discurso no feminino e o discurso feminista na literatura" (p. 520). Nesses termos, o *discurso no feminino* consiste naquele que representa uma realidade ficcional feminina, que diz respeito as experiências vividas e sentidas unicamente pela mulher, ou seja, nas palavras de Rainho (*ibidem*), "a revelação de uma vida no feminino". Sendo assim, ao abordarem questões sobre o casamento, o lobolo, a poligamia, a violência contra a mulher, as escritoras africanas levam em conta a realidade subalterna destinada exclusivamente ao sujeito feminino, inserido na sociedade africana. Portanto, a dicção e os sentimentos sobre esse mundo, ganham voz e corpo a partir de um lugar próprio, revelando a *escrita no feminino*.

O *discurso feminista* funciona como um dispositivo que oferece às escritoras africanas uma diversidade de estratégias discursivas, para a efetuação de questionamentos e denúncias das opressões vivenciadas pela mulher. De acordo com Patrícia Rainho (2007), a presença do discurso feminista na literatura africana de autoria feminina, serve para dar voz e espaço ao sujeito silenciado pela sociedade. Nessa escrita, há uma busca de auto-reconhecimento em relação a um outro. Consiste, então, a um fator adquirido "através da consciencialização que resulta do confronto entre mulher, enquanto elemento construído ideológica e culturalmente, e a mulher real, a sua vida histórica coletiva e os seus interesses e direitos como ser" (p. 521).

Evocando o pensamento de Pires Laranjeira (2007), tem-se que escrever no feminino é trilhar num caminho *espinhoso marfim*, pois tal escrita perpassa o cotidiano espinhoso das mulheres, apesar de também ressaltar momentos preciosos dessa realidade, remetendo-se ao brilho do marfim. Logo, "escrever no feminino não é fácil, pois a tradição, já não sendo o que era, pesa sobre a condição da mulher, obrigada, hoje, ainda, a desdobrar-se em fêmea, progenitora, educadora, doméstica e figura pública, entre tantos outros papéis sociais" (p. 527). Por isso, o destacamento de um importante número de escritoras africanas, num ambiente majoritariamente masculino, revela uma grande conquista da mulher, silenciada pelas posturas hegemônicas.

Considerando a escrita literária de Chimamanda Adichie parte-se do princípio de que ela surge de uma cultura característica do povo *igbo*, conhecido pela sua inteligência e produtividade. Filhos dessa etnia formam famílias de escritores notáveis, que valorizam em suas obras a realidade sóciocultural de seu país. Para citar alguns, da segunda metade do século XX, tem-se: Cyprian Ekwenzi, John Munonye, Chukwmeka Ike, Flora Nwapa, Chinua Achebe, Chistopher Okigbo, Ossie Eneke, Buchi Emecheta. "Em África, nenhum povo tem tanta riqueza literária como esse" (BURNESS, 2007, p. 405).

Flora Nwapa (1931-1993) foi a primeira mulher nigeriana a publicar um romance. Seus textos, entre eles *Efuru* (1966) e *Idu* (1970), abordam a situação feminina nas sociedades africanas, como suas atividades sociais e econômicas e, sobretudo, sua preocupação com os problemas da procriação,

da infertilidade e da criação dos filhos. Outra escritora de destaque é Buchi Emecheta, de origem *igbo*, que vive na Inglaterra. Seus textos refletem a difícil situação feminina no cotidiano nigeriano, repleto de valores tradicionais que visam a subalternização da mulher. Em sua obra percebe-se duras críticas ao sistema opressivo e falocêntrico de seu país de origem.

Pensando nesse contexto, surge Chimamanda Adichie Ngozi, constituindo uma nova geração de escritoras nigerianas, com o propósito de tratar, sob um ponto de vista feminino, os conflitos étnicos da Nigéria. Além disso, em seu trabalho, há uma constante postura interrogadora sobre a construção histórica de seu passado, levando em conta a participação dos indivíduos que foram colocados à margem durante esse processo. Ao notar a importância dos seus textos verifica-se, mais adiante, a contestação ao sistema patriarcal na Nigéria, levando em conta as ações de algumas personagens femininas de *Meio Sol Amarelo* (2008).

2.4 PÓS-COLONIALISMO E A SITUAÇÃO DA MULHER AFRICANA

Ao refletir sobre a relação existente entre o discurso feminista e o pós-colonial Bonnici (2000) afirma que os estudos pós-coloniais não influenciaram apenas a revisitação da produção cientifica e literária do cânone europeu, mas também colaboraram com a construção do discurso feminista, no que se observa em algumas obras de ficção, desde o início do século XX. Desse modo, numa perspectiva pós-colonial, o feminismo começa a utilizar conceitos de linguagem, voz e silêncio para refletir sobre a influência do patriarcalismo na condição da mulher não-ocidental.

Segundo o mesmo estudioso, diante da preocupação de dignificar o passado histórico da África, degradado pelas forças do colonizador, a produção de alguns escritores desse continente deixou de lado a exploração do homem africano para com a mulher africana. Pensando nisso, Ngugi wa Thiongo *apud* Bonnici (2000) salienta que não pode haver libertação cultural sem a libertação feminina. Com isso, o que se observa em muitos países descolonizados é que

as mudanças sociais não afetaram a situação cultural da mulher, que continuou a sofrer os abusos da subalternização imposta pelo sistema patriarcal.

Nesse entendimento, ao comparar as relações de patriarcalismo/feminismo com a ligação colonizador/colonizado, entende-se que o sofrimento vivenciado pela mulher pós-colonial assemelha-se à dor causada pelo colonizador ao colono. Sendo assim, Bonnici (2007) salienta que apesar de o homem pós-colonial ter sido subjugado ao colonialismo, a mulher foi duplamente colonizada. Segundo o teórico, a dupla colonização corresponde “a subjugação da mulher nas colônias, objeto do poder imperial em geral e da opressão patriarcal colonial e doméstica” (p.67). Desse modo, a mulher acaba enfrentando um duplo mal-estar.

Além disso, a mulher não-ocidental acabou sendo delineada monoliticamente pelo parecer feminista do Ocidente, que na luta contra a opressão feminina acabou por desprezar a realidade sociocultural de outros continentes. Ainda de acordo com Bonnici (2000), as décadas de 60 e 70 foram cruciais para a construção da teoria feminista contemporânea, que partiu da valorização da diferença como elemento importante na constituição do outro ou da alteridade. Contudo, certos teóricos europeus e norte-americanos recebem duras críticas de estudiosos feministas, de perspectiva pós-colonial, pela sua atitude essencialista e exclusivista. Logo, o que se observa é que o discurso feminista ocidental parte primordialmente do ponto de vista da mulher branca, de classe média e de cultura anglo-saxã. As demais mulheres, de raça e classe diferentes, são tratadas à margem. Por conseguinte,

> o uso acrítico de certas metodologias produziu a noção de mulher universal e transcultural do assim chamado Terceiro Mundo e um conceito homogêneo da opressão da mulher. Segue-se uma imagem da mulher pós-colonial como um objeto, com vida sexual restrita, ignorante, pobre, analfabeta, domesticada e delimitada pela tradição. Por outro lado, surge a contraimagem da mulher ocidental como sujeito educado, moderno, dominando seu corpo e sua sexualidade, livre em suas decisões. Portanto, muitos feministas ocidentais criaram conceitos universais da mulher pós-colonial, prescindindo da pesquisa que descobriria as especificidades ideológicas da

> causa dessas situações variadas e particulares (BONNICI, 2000, p. 160).

Ao considerar tal fator, Mohanty *apud* Bonnici (2000) sugere que a violência patriarcal deva ser analisada no interior das sociedades, levando em conta suas especificidades, para que não se recaia em práticas homogeneizantes e excludentes. Com isso, os propósitos do movimento feminista ficariam mais bem constituídos e definidos, pois não se estaria recorrendo às mesmas ações das forças imperialistas, como a tendência de excluir e rebaixar o que é diferente.

Concordando com este parecer, Spivak (1994) assinala que a mulher não-ocidental foi colocada num lugar obscuro, no que tange à construção do conhecimento sobre a sua situação, visto que ela sofreu o processo de *dupla subalternização*: o de ser mulher, inserida numa cultura patriarcal, e o de ser alvo do rebaixamento das posturas colonialistas, por questões de raça e cor. Para a estudiosa, se o discurso do subalterno, ex-colono, é obliterado, a mulher subalterna pós-colonial ocupa posição ainda mais periférica, pelos problemas subjacentes ás questões de gênero, advindos, principalmente, do patriarcalismo. Assim, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 15). Com isso, a estudiosa critica o fato de que apesar de tanto o homem como a mulher pós-colonial serem alvos do parecer eurocêntrico sobre sua história e cultura, o que prevalece na atitude insurgente dessa realidade é a construção masculina como símbolo de maior valor nas culturas descolonizadas.

Portanto, o pensamento dos estudiosos aqui mencionados colabora com o entendimento de que a literatura contemporânea, escrita por mulheres não-europeias, tem suscitado importantes críticas a respeito da situação da mulher pós-colonial, que ainda sofre o processo de subalternização, mesmo estando inserida numa realidade liberta da dominação colonial. Tendo isto em vista, este trabalho observa como as duas protagonistas do romance *Meio Sol Amarelo* (2008) oferecem subsídios para uma denúncia da opressão vivida pela mulher nigeriana-igbo, assim como demonstra formas de enaltecê-la, ao

favorecer suas ações e a sua voz, num contexto caótico que foi a Guerra de Biafra, na Nigéria do final dos anos 60.

2.3.1 Da voz quase silenciada a gritos de resistência: com a palavra, a mulher igbo

Ao refletir sobre a situação da mulher africana na pós-colonialidade, torna-se imprescindível observar o modo como o romance africano da contemporaneidade traz à tona questões de denúncia contra a subalternização da mulher, fenômeno persistente mesmo num contexto de libertação colonial. Desse modo, a africana, mesmo estando numa sociedade presuntivamente livre da dominação do colono, ainda convive com os efeitos negativos desse processo, e com a violência praticada pelo patriarcalismo de sua cultura. Segundo Zuleide Duarte (2012),

> abordar o papel da mulher na cultura africana é tema que não comporta muitas estantes, tal é a diversidade e o particularismo da figura feminina em cada uma das muitas Áfricas da África. Entretanto, uma máscara de dupla face cabe em quaisquer dessas mulheres: santa x prostituta. Entre escravas, feiticeiras, rainhas, virgens mutiladas, mães extremosas e sábias velhas, transmissoras do conhecimento, circulam preconceitos, frustrações, sonhos esquecidos, identidades fragmentadas (p. 78).

Ao considerar as observações da estudiosa empreende-se que, apesar da pluralidade que constitui o continente africano, há pontos de encontros que se podem reconhecer, principalmente no tocante a situação da mulher. São seres que, mesmo vivenciando a liberdade colonial, continuam passando pelas mesmas agruras opressivas da tradição cultural. Contudo, com o advento da literatura africana atual verifica-se no âmbito da autoria feminina a necessidade de abalar as antigas estruturas, revelando novos papéis sociais da mulher.

Partindo disso, verifica-se em Meio *Sol Amarelo* (2008) os meios para apontar práticas opressivas contra a mulher *igbo*, onde há a denúncia e recriminação de tais condutas. Olanna e Kainene, protagonistas do romance, revelam posturas altamente desconstrucionistas da visão patriarcalista, na sociedade nigeriana. “De certo, as mulheres africanas, sobretudo as mais jovens e educadas, já começam a questionar, se não a condenar as tradições patriarcais que asseguram a sujeição e o sofrimento das mulheres” (ADEDEJI, 2007, p. 409).

Inicialmente, as irmãs quebram um grande paradigma tradicional que é o fato de serem gêmeas. Como já se verificou no primeiro capítulo desta pesquisa, tal característica era culturalmente rejeitada, por ser vista como uma dupla representação do mal numa família. Os gêmeos simbolizavam uma espécie de mal presságio e muitas dessas crianças foram mortas por conta de tal aspecto. Contrariando a isso, o romance de Adichie (2008) coloca a frente das ações principais duas mulheres gêmeas, desmistificando a antiga prática *igbo* de descartá-los, tidos como impuros. Aqui verificam-se duas irmãs que se complementam, onde cada uma, a seu modo, propõe novas posturas sociais para a mulher *igbo*.

Outro aspecto desarticulador da tradição, nessas personagens, é que ambas conseguem ter uma formação acadêmica, que lhes permitiu sair do ambiente doméstico, para adentrar em outras esferas da sociedade nigeriana. Portanto, elas conseguiram estudar e se formaram na Inglaterra, retratando o costume de muitas famílias da elite *igbo,* que enviavam seus filhos para estudarem na antiga metrópole. Ao retornarem à sua terra, Olanna passou a ser professora universitária e Kainene a administrar os negócios da família, contrariando a tradição, que determinava o casamento como único destino apropriado para a mulher. Além disso, a mulher *igbo* devia total submissão ao marido, que governava suas decisões.

As protagonistas também contrariavam a prática em que os pais arranjavam os casamentos das filhas. Por exemplo, apesar das várias tentativas para forjar seus casamentos, Olanna e Kainene gozavam de plena liberdade para escolherem seus parceiros amorosos. Contudo, é importante observar a crítica presente na narrativa de Adichie (2008) sobre a maneira como a mulher nigeriana, de etnia *igbo*, é tratada culturalmente. Em dado

momento, é apresentado o modo que Olanna é tratada pelos pais, que a concebem como objeto de negociação entre sua família e o ministro das finanças da Nigéria, o chefe Okonji.

> Olanna não queria jantar com os pais, sobretudo porque eles haviam convidado o chefe Okonji. Porém, a mãe foi até seu quarto para lhe pedir por favor que fosse; não era todos os dias que tinham oportunidade de receber o ministro das Finanças, e esse jantar era ainda mais importante por causa do contrato de construção que seu pai estava querendo. *Biko, vista alguma coisa bonita. Kainene também vai se vestir* (ADICHIE, 2008, p. 41).

Aproveitando o interesse do homem pela filha, os pais forjam um jantar de negócios, em que fica claro que, antes de abordar as questões do petróleo, a principal tramitação a ser tratada é o casamento de Olanna com o chefe. Portanto, o matrimônio constituía parte das negociações, em que a mulher *igbo* é colocada como objeto de interesse econômico entre famílias. Os pais desconsideravam o desinteresse da filha pelo homem, tentando forçá-la a aceitar os assédios advindos dele. No entanto, Olanna demonstra-se firme em não aceitar esse esquema, negando veementemente as investidas do chefe Okonji:

> Havia qualquer coisa de úmido no sorriso do chefe Okonji. Na semana anterior, quando ele enfiara o cartão de visitas em sua mão, no Ikoyi Club, ela havia ficado preocupada com aquele sorriso, porque parecia que o movimento dos lábios provocava ainda mais saliva, que ameaçava transbordar queixo abaixo. *Espero que tenha pensado em vir se juntar a nós no ministério, Olanna. Precisamos de cérebros de primeira ordem, como o seu*, continuou ele. *Quantas pessoas recebem um convite pessoal do ministro das Finanças para trabalhar no ministério?*, disse a mãe [...]. *Eu decidi ir para Nsukka. Vou partir em duas semanas*" (ADICHIE, 2008, p. 42).

Demonstra-se, nesse trecho, que os homens nigerianos que possuíam *status* se achavam no direito de seduzir, a todo custo, a mulher que se

interessava. O chefe Okonji era um deles e mostrou-se determinado em sua conquista a Olanna, oferecendo-lhe até cargos públicos importantes, se fosse necessário. No entanto, com muita altivez, ela se impõe a esse homem e também a seus pais, pretendendo dar continuidade às suas metas profissionais. Não satisfeito, o homem se direciona para Kainene, na tentativa de não ser rejeitado pelo menos por uma das irmãs:

> *Ah. Quer dizer então que vai nos deixar*, continuou o chefe Okonji. [...] Mas ele se virou e perguntou, com falsa vivacidade: *E quanto a você, Kainene?*. Kainene olhou o chefe bem nos olhos com aquela sua expressão neutra, tão vazia que era quase um ato de hostilidade. [...] *Eu também vou pôr meu recém-adquirido diploma em uso. Vou me mudar para Port Harcout para administrar os negócios de papai por lá* (ADICHIE, 2008, p. 43).

Por outro lado, Kainene também se agarra à suas convicções com altivez e coloca a atividade profissional à frente do casamento. Vê-se na atitude do ministro a visão de que a mulher é objeto do homem, não podendo ir além disso.

> *Quer dizer que Kainene vai administrar a fábrica de cimento?*, perguntou o chefe Okonji, virando-se para o pai. *Ela vai controlar tudo o que temos no leste, as fábricas e nossos novos investimentos em petróleo. Ela sempre teve um excelente olho para os negócios*. *Quem disser que você levou a pior por ter filhas gêmeas está mentindo*, disse o chefe Okonji.

De fato, as filhas do senhor Ozobia eram diferentes das demais moças, pois se mostravam donas de seu destino. Não importava o quão importante fosse a posição social de seus pretendentes, Olanna e Kainene não se submetiam às regras sociais, que tiravam da mulher o seu poder de escolher e opinar sobre suas vidas. O chefe Okonji observava a situação com desdém, pois numa postura machista, era inaceitável uma mulher ocupar cargos importantes ou escolher com quem iria se casar. Numa atitude inconformada

em relação a resistência das irmãs, o ministro continua sua insistência, chegando a manifestar o sentimento masculino de posse:

> *Não estou interessada, chefe*. Disse Olanna. *Eu simplesmente não consigo tirar você da cabeça*, disse o chefe Okonji de novo. *Olhe só, você não precisa trabalhar no ministério. Posso nomeá-la para uma diretoria, a diretoria que você quiser, e posso mobiliar um apartamento onde você quiser*. E puxou-a para si. Por alguns instantes, Olanna não fez nada. O corpo frouxo ao lado dele. Estava acostumada com isso, com ser agarrada por homens embebidos em nuvens de direitos, recendendo a colônia, que presumiam, por serem poderosos e acharem-na bonita, que eles se pertenciam. Por fim, empurrou-o e sentiu uma náusea vaga ao perceber que suas mãos haviam afundado naquele peito mole. *Pare com isso, chefe* (ADICHIE, 2008, p. 45).

No excerto, observa-se a maneira como a mulher nigeriana de classe média alta é tratada, onde mesmo ocupando um espaço de prestígio social, continua sendo rebaixada a objeto de negociação financeira. Além disso, ela fica à mercê da violência praticada pelos homens nigerianos que, respaldados nas leis, tentam forçar a aceitação como maridos e donos. O romance evidencia essa situação com um tom de recriminação ao tratamento subalterno dado à nigeriana, colocando-a como deliberadamente disponível aos anseios e prazeres do homem. Num outro momento, o romance deixa claro a visão de Olanna sobre casamento, durante uma conversa com a prima Arize, moça aldeã, simples:

> *Quer dizer que está indo para Nsukka para se casar com Odenigbo, irmã?*, perguntou Arize. *Casar, propriamente não. Eu só quero ficar perto dele, e também quero dar aula*. Os olhos redondos de Arize eram de espanto e admiração. *Só mulheres que têm esse estudo como você podem dizer uma coisa dessas, irmã* (ADICHIE, 2008, p. 54).

Nota-se que para Olanna as aspirações profissionais estavam à frente do casamento. Nesse sentido, pode-se compreender que sua recusa em se

casar não correspondia ao fato de não querer estar junto a um homem, mas de rejeitar o casamento como instituição que rebaixa a mulher à serventia do sujeito masculino. “No lar, ou seja, nas relações amorosas, a mulher se vê excessivamente dominada pelo homem” (ADEDEJI, 2007, p. 412). Era isso que Olanna e Kainene evitavam. Segundo Adedeji (2007), na literatura africana escrita pela mulher,

> a problemática do amor e do casamento é um tema muito proeminente [...], porque a instituição do casamento fundada por Deus, segundo a Bíblia Sagrada, têm muitos problemas que negam aos amantes a oportunidade de gozá-lo. Sem dúvida a preocupação de escritoras africanas para com o casamento e amor tem a ver com o seu interesse em melhorar as relações de gênero dentro da sociedade africana (p. 409).

Assim, o casamento acaba não sendo um fenômeno tão proveitoso para a mulher, submetida a sistemas autoritários. Zuleide Duarte (2014), ao analisar, em alguns de seus estudos, a representação da subalternização da mulher na literatura africana, verifica que muitas delas recorrem ao recurso da dissimulação como forma de sobreviver e resistir aos impactos da dominação masculina. Debruçando-se sobre a obra de Chimamanda Adichie, o romance *Hibisco Roxo* (2011), a estudiosa reconhece que a dissimulação foi o elemento crucial para a sobrevivência da personagem Beatrice, que sofria constantemente com a violência do marido Eugene. “Entre o crescimento dos hibiscos e a deterioração da família, fluía história de silenciamento e repressão familiar. O roxo hibisco indicia o ritual da semana santa, vivida pela família e, mais profundamente, remete aos hematomas roxos de Beatrice” (DUARTE, 2014, p. 101).

Portanto, cansada dos abusos do marido desequilibrado, Beatrice resiste ao quadro de violência, por meio da dissimulação. Ao fingir aceitar tal situação a mulher conseguiu ganhar tempo para envenenar o marido, que acabou morrendo. Zuleide Duarte (2014) suscita a discussão do apagamento e silenciamento da mulher, inserida num ambiente opressivo, que reivindica o espaço a voz. No entanto, a estudiosa salienta que no caso de Beatrice tal fator

foi tão incisivo que, mesmo a mulher confessando o crime, continuou sendo relegada a situação de não reconhecimento da voz. “Nem a declaração solene deu voz à mulher. [...] Ninguém lhe deu ouvidos. Não podia ter sido ela, a doce e submissa Beatrice, que não reclamava nunca, jamais poderia cometer tal ato, não era capaz” (DUARTE, 2014, p. 108).

Com isso, nota-se que em sistemas que utilizam a opressão como recurso a figura da mulher encontra-se altamente afetada, pois visa-se o seu aniquilamento como humano, onde ela é reduzida a um ser insignificante, sem direito a voz. Portanto, o comportamento das protagonistas de *Meio Sol Amarelo* (2008), ao rejeitar o casamento, demonstra a insatisfação de ter que se submeter a subalternização, onde a esposa exerceria uma função secundária na construção familiar. Veja-se mais uma denúncia às formas de tratamento da mulher *igbo* no romance:

> *Já esteve no mercado de Balogun?*, perguntou ela. *Eles põe os nacos de carne em cima do balcão e você é que aperta e cutuca até escolher o que quer. Minha irmã e eu somos carne. Estamos aqui para que os solteiros adequados se aproximem* (ADICHIE, 2008, p. 74).

Na seguinte fala de Kainene, observa-se uma dura crítica ao lugar destinado à nigeriana, como uma espécie de objeto e mercadoria. Expostas dessa forma, as moças não possuem escolha, sendo o matrimônio um meio de negociação econômica entre famílias. Outro elemento preponderante, exposto anteriormente no trecho do romance, é sobre a importância da educação como fonte de emancipação da subalternização da mulher. Ao insistir em tal fator em sua escrita, Chimamanda parte de uma concepção filosófica de estudo como libertação humana, onde o homem terá a oportunidade de conhecer melhor a si e ao mundo que o cerca. Uma das descrições ainda mais resistente e libertadora da figura feminina destaca-se na seguinte caracterização de Kainene:

> Richard espantou-se com a vida ocupada de Kainene. Vendo-a em Lagos, em encontros breves no hotel, não percebera que ela levava uma vida plena, e que continuaria plena mesmo que ele não fizesse parte dela. Era estranhamente perturbador pensar que não era o único a ocupar o mundo de Kainene, [...]. O trabalho estava sempre em primeiro lugar; resolvera fazer as fábricas do pai crescerem, e fazer melhor do que ele tinha feito (ADICHIE, 2008, p. 95).

Nesse extrato, nota-se a ligação desse discurso com a visão feminista, em que há desmistificação de que a mulher serve como simples complemento do homem. Só podendo ser plena se estiver vivendo exclusivamente para o casamento. Por isso, Kainene simboliza a saída da mulher da restrição do lar e a sua entrada no mundo dos grandes negócios, majoritariamente masculino, mostrando-se capaz de desempenhar qualquer função na sociedade. De acordo com Adedeji (2007), “o discurso feminista que agora prevalece no domínio literário nada é, senão, uma luta da parte das mulheres africanas para melhorar toda a sociedade” (p. 410). Nesse sentido, dando continuidade ao questionamento sobre os papéis sociais atribuídos ao homem e a mulher pelo patriarcalismo, a narrativa de Adichie (2008) contraria a noção de que caberia unicamente à mulher as atividades domésticas. Através do personagem Ugwu é possível notar a despadronização desse cargo:

> Passara muitas noites vendo a mãe cozinhar. Fazia fogo para ela e abanava as cinzas quando as brasas ameaçavam morrer. Descascava e triturava mandioca e cará, soprava a casca do arroz, tirava o gorgulho do feijão, descascava cebola e moía a pimenta. Muitas vezes, quando a mãe adoecia, com acessos de tosse, teria gostado de ficar encarregado da cozinha, em vez de Anulika. Mas, nunca contara para ninguém, nem mesmo para a irmã; ela já tinha dito que ele passava muito tempo em volta das mulheres na cozinha e que, se continuasse assim, talvez nunca criasse barba (ADICHIE, 2008, p. 22).

Na cultura *igbo* cabe a mulher cuidar da casa e dos filhos. Nesse sentido, o homem dessa etnia não pode se encarregar de tais tarefas, pois isso poderia manchar a sua masculinidade, aspecto apreciado pela tradição. Ugwu mostrava apreço nas atividades da cozinha e, por isso, era constantemente

questionado pela irmã que o lembrava que aquele ambiente não lhe pertencia. De acordo com Chimamanda (2015), “o problema da questão de gênero é que ele prescreve com *devemos* ser, em vez de reconhecer quem somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero” (p. 36). Quando foi trabalhar na casa de Odenigbo, o jovem aldeão sentiu mais liberdade para desempenhar o seu gosto pela cozinha. Durante a visita de Mama, mãe do patrão, Ugwu vivenciou de modo ainda mais contundente as cobranças da tradição. “Trouxe os ingredientes para fazer uma sopa para o meu filho. Sei que você se esforça, mas você é só um rapaz. O que sabe um rapaz sobre a verdadeira cozinha? [...] Por acaso o lugar de um rapaz é na cozinha?”, disse Mama (ADICHIE, 2008, p. 115).

Com isso, a autora do romance suscita o questionamento de antigas posturas nigerianas que, numa visão patriarcal, determinou as funções do homem e da mulher na sociedade. Ela aponta para a necessidade de se repensar tais aspectos da tradição, pois eles levam ao caminho da exclusão e da opressão dos sujeitos, sendo a mulher o principal alvo. Expressando-se nessa mesma linha, Chimamanda Adichie (2015) faz a seguinte observação:

> O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são – porque eles têm que ser, como diz na Nigéria, *homens duros* (p. 29).

Mama é uma personagem que caracteriza os aspectos ancestrais sobre o papel da mulher. Por conta disso, não aceitava o relacionamento de seu filho Odenigbo com Olanna, pois a via como uma ameaça aos antigos costumes.

> *Fiquei sabendo que você não mamou no seio da sua mãe*, disse a mãe do Patrão. [...] *Por favor, volte e diga a elas que você não conseguiu achar meu filho. Diga às suas companheiras bruxas que você não conseguiu achar meu filho.*

> *[...] Diga a elas que remédio nenhum vai funcionar com o meu filho. Ele não vai se casar jamais com uma mulher anormal, a menos que me mate antes. Só sobre o meu cadáver! Foi por isso que eu vim. Eles dizem que ela controla o meu filho. [...] Não me espanta que meu filho ainda não tenha se casado, ao passo que os colegas estão já contando quantos filhos têm. Ela usou bruxaria para segurá-lo* (ADICHIE, 2008, p. 117-118).

Mama simboliza o papel da matriarca que preza pelos valores tradicionais. Por não se encaixar nesses apegos, Olanna é tida como uma deturpadora dos costumes *igbos*. É vista como anormal, por não ter sido amamentada, por não querer se casar, por não conseguir ter filhos e por possuir uma formação. Segundo Adedeji (2007), "a origem dos problemas, antes de mais nada, é a tradição e os costumes do povo acerca do casamento" (p. 412).

> Muito estudo acaba com qualquer mulher, todo mundo sabe disso. Faz ela ficar com a cabeça inchada e aí começa a insultar o marido. Que tipo de mulher ela vai ser, me diga? [...] Essas moças que fazem faculdade vão atrás dos homens até ficarem com o corpo inútil. Ninguém sabe se ainda podem ter filhos. [...] Eu sei como meu filho lutou duro para chegar aonde chegou. E tudo isso não pode ser desperdiçado com uma perdida (ADICHIE, 2008, p. 119).

Com essa forma de pensar, Mama se articula ao sistema patriarcal que impõe a mulher uma única função, a de se casar e ter filhos. Nessa visão, qualquer aspecto destoante dessas atribuições precisa ser combatido. Logo, Mama assume uma postura combativa em relação à Olanna, que não se submete a restrição de apenas ser mãe ou esposa, imposta pelo costume *igbo*. A relação dela com Odenigbo não era pautada pelo princípio de subjugação da mulher. Então, para Mama, concordar com a união do filho com uma das filhas do senhor Ozobia, significaria o aniquilamento de seus valores. "O pior é que as mulheres, sobretudo as mais velhas, aceitam a tradição patriarcal que, mais do que outro fator, faz sofrer as mulheres" (ADEDEJI, 2007, p. 416).

Ao reafirmar o patriarcalismo, Mama contribui para a perpetuação da opressão feminina, revelando, assim, que a própria mulher constitui um instrumento fundamental para a manutenção da subalternização de sujeitos de sua categoria. “Destarte, vemos um compromisso da parte das mulheres aos males cometidos pela sociedade, ou seja, pelos homens, uma vez que são os homens que engendram as leis que governam as relações de gênero na sociedade” (ADEDEJI, 2007, p. 417). Não podendo gerar filhos, Olanna contrariava outra lei fundamental determinada à mulher *igbo* pela tradição. “Ela não possuía a lendária ânsia feminina de engravidar; sua mãe a chamava de anormal, até Kainene dizer que também não fazia parte da turma” (ADICHIE, 2008, p. 127). Na realidade, a maternidade para Olanna não deveria ser algo imposto pela sociedade. Ela queria ser mãe pela própria vontade, a despeito de qualquer pressão social, que tende-se a limitar o valor da mulher a esse aspecto. Vista assim, Olanna surge nesse contexto como uma peça que desarticula os conceitos falocêntricos. “De certo, as mulheres africanas, sobretudo as mais jovens e educadas, já começam a questionar, se não a condenar, as tradições patriarcais que asseguram a sujeição e o sofrimento das mulheres” (ADEDEJI, 2007, p. 417).

Mama forja uma situação, onde o filho, embriagado, deita-se com uma jovem aldeã trazida por ela a sua casa, para esse fim. Calculando a traição de Odenigbo à Olanna, a sogra nutria esperanças de que eles se separassem. “Mama planejou tudo desde o início. Agora percebo que primeiro ela garantiu a bebedeira, depois mandou Amala ir ao meu quarto” (ADICHIE, 2008, p. 269). Além disso, como Olanna era estéril, Mama viu a possibilidade de Amala gerar um filho homem, dando continuidade à tradição *igbo*, de que ter um menino era garantia de respeitabilidade perante a sociedade. Assim, nessa etnia, além de ser mãe, a mulher precisava trazer ao mundo um menino. Meninas eram tidas como sinal de maldição na família. Numa situação envolvendo a irmã de Ugwu, nota-se claramente essa exigência cultural:

> *Eu quero ter um menino primeiro, porque assim eu assento bem os pés na casa de Onyeka*, dizia Anulika. *Você sabia que Onnuna, do compound de Ezeugwu, teve uma menina*

> *primeiro, e os pais do marido dela foram ver um dibia para saber o porquê! Claro que os pais de Onyeka não vão fazer isso comigo, eles não ousariam, mas eu queria ter um menino primeiro, de qualquer forma*, disse Anulika (ADICHIE, 2008, p.)

Portanto, após o casamento, as moças *igbos* só garantiam respeito no âmbito familiar depois de gerar uma criança, preferencialmente do sexo masculino. Segundo a crença, ter um filho homem é de suma importância, pois quando crescer, ele seria o único capaz de vestir os pais e trabalhar por eles, garantindo que a velhice dos mesmos seja confortável. Sendo assim, a gravidez dava à mulher *igbo* o *status* de mulher: "Amala estava sentada na sala. A gravidez elevara seu *status*, de modo que agora podia sentar-se preguiçosamente para ouvir o rádio, não era mais a criada de Mama e sim a mulher que daria à luz ao neto de Mama" (ADICHIE, 2008, p. 279). Assim, antes de engravidar, a jovem aldeã não passava de uma simples serviçal.

A escritora nigeriana Buchi Emecheta (2002) discute em sua obra, *As Alegrias da Maternidade*, sobre a importância e o significado da maternidade africana, através da cultura *igbo*. De acordo com a visão ancestral, ser mãe corresponde à crença da mulher como progenitora da nação, capaz de incorporar os valores africanos, perpetuando-os aos seus descendentes. Através da personagem Nnu Ego, a escritora relata a luta da mulher nigeriana para se adequar aos costumes patriarcais, que asseguram o valor da mulher exclusivamente pelo matrimônio e a reprodução. Nesse romance, há uma desconstrução do mito envolto do conceito da Mãe África, apontando para o seu caráter excludente e opressivo em relação aos sujeitos femininos.

Desse modo, tem-se que Amala é a representação do silenciamento da mulher pelo patriarcalismo. Durante o romance não se ouve a sua voz, encontra-se constantemente de cabeça baixa e aceitando todas as ordens que lhes davam. Enquanto se recuperava do parto, Olanna lhe faz uma visita e chega à seguinte conclusão, a respeito da jovem aldeã:

> Olanna pôde vê-la: uma mocinha feiosa da roça, encolhida na cama como se para suportar mais um golpe furioso da vida.

> Nem uma vez ela olhou para Odenigbo. O que ela devia sentir por ele era um medo reverente. Se Mama a tinha mandado entrar no quarto do filho ou não, o fato é que ela não disse não porque nunca lhe passou pela cabeça que pudesse dizer não. Odenigbo deu uma cantada embriagada em Amala e ela se submeteu prontamente, sem levantar objeção nenhuma: ele era o patrão, falava inglês, tinha carro. Foi tudo como deveria ser. [...] Quem pode saber quais os verdadeiros sentimentos daqueles que não têm voz? (ADICHIE, 2008, p. 292).

Após o parto, Amala, numa atitude insurgente, rejeita a criança. Consequentemente, Mama também se recusa a criá-la, pelo fato de ser uma menina. No entanto, Olanna surpreende a todos, decidindo adotá-la. É importante esclarecer que essa decisão não correspondia ao fato de querer agradar a Odenigbo, pois nem ele queria aceitar o bebê. “Olanna deu de ombros. Não queria que ele pensasse que estava fazendo isso por ele, como um favor para ele, porque dizia muito mais respeito a ela que a ele” (ADICHIE, 2008, p. 296). Entende-se, então, que essa decisão girou em torno da junção entre o seu desejo de ser mãe com o abandono da criança, pelo simples fato de ser menina. Outra interpretação possível desse acontecimento é de que o romance quebra a noção de procriação advinda apenas da mulher, pois no caso de Olanna e Odenigbo, a mulher recebe a filha que teoricamente foi gerada através dele. Portanto, as palavras de sua tia Ifeka marcam o destino de Olanna, que tinha o controle de sua vida nas suas próprias mãos.

> *Quando seu tio se casou comigo, fiquei preocupada, achando que todas aquelas mulheres de fora acabariam me tirando de casa. Agora sei que nada do que ele possa fazer vai mudar minha vida. Minha vida só vai mudar se eu quiser que ela mude. [...] Ele tomou o maior cuidado, agora, depois que percebeu que eu não tenho mais medo. E eu já disse a ele que se trouxer alguma desgraça para mim, seja o que for, eu corto fora aquela cobra que ele tem entre as pernas. [...] Você nunca deve se comportar como se a sua vida pertencesse a um homem. Ouviu bem?*, disse tia Ifeka. *A sua vida pertence a você e só a você, soso gi* (ADICHIE, 2008, p. 263-264).

O romance também tece duras críticas às diversas formas de abuso infligido à mulher nigeriana, tratada como objeto ou uma simples mercadoria de

troca de favores. Além dos estupros relatados durante a Guerra de Biafra, cita-se o caso de Eberechi, conhecida de Ugwu, que foi usada pelos próprios pais para obter favores especiais de um oficial do exército.

> Ugwu conhecia a jovem da casa em frente. Tinha prestado atenção nela por causa da redondez perfeita de suas nádegas, de como rebolavam ritmicamente de um lado a outro quando ela andava. Seu nome era Eberechi. Tinha ouvido os vizinhos falando dela; a história que circulava é que seus pais a haviam dado a um oficial de exército que aparecera para fazer uma visita, assim como se dá noz-de-cola aos convidados. Uma noite, os pais dela bateram na porta do militar, abriram e empurraram docemente a jovem para dentro. Na manhã seguinte, o militar sorridente agradeceu os pais sorridentes, enquanto Eberechi olhava (ADCHIE, 2008, p. 234-235).

Dessa forma, em troca de um conforto para a família, Eberechi simboliza o caso de muitas mulheres que são entregues para o deleite sexual dos homens, que ocupam cargos de poder na África, em específico, na Nigéria. “Ele nos ajudou. Pôs meu irmão para trabalhar em serviços essenciais, no exército” (ADICHIE, 2008, p. 343). Com isso, há no romance gritos de denúncia que sinalizam a necessidade de apontar as agruras imputadas a mulher, que mesmo estando num ambiente pós-colonial continua sofrendo os abusos do patriarcalismo. Tendo isso em vista, Zuleide Duarte (2014) ressalta que

> muito se tem escrito sobre a violência dos colonizadores contra os colonizados. Nesse processo de dizibilização dos silenciados falta ouvir as crianças, velhos, brancos escravizados pelos próprios patriotas colonizadores, [...] e como não poderia deixar de ser, mulheres (p. 102).

Atentando para isso, nos estudos literários envolvendo a escrita de mulheres, há a necessidade de se abordar no interior de sistemas opressivos, como foi o colonialismo, a realidade dos que foram esquecidos e colocados à margem, atentando-se para a situação feminina. Adedeji (2007) também sinaliza que as personagens femininas são pessoas determinadas em mudar a sua sorte, e digamos de toda a sociedade, começando pelo ambiente doméstico. Assim, ao apresentar os problemas sociais que a mulher *igbo*

enfrenta, a escritora de *Meio Sol Amarelo* (2008) aponta para a necessidade de revisão de antigos costumes africanos, que violentam a mulher, negando-lhe também o direito a voz. Dotado de um tom desconstrucionista e resistente, o romance mostra mulheres fortes e convictas de seu valor na sociedade, sendo capazes de se impor e mudar a sua realidade.

> Na verdade, a escritora africana não pode e não deve ficar silenciosa e quieta perante a sorte indesejável da mulher, quer casada, quer solteira. Destarte, elas combatem o sistema patriarcal, que justifica a sujeição das mulheres sob muitos pretextos e finalidades, feitas para favorecer os homens (ADEDEJI, 2007, p. 419).

Portanto, ao expor os males sofridos pela nigeriana *igbo*, Chimamanda se apropria tanto da escrita no feminino, simbolizando os espaços de circulação da mulher, tanto pela produção feminista que combate as pressões patriarcais, desvelando outras maneiras significativas de ser mulher. Além disso, a escrita feminista da escritora nigeriana não é egoísta, pois visa melhorias não apenas para a realidade feminina, mas para a sociedade em geral. Na afirmação de Adedeji (2007), “as escritoras africanas estão a lutar, não só para o progresso da mulher, mas igualmente pelo melhoramento do lar, o que beneficiaria a todos: quer as mulheres, quer os homens, quer as crianças” (p. 419). Para Chimamanda Adichie (2015), “a questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos” (p. 28).

No capítulo a seguir, serão abordados os fatos da Guerra do Biafra, acontecimento que serviu como cenário do romance *Meio Sol Amarelo* (2008). Dando continuidade ao viés desconstrucionista da visão eurocêntrica, tal perspectiva centrar-se-á contra os equívocos formulados em torno da etnia *igbo*, ou seja, os biafrenses, que foram alvos das piores atrocidades desse conflito civil. Nesse contexto, a mulher africana, protagonista do romance,

apresenta-se como elemento fundamental na constituição de novas formas de se entender as transformações ideológicas e culturais na África.

CAPÍTULO 3

ENTRE GRITOS DE DENÚNCIA E RESISTÊNCIA: A GUERRA DE BIAFRA E O ENALTECIMENTO DA MULHER IGBO

3.1 A FICÇÃO DE MÃOS DADAS COM A HISTÓRIA

O romance africano *Meio Sol Amarelo* (2008), objeto de análise desta pesquisa, trata do conflito civil, que marcou a Nigéria em 1967, conhecido como a Guerra de Biafra. Ao notar que a obra de Chimamanda Adichie se desenvolve num cenário que aponta para os fios da história, torna-se indispensável tecer algumas considerações acerca da relação entre o discurso literário e o historiográfico, como duas fontes que se mostram, de certa forma, indispensáveis uma à outra, na construção do conhecimento de determinado acontecimento histórico.

Segundo Inocência Mata (1993), é de fundamental importância reconhecer o valor do trabalho interdisciplinar para a realização de pesquisas que envolvam a literatura, pois tal entendimento resultará numa leitura rica e não apenas num movimento puramente formal e textual. Ao considerar tal fator, a estudiosa evoca os estudos de Mikhail Bakhtin, ao reconhecer a relevância do componente contextual no estudo da literatura. Essa característica, contribui para a diferenciação de um trabalho voltado para práticas formalistas, que se preocupam apenas com a forma e a aplicação do método durante a análise do enunciado textual. Assim, Inocência Mata (*ibidem*) parte do pensamento bakhtiniano, entendendo a obra literária como o resultado de uma interação verbal com outras linguagens. Com Hayden White, a pesquisadora acentua que é necessário compreender a literatura como material sociopolítico, principalmente, quando colocada em diálogo com outras áreas do saber, como o historiográfico.

> A análise textual, suportada numa teoria literária, e visando um deslocamento para zonas de permeabilidade de saberes disciplinares diversos, permitirá uma abordagem abrangente do

> literário enquanto manifestação de uma visão do mundo e do país (INOCÊNCIA MATA, 1993, p. 27).

Tal entendimento leva à conclusão de que ao considerar a contextualização histórica, durante o estudo literário, implica o questionamento da concepção de literatura como “arte pela arte”. Por conseguinte, Inocência Mata (1993) afirma sua convicção em compreender a literatura africana como material sociológico, na medida em que produz um saber que possibilita a contestação de verdades tidas como únicas. Assim, “os Estudos Culturais começam a ver na literatura uma fonte de dados e, através dela, realizam uma justiça simbólica com os grupos reprimidos e marginalizados pela sociedade” (R. P. VIEIRA *apud* INOCÊNCIA MATA, 1993, p. 31).

Tratando sobre a aproximação existente entre ficção e história, Inocência Mata (1993) salienta que esta relação é caracterizada pela semelhança nos modos de realização dos dois discursos, que utilizam estratégias figurativas da linguagem, para a representação do “real”. Baseando-se na visão de Hayden White, a estudiosa argumenta que “na representação do real, os historiadores utilizam exatamente as mesmas estratégias tropológicas mobilizadas pelos ficcionistas” (*ibidem*, p. 116). Com isso, direciona sua discussão afirmando que mesmo a história estando baseada no princípio de cientificidade, que visa uma prática metodológica objetiva e distanciada na abordagem do acontecimento histórico, “a interpretação do passado é sempre ideológica [...], respondendo a solicitações da contemporaneidade e fazendo apelo ao devir – porém, devir idealizado” (*ibidem*, p. 117). Tendo isso em vista, Inocência Mata (1993) leva em conta a perspectiva de Roland Barthes, que situa o fato histórico no âmbito da linguagem, percebendo que a própria seleção e hierarquização dos dados constitui-se como marca ideológica. Assim, “o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica” (BHARTES *apud* INOCÊNCIA MATA, 1993, p. 118).

Pode-se, portanto, entender que o fato histórico, por si só, não constitui a História, pois sua existência está imbuída de subjetividade. Desse modo, pode-se romper com o pensamento estrutural sobre a prática historiográfica, de

que é plenamente objetiva e indiferente, “porque ela é sempre contemporânea, e porque se torna, enquanto discurso, inevitavelmente ideológica” (INOCÊNCIA MATA, 1993, p. 122). A pesquisadora ainda destaca o pensamento do escritor português, José Saramago, sobre a subjetividade que permeia o trabalho do historiador. Conhecido pela sua escrita de ficção do passado, Saramago afirma que “a História, tal como se escreve [...], ou tal como a fez o historiador, é um primeiro livro, não mais que um primeiro livro” (SARAMAGO *apud* INOCÊNCIA MATA, 1993, p. 123). Diante dessa realidade, entende-se que a condição da pesquisa historiográfica moderna é pautada pela seletividade, em que o historiador assume o papel de narrador e também de criador de um passado, que corresponde aos interesses do presente (INOCÊNCIA MATA, 1993).

Outra crítica, Leyla Perrone-Moisés (1999), investiga a obra de José Saramago para atestar que estando esse autor à altura de grandes historiadores contemporâneos, ele mesmo reconheceu que o discurso histórico não pode ser tido como absoluto e que a subjetividade do historiador é algo inevitável. Através da obra do escritor português, a pesquisadora constata a importância da literatura como um meio de narrar o passado, por um ângulo oposto ao do poder. Trata-se da construção de uma narrativa que oferece voz a quem esteve apagado na produção do conhecimento sobre o mundo.

Indo nesse mesmo direcionamento, Inocência Mata (1999), considerando os estudos de Hayden White, afirma que um acontecimento histórico deve estar suscetível a, pelo menos, dois pareceres. Nesse sentido, a ocorrência deve estar disposta a ser compreendida através de duas narrações que correspondam a duas modalidades discursivas: a história e a ficção, a científica e a artística. Concordando com o pensamento do crítico americano, a pesquisadora santomense salienta o fato de tais discursos possuírem o mesmo objetivo, qual seja, criar uma realidade descrita linguisticamente.

Jacques Le Goff (1997) parte dos estudos de Roland Barthes, afirmando que o “real” existe na história em termos linguísticos, e que “o discurso histórico não segue o real, apenas o significa, sem deixar de repetir: *aconteceu*” (p. 172). Nesses termos, o historiador francês reconhece a importância de caracterizar a prática histórica atual como um trabalho que se

assemelha ao do romancista (ficcionista). No entanto, ele pondera que o historiador não possui a mesma liberdade que um escritor de ficção. Seu trabalho detém particularidades que impedem a livre criação do acontecimento, pois localiza-se na busca pela verdade, onde o relato do passado precisa se aproximar do acontecimento.

Partindo para o pensamento de Sandra Pesavento (2006), tem-se uma crítica a ideia de que a literatura atua como uma coadjuvante perante a história, assumindo um papel de descontração. A teórica salienta que há muito este entendimento está ultrapassado. Com isso, ela define a relação entre literatura e história da seguinte maneira:

> Clío se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir. História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música (PESAVENTO, 2006. p. 2).

A pesquisadora enfatiza que ambos os discursos, ficcional e histórico, partem do real para explicá-lo, cada um a seu modo. Considerando a perspectiva aristotélica, a história agiria sobre o fato verídico e a poética (ficção) se voltaria para os fatos imaginados. Pesavento (2006) observa que atualmente muitos historiadores consideram tanto o imaginário quanto o uso da literatura como uma forma privilegiada de acesso ao passado. Tal discussão gira em torno do entendimento de se poder tomar o não-acontecido para tentar recuperar o que aconteceu. Por isso, a historiadora aponta a noção da história como uma narrativa portadora de ficção. Mas, como a literatura poderia servir de fonte à prática historiográfica? Para responder a esse questionamento observa-se a seguinte afirmação:

> A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu,

> ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquando possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável (PESAVENTO, 2006, p. 3).

Partindo disso, Pesavento (2006) compreende que o trabalho realizado na criação de um texto literário se assemelha ao que se desenvolve no discurso historiográfico. Nele, o historiador assume o papel de narrador, selecionando dados, criando uma trama em torno deles, estabelecendo estratégias retóricas para elaboração de uma narrativa que se aproxime o máximo possível do que aconteceu. Contudo, a teórica brasileira ressalta que o historiador não cria personagens, ele os descobre. Nesse movimento, é importante que se faça surgir agentes da história invisibilizados pelo discurso hegemônico, como a mulher e o africano. Portanto, o material que os historiadores elaboram constituem-se como versões possíveis e/ou plausíveis do que teria ocorrido no passado. “O historiador atinge, pois, a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal” (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Assim, a prática historiográfica tenta se mostrar correspondente com o dado real, na medida do possível. Contudo, parte do entendimento de que não possui todas as respostas sobre o que poderia ter acontecido. Nesta medida, a narrativa histórica constrói uma possibilidade do episódio através da reconfiguração do tempo, por isso, o historiador se vale da imaginação para demonstrar a realidade passada, que só poderia chegar até ao leitor pelo esforço do pensamento. A partir disso, constata-se que a ficção não colabora apenas com o discurso literário, mas também permeia o discurso histórico.

Outra constatação que caracteriza a semelhança entre historiador e ficcionista, é que ambos fazem escolhas, selecionam dados e palavras para organização da trama. No entanto, assim como Le Goff (1997), Pesavento

(2006) estabelece que a liberdade ficcional presente, que configura o ofício do historiador, possui certos limites, pelo fato de a sua meta primordial ser a busca do acontecimento real. Nessa procura pela verdade, o processo de criação fica limitado e controlado pelas estratégias retóricas, assim como, pelos rigores do método. Nesse sentido, a busca do passado estará submetida a testes, pois o que é elaborado pela narrativa precisa se dispor a comprovações.

Por conseguinte, Pesavento (2006) ressalta que os discursos ficcional e histórico são formas distintas de abordar o real. Ambos se delineiam na busca da representação do mundo e na elaboração de significados sobre o tempo. Porém, é preciso ter em conta que existe uma diferencia entre os dois trabalhos:

> historiadores trabalham com as tais marcas de historicidade e desejam chegar lá. Logo, frequentam arquivos e arrecadam fontes, se valem de um método de análise e pesquisa, na busca de proximidade com o real acontecido. Escritores de literatura não tem este compromisso com o resgate das marcas de veracidade que funcionam como provas de que algo deva ter existido. Mas, em princípio, o texto literário precisa, ele também, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando impressão de verdade. Escritores de ficção também contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que recebam aval do público leitor (PESAVENTO, 2006, p. 6).

Sendo assim, deve-se entender que o texto literário aponta para a “verdade do simbólico”, expressando-se por metáforas, constituindo-se como um modo diferente de dizer o que já foi abordado historicamente. Dessa forma, Pesavento (2006) observa que a literatura funciona como um multiplicador de possibilidades de leitura de determinado fato histórico, ajudando a construir a pluralidade de sentido sobre o mundo. Assim, a estudiosa admite que

> a literatura é fonte de si mesma enquanto escrita de uma sensibilidade, enquanto registro, no tempo, das razões e sensibilidades dos homens em um certo momento da história. Dos seus sonhos, medos, angústias, pecados e virtudes, da regra e da contravenção, da ordem e da contramão da vida. A

> literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isto, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a *enargheia* presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo. E estes traços, eles podem ser resgatados na narrativa literária, muito mais do que em outro tipo de documento (PESAVENTO, 2006, p. 7).

Tendo em vista a discussão realizada entre os pesquisadores até aqui citados, fica claro que a ciência histórica, baseada no cientificismo do século XIX, caracteriza-se pela valorização ao método que leve a constatação de uma verdade absoluta. No entanto, no âmago das práticas historiográficas contemporâneas tal postura esfacela-se, diante do surgimento de novos enfoques sobre o real, que abordam uma perspectiva interdisciplinar. Logo, desmantela-se, assim, a visão de que a história é o lugar das verdades incontestadas.

Importante salientar que há uma revisão nos estudos historiográficos contemporâneos, quanto as suas propostas metodológicas e epistemológicas, visando reconhecer a relevância que há num diálogo aberto entre a história e a literatura. De acordo com Leyla Perrone-Moisés (1999), as técnicas e os princípios que regem a historiografia sofreu grandes alterações no século atual, ao ponto de ser reconhecida como a “nova história”, termo cunhado pelo historiador francês, Paul Veyne.

Verificou-se que a relação existente entre o discurso histórico e o literário demonstra a relevância do encontro entre essas duas áreas que, apesar de possuírem objetivos diferentes, demonstram-se complementares. A prática histórica quando considera a literatura como fonte de dados, parte do princípio de que o discurso ficcional também é uma forma rica de se conceber o mundo. Nessa mesma direção, a análise literária precisa considerar a contextualização histórica como meio fundamental para se compreender a visão proposta na obra e as vozes que nela circulam.

3.2 ENTRE UM MOSAICO DE TRAIÇÕES, UMA BANDEIRA COM MEIO SOL AMARELO

Considerando a ligação entre discurso ficcional e histórico na elaboração do romance africano *Meio Sol Amarelo* (2008), traz-se para o interior desta discussão uma ferramenta importante utilizada por Chimamanda para denunciar a situação que destroçou a sua etnia, enquanto o mundo ficava de "braços cruzados" no instante em que os nigerianos (*haussas*) cometiam as maiores atrocidades contra o povo biafrense (*igbos*).

Sabe-se que as guerras, curtas ou longas, provocam feridas sérias, difíceis de cicatrizar nas mentes e nos corpos das vítimas. Das lutas travadas em solo africano, na década de 60, período que marca a independência de diversos países da África, destaca-se a Guerra de Biafra. Tal conflito foi marcado pelo embate político, econômico e territorial entre duas etnias nigerianas: os *haussás* e os *igbos*. A primeira representa os interesses situados ao Norte da Nigéria e seu exército foi patrocinado pelas forças britânicas, que contribuíram para o massacre de centenas de *igbos* inocentes. A segunda etnia teve que montar seu próprio exército, sem nenhum tipo de apoio, contando com meios e armamentos precários para o combate. É válido destacar que esse contexto inquietou diversos estudiosos e escritores, levando-os a abordar esse assunto em suas obras, tanto durante, quanto depois da guerra. Distingue-se que entre eles encontram-se autores africanos e não-africanos.

No livro do jornalista e escritor britânico, Frederick Forsyth (1969), intitulado *A História de Biafra: o nascimento de um mito africano*, escrito durante o conflito, ele revela sua experiência como correspondente diplomático assistente, que teve a oportunidade de cobrir e conhecer o lado biafrense da guerra. O jornalista fez saber que desde a formação da Nigéria ficam constatadas as grandes disparidades étnicas existentes no país, advindas do período pré-colonial. Durante o regime colonialista as oposições existentes entre os nigerianos foram atenuadas pelos colonizadores, que mantinham a conduta de homogeneizar todos os indígenas, desconsiderando suas particularidades.

> A 1º de outubro de 1960, a Nigéria tornou-se independente, aos tropeções, aclamada intensamente, interna e externamente, como um modelo para a África. Mas, lamentavelmente, por trás das cortinas era tão estável quanto um castelo de cartas. Nenhuma das diferenças básicas entre o norte e o sul fora eliminada, as dúvidas e temores não tinham sido atenuados, as tendências centrífugas não estavam dominadas. As esperanças, ambições e aspirações das duas regiões ainda eram essencialmente divergentes (FORSYTH, 1969, p.26).

Segundo outro correspondente da guerra nigerobiafrense, o jornalista londrino F. de Bonneville (1968), a Nigéria é povoada por duzentos e cinquenta grupos étnicos, citando-se alguns: *kanuris* e *fulanis*, *haussas*, *yorubas* e os *igbos*. Os mais importantes são os *haussas*, situados ao Norte; os *yorubas*, localizados no Centro-este do país; e os *igbos*, que ocupavam a parte oriental e Sul da Nigéria.

Na África, o poder político constitui uma das grandes ambições de alguns indivíduos africanos, pois representa honra e prosperidade para si, sua família e até para a região de onde veio. Ocorre que quando a maioria conquista tal posto, acaba sendo capaz de qualquer ato para mantê-lo. “Foi dessa forma que a Nigéria ingressou na independência, trôpega e vacilante” (FORSYTH, 1969, p. 27). Veja-se um exemplo, extraído de *Meio Sol Amarelo* (2008), a respeito da visão que alguns africanos possuem sobre os políticos de seu país:

> Os políticos não eram como as outras pessoas normais, eles eram *políticos*. Eles pagavam bandidos para surrar os oponentes, compravam terras e casas com dinheiro do governo, importavam frotas de longos carros americanos, pagavam as mulheres para rechear as blusas com votos falsos e se fingir de grávidas. Sempre que escorria os restos de uma panela na pia, pensava na gordura da superfície como política (ADICHIE, 2008, p. 152).

Nessa reflexão elaborada por Ugwu, personagem porta-voz do sofrimento biafrense na guerra em MSA[17] fica patente uma denúncia e uma crítica ao comportamento dos políticos nigerianos. Alguns deles, mostravam-se

[17] Meio Sol Amarelo

indivíduos capazes das maiores atrocidades para manter seu cargo e lucrar com as finanças públicas. Durante uma visita à aldeia de Ugwu, ouve-se, nas palavras de Odenigbo, professor universitário igbo, patrão de Ugwu, a consciência sobre os desmantelos e desperdícios do governo nigeriano, no início dos anos 60, antes da guerra, quando grande parte dos governantes eram *haussas*:

> A viagem até sua aldeia foi feita quase em silêncio. Quando passavam por certas fazendas com fileiras intermináveis de milho e mandioca, como se fosse uma cabeleira muito bem trançada, o Patrão dizia: "Viram só? É nisso que o nosso governo devia se concentrar. Se nós aprendermos a tecnologia da irrigação, podemos alimentar o país todo sem o menor problema. Podemos superar essa dependência colonial das importações". [...] "Mas, em vez disso, tudo o que os energúmenos do governo fazem é mentir e roubar. Vários dos meus alunos se juntaram ao grupo que foi até Lagos, hoje de manhã, para protestar sabia?" [...] "Por que eles estão protestando, *sah*? "Por causa do censo. O censo foi uma bagunça, todo mundo falsificou os números. Não que Balewa vá fazer algo a respeito, porque é cumplice, como todos os outros. Mas nós temos que erguer a voz!" (ADICHIE, 2008, p. 108).

Nesta ponderação, é dimensionada a habilidade dos *igbos*, que mesmo vivendo no campo, tinham a habilidades para se desenvolverem economicamente, fosse no comércio ou na agricultura. Através da crítica de Odenigbo, constata-se o desinteresse do governo *haussa* em investir no país e se livrar dos impostos pagos aos ingleses, por conta das importações. Tamanha era a corrupção, que o romance cita o exemplo do ano de 1962, ocasião do censo populacional, para se estabelecer uma melhor divisão dos cargos na Câmara dos Deputados Federais e dos recursos federais. Para que o Norte mantivesse a preponderância nas decisões governamentais, era preciso garantir que o número populacional da etnia *haussa* estivesse acima de qualquer outra. Com isso, os censos populacionais eram adulterados na Nigéria, pois neles constatava-se que os *igbos* eram o grupo étnico mais numeroso do país (FALOLA; HEATON, 2008). Para garantir a "supremacia"

dos nortistas os dados eram contestados e alterados em prol de um diagnóstico que os favorecia.

> O Sr. J. J.Warren, o chefe britânico dos 45 mil agentes censitários, rejeitou os dados sulistas, considerando-os "falsos e inflacionados". Tal conclusão não desagradou o Sardauna de Sokoto, que não ficou muito satisfeito ao descobrir que a população do Sul aparentemente superava a do Norte em meio milhão de habitantes. Conta-se que ele rasgou os resultados do censo num acesso de fúria e ordenou a Balewa que tentasse outra vez (FORSYTH, 1969, p. 30).

Ao contemplar a relação entre os dois discursos, o do romance e o do jornalista britânico, apreende-se que Chimamanda se apropria de dados reais para criticar a postura do governo *haussa*, no período antes da guerra. Cita o nome de Abubakar Balewa, ministro nigeriano, que fora representante legislativo da região norte, em 1947 até 1966, apontando sua cumplicidade em atos corruptos, a exemplo da adulteração de censos populacionais produzidos no país. Na referência do romance comprova-se a plena consciência que o *igbo* possuía a respeito das necessidades da Nigéria. E mais: o *igbo* conseguia pensar em soluções políticas e sociais para resolver os problemas. Marca-se, no discurso de Odenigbo, o estímulo para que o povo se posicione, erguendo a voz contra os despautérios políticos.

> A srta. Adebayo voltou ao assunto do embaixador francês. Não achava que os franceses deveriam ter testado armas atômicas na Argélia, claro, mas não entendia por que importava tanto assim para Balewa cortar relações diplomáticas com a França. [...] “Está muito claro que Balewa fez isso porque quer desviar a atenção do pacto de defesa que assinou com os britânicos”, disse Odenigbo. “E sabe que fazer pouco dos franceses sempre vai agradar os patrões. Ele é o ordenança dos britânicos. Foram eles que o puseram lá, eles lhe dizem o que quer fazer, e ele faz, um verdadeiro modelo parlamentar” (ADICHIE, 2008, p. 133).

Com mais uma crítica contundente ao governo mulçumano na Nigéria, fazendo, mais uma vez, referência ao ministro Balewa, revela-se a hipocrisia

desse líder, pois ao cortar relações com a França em 1966, não fez isso em solidariedade aos irmãos argelinos, que sofriam as consequências dos testes atômicos franceses em seu país. Agiu para agradar aos patrões ingleses, tendo em vista a rivalidade secular entre estes e os franceses. Logo após a independência nigeriana, Balewa assinou um pacto de proteção com a Inglaterra, que implicitamente, dava abertura para que ela continuasse exercendo sua influência no país (FALOLA;HEATON, 2008). "Esse pacto de defesa é pior do que o *apharteid* e a segregação, mas nós não percebemos. Eles estão controlando a gente por trás da cortina. E isso é muito perigoso!" (ADICHIE, 2008, p. 134). Ao apontar esse fator, a narrativa de Adichie (2008) menciona a subalternização do povo do Norte para com o branco, criticando a postura do africano em perpetuar os costumes exploratórios do colonizador.

> Eu já disse a vocês que Balewa fez isso simplesmente porque quer que os norte-africanos gostem dele", disse o professor Ezeka. "Que os norte-africanos gostem dele? Você então acha que ele está preocupado com os outros africanos? O branco é o único patrão que Balewa conhece", disse Odenigbo. "Não foi ele que disse que os africanos não estão preparados para se autogovernar na Rodésia? Se os britânicos o mandarem dizer que é um macaco castrado, ele diz (ADICHIE, 2008, p. 134).

Forsyth (1969) constata que a relação política e econômica do governo britânico com a Nigéria não destoava de seus antigos interesses coloniais, que continuava exercendo certo domínio. Assim, eles encontraram mais facilidade de manter essa prática através do estabelecimento de alianças com os nortistas, em sua maioria mulçumanos *haussas*, pois estavam "acostumados a uma obediência implícita" (p. 20). Por outro lado, os povos do Sul, compostos de maioria *igbo*, não aceitavam se submeter a nenhum interesse do homem branco e, por isso, foram taxados de "arrogantes".

A ação britânica no solo nigeriano era acompanhada por processos de modernização, baseado no modelo ocidental. Os *haussas* serviam apenas como prestadores de contas dos recursos econômicos empreendidos no Norte da Nigéria, pois não concordavam com a educação do Ocidente, ficando, assim, despreparados para exercer cargos de chefia, que exigiam

conhecimentos científicos e acadêmicos. Do contrário, apesar de os *igbos* não se rebaixarem às intenções dos ingleses e estarem questionando constantemente as suas pretensões, acabaram assimilando o cristianismo e, consequentemente, a educação ocidental.

Assim, essa etnia destacava-se das demais, pois os indivíduos que a compõem estavam bem mais preparados para governar e administrar o país, que se encontrava em vias de modernização. Constituídos de médicos, engenheiros, administradores, professores, advogados, entre outros, os *igbos* podiam ocupar qualquer cargo na administração pública. Nessa etnia, a educação era uma ferramenta supervalorizada no seio familiar. Tinham ampla visão política e de negócios, além de significativa ambição para o crescimento do país. F. de Bonneville (1968) destaca que é o Sul o grande responsável pela riqueza cultivada na Nigéria, como o carvão, a borracha, o óleo de palma, o cacau e o petróleo. Tal região tornou-se o centro moderno do país, dirigida pelos *igbos*.

Em contrapartida, os *haussas* não cultivavam a cultura de educação acadêmica, restringindo esse privilégio aos filhos da elite mulçumana. Por isso, não conseguiram desempenhar as mesmas atribuições dos *igbos* nos cargos públicos (FORSYTH, 1969). Esse é um dos motivos que fazia com que o progresso econômico da região Norte caminhasse a passos lentos, pois dependia da supervisão estrangeira.

Entretanto, no decorrer da evolução econômica nortista, houve a necessidade de muitos sulistas se deslocarem para esse lado da Nigéria, a fim de assumir os postos da esfera pública. Unificar a Nigéria fazia parte do pensamento *igbo*, pois enxergava nesse projeto um meio para fortalecer as forças contra as ambições da Inglaterra, além de intensificar o mercado econômico pela junção de atividades mercantis. Os *haussas* contestaram essa visão, pois se fixavam na visão regionalista e tribal, em que para eles o separatismo era a única maneira pela qual os africanos poderiam conviver entre si “pacificamente”. Sentindo um certo despeito pelos sulistas, os povos do Norte

> estavam absolutamente convencidos, [...] de que os *igbos* realmente tencionavam dominar a Nigéria, colonizar o Norte mais atrasado e utilizar seus talentos indiscutíveis para controlar o país de um extremo a outro (FORSYTH, 1969, p. 50).

Desde então, as diferenças se acentuaram cada vez mais entre eles, ao ponto de os nortistas declararem abertamente o desejo de separação definitiva entre os povos nigerianos. Como os líderes *haussas* não conseguiam tolerar a ocupação *igbo* em seu território, agiam violentamente com eles. Isso desencadeou uma ação brutal em 15 de janeiro de 1966, em que "um grupo de oficiais, na maioria *igbo*, assassinou o primeiro-ministro do Norte e numerosos oficiais ocidentais" (F. DE BENNEVILLE, 1968, p. 58). Esta ação visava destituir da política todos os dirigentes não-igbos e que disseminavam a corrupção. Apesar de tudo, o golpe fracassou e seus idealizadores foram presos pelas próprias autoridades *igbos*, que consideraram um ato individual e separado das verdadeiras intenções governamentais dos orientais. Observando a relação existente entre os discursos histórico e ficcional, consideramos a abordagem desse episódio em *Meio Sol Amarelo* (2008):

> O major Nzeogwu está falando de Kaduna. A voz no rádio era jovem, animada, confiante.
>
> *A Constituição foi suspensa, e os governos regionais e as assembleias eleitas foram dissolvidos. Meus queridos compatriotas, o objetivo do Conselho Revolucionário é estabelecer uma nação livre de corrupção e de lutas internas. Nossos inimigos são os aproveitadores políticos, os vigaristas, aqueles que ocupam tanto altos postos quanto cargos de segundo escalão e que exigem suborno de dez por cento, são os que procuram manter o país dividido para continuar lucrando, são os tribalistas, os nepotistas, aqueles que fazem nosso país parecer bom para coisa nenhuma nos círculos internacionais, aqueles que corromperam a nossa sociedade* (ADICHIE, 2008, p. 148).

Nesse exemplo, verifica-se que o romance apresenta o personagem major Nzeogwu, fazendo referência ao Major Patrick Chukwuma Kaduna Nzeogwu (1937-1967), um oficial militar *igbo*, principal articulador do golpe

militar de 15 de janeiro de 1966. Na obra, o discurso proferido pelo personagem que o representa funciona como uma justifica pelas mortes dos quatro oficiais nortistas. Tratados como corruptos e déspotas, dispostos a sacrificar o bem-estar do povo para desfrutar de interesses puramente particulares, os *haussas* não hesitavam diante do crime. Com isso, os nigerianos orientais (*igbos*) se cansaram dessa liderança corrupta, resolvendo tomar providências pelos seus próprios meios, para solucionar a situação.

> Isso vai ser o fim da corrupção! Isso é o que estávamos precisando que acontecesse desde a greve geral", disse um dos convidados. [...] Esses majores são verdadeiros heróis!", disse Okeoma, levantando o braço. Havia animação nas vozes, mesmo quando falavam de gente que fora morta. "A BBC está dizendo que foi um golpe dos *igbos*", disse o convidado que adorava *chin-chin*. "E eles têm uma certa razão. Foi quase só gente do Norte que morreu". "Pois se no governo tinha quase só gente do Norte", sussurrou o professor Ezeka, as sobrancelhas arqueadas, como se não acreditasse que tinha de dizer algo tão óbvio. "A BBC devia perguntar ao povo deles, afinal foram eles que puseram o povo do Norte no governo, para dominar todo mundo!", disse o Patrão (ADICHIE, 2008, p. 150).

Verifica-se que em meio às reuniões promovidas na casa de Olanna e Odenigbo, surge o assunto das causas do golpe de 15 de janeiro. De início é retratada a visão do *igbo* sobre essa revolta, pois viram nela um meio para atenuar a corrupção política na Nigéria. Os oficiais responsáveis pela ação foram tidos, por sua etnia, como corajosos, capazes de conter o domínio injusto e desenfreado dos povos do Norte. No trecho acima, nota-se uma crítica ao papel da imprensa estrangeira, principalmente da Inglaterra, que postava notícias tendenciosas, construindo uma imagem destorcida sobre a conduta dos *igbos*.

No início e no decorrer da guerra Nigéria-Biafra, a imprensa inglesa, que servia aos interesses imperialistas do governo, divulgava para o mundo que os orientais nigerianos eram os únicos responsáveis por todas as atrocidades ocorridas na Nigéria. Com isso, eximiam a conduta agressiva dos *haussas* de qualquer culpa. Retiravam também a responsabilidade das autoridades

britânicas como estimulador da violência contra os biafrenses. A BBC[18], citada na obra, foi uma das empresas jornalísticas inglesas que desviaram a atenção dos fatos reais que desencadearam os golpes e, consequentemente, a guerra na Nigéria.

O golpe de 15 de janeiro de 1966 serviu de pretexto para os nortistas darem continuidade aos seus planos separatistas e deram origem a um segundo golpe (FORSYTH, 1969). Em 29 de julho de 1966, ocorre um massacre ainda mais sangrento em relação ao anterior, pois centenas de oficiais *igbos*, que ocupavam cargos e funções no exército nigeriano no Norte, foram covardemente assassinados. Saliente-se que no primeiro golpe, apenas quatro oficiais perderam suas vidas.

> Soldados nortistas se apoderavam dos arsenais e se armavam; prendiam os colegas de origem oriental (*igbos*); posteriormente, levavam muitos deles para serem executados. [...] Quando tudo terminou, mais de 300 oficiais e soldados de origem oriental estavam mortos ou desaparecidos (FORSYTH, 1969, p. 59).

Em *Meio Sol Amarelo* (2008), a notícia do segundo golpe é recebida com desespero por Kainene, irmã gêmea de Olanna e segunda protagonista da narrativa, pois seu amigo Madu era um dos oficiais *igbos* que representam o sofrimento dos soldados, que sofreram a violência dos *haussas*, no norte.

> Kainene estava num sofá, na sala, os braços em torno do corpo, balançando-se para frente e para trás. A voz britânica no rádio estava tão alta que ela teve de levantar a sua, para dizer: “Oficiais do Norte assumiram o poder. A BBC diz que eles estão matando oficiais *igbos* em Kaduna. A rádio Nigéria não diz nada”. [...] Pelo rádio, a voz britânica ofegante comentava o fato extraordinário de um segundo golpe ocorrer apenas seis meses depois do primeiro. “Extraordinário. De fato, extraordinário”, repetiu Kainene. De repente com um movimento brusco, estendeu o braço e jogou o rádio no chão (ADICHIE, 2008, p. 164).

[18] A British Broadcasting Corporation é uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido fundada em 1922.

Nessa cena representa-se a aflição de muitas famílias de militares *igbos*, quando receberam a notícia que seus parentes e amigos estavam morrendo no Norte. Nessa abordagem, as críticas à imprensa britânica continuam ainda mais enfáticas, pois eles noticiavam o acontecimento como uma ação positiva e "extraordinária", como se viu. Davam a entender que as vidas das pessoas, mortas covardemente, não tinham valor, merecendo sofrer semelhante violência.

> Ninguém sabia de nada. A mulher de Madu não tinha informação nenhuma. Lagos estava um caos. [...] Muitos oficiais *igbos* estavam mortos. As matanças eram organizadas; Kainene contou que, segundo um soldado, um dia soou o toque de inspeção do batalhão, no quartel dele, e, depois que todos se reuniram, os militares do Norte pegaram os soldados *igbos*, levaram e fuzilaram (ADICHIE, 2008, p. 165)

Em mais um exemplo do romance é apresentada a cena em que é narrada a forma como o personagem coronel Udodi Ekechi foi morto, nessa caça aos militares *igbos*:

> Os soldados do Norte o puseram numa cela, no quartel, e lhe deram o próprio excremento para comer. Ele comeu a própria merda. [...] Depois o surraram até ele perder os sentidos, amarraram numa cruz de ferro e jogaram de volta na cela. Ele morreu amarrado numa cruz de ferro. Ele morreu numa cruz (ADICHIE, 2008, p. 165).

Assim está descrita a forma brutal com que foram assassinados os militares sulistas. Com desprezo à vida humana, grande foi o ódio despejado sobre eles, que não tiveram tempo de se defender. Chimamanda traz essas questões como uma maneira de enfatizar que a ação dos *haussas* não podem ser justificadas por um simples golpe, arquitetado por um pequeno grupo de *igbos*, que tirou a vida de apenas quatro militares. Em comparação, a resposta dada a essa prática foi muito superior, tendo em vista que tanto a forma como

morreram os *igbos*, quanto o número de mortos, excederam ao que ocorreu em 15 de janeiro de 1966.

Esse foi apenas o decreto que deu início a uma guerra atroz. Depois da execução desumana de soldados e oficiais sulistas (*igbos*, efiks, *ibibios*, *ogojas* e *ijaws*), começou a revolta dos *haussás* contra os *igbos* civis. A ordem do momento era a execução de qualquer indivíduo dessa etnia. Em 29 de maio de 1966, estudantes *haussás* "desceram para as ruas de Kaduno[19] brandindo cartazes secessionistas. Os *igbos* encontrados ao longo do caminho foram mortos e os seus bens pilhados e incendiados" (F. DE BONNEVILLE, 1968, p. 64). Assim, muitos que viviam no Norte perderam suas vidas e os sobreviventes carregaram grandes sequelas do massacre que sofreram. "O total de mortes ultrapassou 30.000. Havia ainda muitos outros milhares de aleijados e mutilados, sem falar nos que ficaram dementes pelo resto da vida" (FORSYTH, 1969, p. 86). Comandados pelo coronel Yakubu Gowon, os nortistas não contaram esforços para expurgar os *igbos* do norte da Nigéria, ressaltando o jargão que circulava entre eles: "o norte é para os nortistas (*haussás*) e o sul para os sulistas (*igbos*)".

> Uma voz solene, na rádio ENBC de Enugu, recontou testemunhos de pessoas do Norte: professores estraçalhados em Zaria, uma igreja católica inteirinha incendiada em Sokoto, uma grávida aberta ao meio em Kano. O locutor parou uns momentos. "Alguns de nós estão começando a voltar. Os que tiveram sorte estão voltando. As estações ferroviárias estão lotadas com nossa gente. Se você tem um pouco de chá e pão sobrando, por favor, leve até a estação. Ajude um irmão necessitado (ADICHIE, 2008, p. 172).

Dessa forma, a ficção vai tomando como base o acontecimento histórico para tecer a denúncia e a reflexão em torno do apagamento do sofrimento dos povos orientais, no período em que a guerra civil nigeriana começava a dar seus primeiros sinais. Naquele contexto, nenhuma autoridade estrangeira tentou convencer os nortistas a cessarem as matanças. Pelo contrário, além de se calarem perante isso, instigaram ainda mais as ações violentas e divulgaram

[19] Cidade situada na região norte da Nigéria, considerada como território mulçumano.

versões distorcidas ao mundo sobre os acontecimentos. Colocando os *igbos* como os culpados do caos que se instalara na Nigéria. No romance, Chimamanda exemplifica bem esse caos, abordando o assunto pelo viés dos igbobiafrenses, silenciados pelo discurso jornalístico e histórico ocidental sobre a Guerra de Biafra.

> Mohamed tomou a direção de Sabon Gari. Um ônibus passou por eles, empoeirado e amarelo; [...] um homem estava pendurado na porta do ônibus, com um alto-falante grudado na boca, fazendo ressoar suas lentas palavras em *haussá*. "Os *igbos* tem de ir embora. Os infiéis tem de ir. [...]" (ADICHIE, 2008, p. 175).

A narrativa faz referência ao Sabon Gari, que no dialeto *haussá* significa *bairro de estrangeiros*. Dessa forma tal nome foi dado a cidades e vilas situadas na parte Norte da Nigéria e que eram habitadas por grupos não-haussás. Isso simbolizava a segregação que marcava essa região, que precisava da mão de obra de povos mais bem preparados para exercer cargos industriais, sendo a maioria *igbos*. No entanto, essas pessoas, ao se mudarem para a região dos mulçumanos eram direcionadas ao Sabon Gari, pois os nortistas não podiam se misturar com os "infiéis" (FORSYTH, 1969). Assim, enquanto Olanna, irmã de Kainene e também protagonista do romance aqui estudado, fazia uma visita aos tios que moravam nessa região acaba vivenciando o momento em que seu povo estava sendo expulso e morto pelos nortistas.

> Fique aqui", disse Mohamed, ao parar o carro na frente do *compound* de tio Mbaezi. Ela o viu correr, a rua parecia estranha, desconhecida; o portão estava quebrado, o metal, amassado no chão. Depois ela reparou no quiosque de tia Ifeka, ou o que restara dele: lascas de madeira, pacotes de amendoim largados na terra. Abriu a porta do carro e saiu. Parou alguns instantes por causa da luminosidade ofuscante e do calor que fazia, as chamas subindo pelo telhado, areia e cinzas flutuando no ar, antes de sair correndo ruma à casa. Parou ao ver os corpos. Tio Mbaezi estava de bruços, com o corpo retorcido, as pernas esparramadas. Alguma coisa

> branco-cremosa escorria do rasgo enorme aberto atrás da cabeça. Tia Ifeka estava na varanda. Os cortes em seu corpo nu eram menores, pontilhando braços e pernas como lábios vermelhos meio abertos. Olanna sentiu uma tontura aquosa em seus intestinos, antes que um entorpecimento tomasse conta do corpo e fosse parar nos pés. [...] Mohamed empurrou-a para dentro do carro, deu a volta e entrou também. "Mantenha o rosto baixo", disse ele. "Acabamos com a família inteira. Foi a vontade de Alá!", gritou um dos homens, em *haussá*. O homem era conhecido. Era Abidumalik. Cutucou um corpo caído no chão com o pé e Olanna então reparou quantos corpos estavam largados ali, feito bonecas de pano. [...] "Alá não permite isso", disse Mohamed. "Alá não vai se esquecer deles. Alá não vai se esquecer dos que levaram essa gente a fazer isso. Alá nunca vai perdoar isso (ADICHIE, 2008, p. 175-177).

Nesta cena nota-se que os tios de Olanna, Mbaezi e Ifeka, como moradores da parte Norte da Nigéria, simbolizam a morte cruel que os orientais do Sabon Gari tiveram, durante a caça aos *igbos*. Ao ressaltar com crueza as condições dos corpos, a autora provoca um certo impacto no leitor, que pode sentir a náusea que Olanna sentiu, ao se deparar com esse cenário. Em nome de Alá, a população civil e estudantes mulçumanos desferiram duros golpes à carne dos *igbos*, que sucumbiram a tal desgraça, sem chance de defesa. Os que podiam interceder por eles (os britânicos), nada fizeram. Muitos deles foram mortos pelos próprios amigos *haussás*. O personagem Abidumalik foi um deles, que apesar de ter sido "amigo" de tio Mbaezi, não cogitou em participar de seu extermínio. Entretanto, Mohamed é um personagem *haussá*, que se diferencia dessas posturas. Através dele, a narradora utiliza o próprio mulçumano para criticar e desmistificar a crença de que os assassinatos cometidos poderiam ser justificados, pois supostamente estavam fazendo isso acobertados pela divindade islâmica.

A indiferença do homem branco diante de tantas atrocidades é fonte de duras críticas na narrativa. O personagem britânico, Richard, vivencia uma matança aos *igbos,* enquanto estava no aeroporto de Kano, norte da Nigéria. Ao tentar compartilhar tal atrocidade com a britânica Susan, ele fica perplexo com a atitude desdenhosa com a qual ela trata a desgraça dos sulistas, resolvendo não dialogar mais com ela a respeito.

> Richard sentia que seu corpo estava se preparando para fazer algo, para estremecer, para desmaiar. “Então você sabe o que está acontecendo lá no Norte?”. “Claro que eu sei. Só espero que a coisa não chegue aqui no Sul. [...] Tem muito *igbo* em Lagos – quer dizer, eles estão em toda a parte, não é mesmo? Não que eles não soubessem o que esperar, quando a gente pensa melhor a respeito, eles com aquele sentido de clã deles, sempre melhores que os outros, sempre controlando os mercados. Uma coisa muito judaica, na verdade. E pensar que são relativamente incivilizados; não dá para compará-los aos *yorubas*, por exemplo, que vêm mantendo contato com os europeus há anos, na costa. Lembro-me de alguém me dizendo, quando vim para cá: cuidado com os criados *igbos* que você contratar, porque, antes que você se dê conta, eles já serão donos da casa e do terreno onde ela foi construída. [...] É extraordinário, não é mesmo, o jeito como essa gente não consegue controlar o ódio que sentem uns pelos outros. Claro que todos nós odiamos alguém, mas é tudo uma questão de controle. A civilização nos ensina o controle (ADICHIE, 2008, p. 183-184).

Susan é uma personagem definidora do comportamento colonialista. Ela representa os discursos difamatórios proferidos pelos ingleses, a respeito da África em geral e, mais especificamente, dos *igbos*. O tratamento desdenhoso da britânica, direcionado a situação desses povos, simboliza a postura do homem branco perante as atrocidades que se instalavam na Nigéria. Para os ingleses, os sulistas eram responsáveis por tudo. Logicamente, tal aversão surge por conta da postura insubmissa dessa etnia perante eles. O exemplo citado por Susan, sobre a cautela de se contratar um oriental para trabalhar em sua casa, pois eles poderiam dominar tudo, aponta, justamente, para a forma como a Inglaterra enxergava esse grupo. Ela tinha receio de que a Nigéria fosse dominada por eles e os seus interesses fossem barrados. Daí compreende-se o apoio dado ao lado norte contra os *igbos*.

Como já dito, durante os massacres que anteciparam a guerra Nigéria-Biafra, no decorrer e depois desse conflito, a imprensa inglesa, apoiada pelo governo britânico, desempenhou um papel difamatório sobre os biafrenses. Alguns jornalistas, que acompanharam esses acontecimentos, teriam que escrever seus artigos baseados na visão aceita pelas autoridades inglesas, levando em conta apenas o lado *haussá* dos fatos. Assim, muitos deles tiverem seus textos censurados, pois neles se revelavam o sofrimento dos *igbos* e a

responsabilidade da Inglaterra sobre isso. O livro do jornalista Frederik Forsyth, citado nesta pesquisa, foi material duramente criticado e rejeitado por alguns editores, que discordaram da visão ali defendida. O personagem Richard serve como modelo dessa questão. Ao produzir um artigo a um jornal britânico, relatando os assassinatos dos *igbos* na região Norte, atribuindo à Inglaterra uma parcela da culpa, tem seu texto rejeitado e recebe a seguinte resposta:

> Richard enviou-o ao Herald. Ao receber a resposta, duas semanas depois, rasgou a carta, depois de lê-la. [...] A matéria de Richard era morna, escreveu o subeditor, mas quem sabe Richard pudesse fazer um artigo [...] contando se por acaso eles entoavam alguma reza tribal, enquanto executavam os assassinatos, por exemplo. Se eles comiam partes do corpo [...]. Haveria uma maneira de tentar entende-los? (ADICHIE, 2008, p. 199).

Com isso, a autora do romance mostra a visão colonialista de alguns desses jornalistas, que insistiam em caracterizar o africano como um selvagem. Não se importavam com a causa da guerra, pois para eles tudo não passava de uma disputa tribal entre selvagens incivilizados. Dessa forma, também se eximia a Inglaterra de sua contribuição nas matanças desses indivíduos.

Após o desastre que ceifou a vida de milhões de *igbos* no norte da Nigéria e a chegada de muitos refugiados famintos, de volta ao sul, o governador *igbo*, comandante Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu, convenceu-se, com o apoio da Assembleia Consultiva de Chefes Anciãos, de que a separação das outras regiões nigerianas se fazia necessária, para garantir a sobrevivência de seu povo. A 30 de maio de 1967 ficou decretado a formação de um novo estado africano: A República de Biafra. Ressalta-se que os biafrenses tomavam suas decisões baseadas em consultas aos representantes do povo e aos anciãos. Logo de início, Ojukwu notou que não poderia governar autoritariamente. Sua liderança deveria ser aberta à opinião do povo, pois só assim seria respeitado.

> Três sentimentos dominavam o povo de Biafra (*igbos*) naquele momento. Em primeiro lugar, havia um sentimento não de rebelião, mas de rejeição, que perdura até hoje. Os biafrenses consideram que não deixaram a Nigéria, mas que foram expulsos. Estão absolutamente convencidos de que o impulso para a secessão partiu do lado nigeriano (*haussá*). Ao final, descobriram que eles é que não eram desejados na Nigéria. Estão convencidos de que não há lugar para eles na Nigéria, como cidadãos em pé de igualdade com os demais nigerianos. Estão convencidos de que estes não os querem como um povo, mas apenas por suas terras, pelo petróleo que contêm e pelas riquezas que podem produzir. Estão convencidos de que foram os nigerianos e não eles que romperam o vínculo pelo qual os cidadãos têm um dever de lealdade para com o governo, que em troca oferece a garantia de proteção da vida, liberdade e propriedade. E continuam convencidos de que o único papel que teriam a desempenhar numa Nigéria unida seria primeiro o de vítimas e depois o de trabalhadores-escravos (FORSYTH, 1969, p. 99-100).

Portanto, depois de todas as mortes e da grande quantidade de *igbos* feridos, não havia motivo para manter a aparência de unidade entre os povos nigerianos, que sempre existiu, desde a independência do país. Os biafrenses precisaram se impor e ceder à secessão ambicionada pelos nigerianos, pois viam nisso uma forma de se manterem vivos.

Separado da Nigéria, o povo biafrense teria que reformular seu espaço, recebendo refugiados, sobreviventes do massacre ocorrido no Norte. Apesar do ar de tristeza, não cessavam os planejamentos para melhorias no território, rico em indústrias, hospitais e escolas, construídos por eles. Além disso, contavam com uma vasta reserva petrolífera. Em Biafra, o sucesso pessoal sempre foi considerado meritório. Um homem bem sucedido é admirado e respeitado. Não há cargo ou título hereditário. Quando um homem morre, seu sucesso na vida, honrarias, prestígio e autoridade são enterrados com ele. Para a maioria dos biafrenses, nenhum sacrifício é demais para proporcionar educação aos filhos. Os camponeses de uma aldeia reúnem seus esforços para construir uma estrutura comunitária. Jamais é um centro de recreação, uma piscina ou um estádio, mas sim uma escola. Uma aldeia que tem uma escola possui grande prestígio (FORSYTH, 1969).

Em *Meio Sol Amarelo* (2008) há um exemplo interessante. O tio Mbaezi, morto nos massacres do norte da Nigéria, era um homem simples, um modelo que, mesmo sendo um indivíduo não tão bem sucedido, enxergava na força do

trabalho e na educação os meios para dias melhores. Ele era um líder comunitário que lutava por melhorias em sua comunidade, o porta-voz dos mais necessitados.

> A União se reunia em seu quintal. Olanna participara, algumas vezes, e ainda se lembrava da reunião em que homens e mulheres irritados reclamavam das escolas do Norte que não aceitavam crianças *igbo*. Tio Mbaezi havia se levantado e batido o pé. "*Ndi be anyi*! Meu povo! Nós construiremos nossa própria escola! É assim que vai ser!" Mas Olanna tinha ficado cismada, não ia ser fácil construir uma escola. Talvez fosse mais prático convencer o povo do Norte a aceitar as crianças *igbo*. No entanto, nesse momento, apenas poucos anos depois, lá estava ela, na avenida do Aeroporto, passando em frente à Escola da União *Igbo*. Era hora do recreio e o pátio estava cheio de alunos (ADICHIE, 2008, p. 50-51).

No exemplo acima, comprova-se mais uma vez que os *igbos*, que habitavam a região Norte, não conviviam pacificamente com os nortistas. Esses, mantinham suas posturas separatistas e enxergavam os sulistas como invasores. Assim, o romance de Chimamanda manifesta que apesar das dificuldades que enfrentavam, os *igbos* mantinham seu espírito batalhador para desfrutar do melhor que podiam. Tio Mbaezi e sua família destacam-se como exemplos que lutaram para sobreviver nessa região do país, repleta de posturas excludentes. Ironicamente, o fato de os biafrenses valorizarem o trabalho e a educação foi a causa que os tornaram impopulares no restante da Nigéria, principalmente, sob o olhar britânico.

> São presunçosos, arrogantes e agressivos, dizem os detratores; são ambiciosos e ativos, dizem os defensores. São gananciosos e mercenários, argumentam alguns; são prudentes e parcimoniosos, argumentam outros. São inescrupulosos e facciosos na hora de tirar vantagens, dizem alguns; são unidos e inteligentes o bastante para perceberem as vantagens da educação, alegam outros (FORSYTH, p. 108).

Pensamentos como esse alimentavam a propaganda negativa contra os biafrenses, tanto na África, como pelo mundo. Após a separação de Biafra, os *haussás* passaram a não concordar com os termos do afastamento, alegando que os *igbos* pretendiam dominar as riquezas do país. Lembrando que o

ambiente próspero, desfrutado pelos sulistas, foi construído por eles mesmos, e tinham pleno direito sobre o que possuíam. Esse fator foi rechaçado pelos *haussás*, que queriam se apoderar do espaço biafrense, inspirados na visão de seu antigo chefe político, Abubaka Balewa, de que a Nigéria deveria ser totalmente dominada pelos mulçumanos. A partir daí eclode uma terrível guerra, entre biafrenses (*igbos*) e nigerianos (*haussás*), que durou cerca de trinta meses (FORSYTH, 1969).

De um lado, encontrava-se o exército nigeriano, contando com um vasto arsenal de armamentos de alta tecnologia e com o apoio constante da Inglaterra para o abastecimento das armas. De outro lado, os biafrenses não tinham a mesma disponibilidade, estando praticamente desarmados perante o gigantismo nigeriano. Tinham que se confiar em seus parcos meios para enfrentar a batalha, sem o apoio de nenhum homem branco.

> O segredo da sobrevivência de Biafra está em parte na liderança do Coronel Ojukwu. Muito mais importante, porém, é o comportamento do povo. Nem o líder nem o Exército poderiam ter lutado sem o total apoio da população. Esse apoio é indispensável para que um exército possa oferecer mais que uma resistência simbólica. O povo contribuiu para o esforço de guerra com tudo o que tinha. As aldeias pobres fizeram coletas, os homens ricos esvaziaram suas contas no exterior, doando dólares e libras. Os alfaiates faziam uniformes com tecido para cortinas, os sapateiros fabricavam botas com peças de lona. Os fazendeiros doavam inhame, mandioca, arroz, cabras, galinhas e ovos. Os habitantes do sertão apresentavam-se para combater com bacamartes e facões. Os motoristas de táxis e os donos de furgões de entrega transportavam os comboios de tropas, os padres e os professores primários cediam suas bicicletas (FORSYTH, 1969, p.141).

Um dos comentários que circulavam entre os nigerianos e as autoridades inglesas era que Biafra iria tombar rápido e que a guerra não iria demorar. Eles se confiavam no poder das armas que ofereciam vantagem sobre os biafrenses. Só que não contavam com o poder de resistência do povo *igbo*, que poderia superar qualquer arma potencial.

> Eles estão surpresos porque as armas que Harold Wilson deu àqueles vaqueiros mulçumanos não nos mataram tão rápido quanto eles esperavam!”. “É a Rússia que você deveria culpar, não a Grã-Bretanha”. “Decididamente é a Grã-Bretanha.

> Nossos rapazes trouxeram algumas cápsulas nigerianas disparadas no setor de Nsukka, para fazermos uma análise. Todas elas, sem exceção, tinham as palavras DEPARTAMENTO DE GUERRA DA GB impressas (ADICHIE, 2008, p. 234).

Esse trecho do romance faz referência ao presidente inglês Harold Wilson que, na época, apoiou toda a demanda de armas para a Nigéria, armando fortemente o lado nigeriano da guerra, sem se importar com o que eles estavam fazendo com as armas. Ao mesmo tempo em que há na narrativa a denúncia feita a essa prática desumana, existe a ênfase à resistência dos biafrenses, que se recusaram a morrer sem lutar.

Como já se comentou, o tradicional interesse da Inglaterra pela Nigéria nada tem a ver com o bem-estar do povo desse país. Com a independência, o estímulo à produção de matérias-primas para a indústria britânica e à criação de um mercado consumidor para adquirir os bens manufaturados da indústria inglesa, foram funções entregues a nativos, devidamente escolhidos e dispostos a se submeterem às ideias do homem branco. Quaisquer prática na Nigéria que pudessem ser identificadas como prejudiciais ao mercado deveriam ser desencorajadas. O desejo de Biafra de separar-se do resto da Nigéria foi incluído nessa categoria (FORSYTH, 1969). Assim, os agentes britânicos encontraram nos nigerianos a postura que desejavam para dar continuação a sua exploração econômica na Nigéria. Por conta da relação estreita que mantinham, ficou comprovado o apoio incondicional do governo inglês, representado pelo presidente Harold Wilson, a Gowon durante a guerra Nigéria-Biafra, reconhecendo nele a única figura governamental legítima.

Portanto, mesmo sabendo dos massacres e atrocidades cometidos pelo exército nigeriano contra os biafrenses o governo inglês desprezou a situação. Além disso, ocultaram para o mundo a real situação do país e continuaram fornecendo armas potentes para a dizimação dos *igbos*.

> Não foi exatamente o apoio do governo britânico ao regime de Gowon o que mais revoltou os biafrenses. Foi a maneira hipócrita pela qual se processou esse apoio. Durante 12 meses, foram envidados todos os esforços possíveis para disfarçar a verdade, ocultá-la ao Parlamento Britânico, à imprensa e ao povo. As respostas às questões parlamentares

> eram formuladas em termos evasivos, enganava-se deliberadamente. Porta-vozes do governo britânico anunciavam na Câmara dos Comuns a neutralidade oficial, só para mais tarde reconhecerem que isso não era verdade, nunca fora. Faziam-se negativas impassíveis de que os embarques de armamentos para a Nigéria tivessem ultrapassado os níveis anteriores à guerra, quando na ocasião esses níveis há muito que já tinham ficado para trás, multiplicados várias vezes. Os ministros se contradiziam, mudavam de posição, vacilavam, se esquivavam. E, durante 10 meses, uma crédula Câmara dos Comuns limitou-se a assentir e declarar-se satisfeita com as explicações (FORSYTH, 1969, p. 162).

O fator inquietante nisso é que em algumas semanas depois do início da guerra o comportamento da infantaria nigeriana já indicava que quaisquer armas fornecidas seriam usadas, sem a menor hesitação, contra populações civis. Diante disso, a Inglaterra não cogitou em continuar fornecendo armas e continuaram apoiando aos nigerianos. Em 23 de agosto de 1968, foi desfechado um ataque final contra o coração do território *Igbo*, com os nigerianos portando um tremendo poder de fogo. Testemunhas estrangeiras, correspondentes de guerra, relataram a chacina brutal e desenfreada de milhares de aldeões. A ordem era para que os soldados nigerianos atirassem em qualquer pessoa. Diante dessa brutal realidade, não houve qualquer "reconsideração" da política britânica (FORSYTH, 1969).

Foi a fome em Biafra que realmente despertou a consciência do mundo para o que estava acontecendo. A opinião pública em geral, não apenas da Inglaterra, mas de toda a Europa Ocidental e da América, pode, pelo menos, perceber o sofrimento dos biafrenses, através da fotografia de uma criança esquelética. Foi com base nessa imagem que se mobilizou uma campanha na imprensa, que tocou o público ocidental, levando-o a se manifestar, exigindo providências políticas para o socorro dos biafrenses. Assim, “a inanição das crianças de Biafra tornou-se um escândalo mundial” (FORSYTH, 1969, p. 195). Entretanto, ficou comprovado que autoridades inglesas ajudaram os nigerianos a impedir qualquer auxílio humanitário para Biafra, que estava encurralada com suas estradas e pontes aéreas bloqueadas.

> Em 25 de junho, o Chefe Awolowo comentou que a fome era uma arma legítima e que se opunha à remessa de alimentos para os secessionistas. No dia seguinte, o chefe do Estado-

> Maior do Exército, General-de-Brigada Usman Katsina, teria declarado: “pessoalmente, eu não daria qualquer alimento a alguém contra quem estou combatendo (FORSYTH, 1969, p. 232).

É significativo lembrar que as declarações desses dois homens, que exerciam cargos de grande influência política na Nigéria, sequer foi considerada pela Inglaterra e pela imprensa. Como afirma F. de Bonneville (1968), apenas após um ano de guerra genocida o mundo se interessou por ela. Foi preciso a morte de mais de cinco mil crianças por dia, para que o conflito fosse considerado sério demais. Segundo o jornalista londrino, a visão preconceituosa e deturpada do Ocidente sobre os africanos contribuiu para que o massacre e a fome de Biafra fossem tratados de modo banal.

Verifica-se, deste modo, que a ligação intrínseca entre ficção e história foi uma ferramenta de grande importância na construção ampla de sentidos sobre a Guerra de Biafra. Ao se apropriar da visão jornalística e histórica, Chimamanda pode narrar esse conflito, que marcou para sempre a história de sua etnia, retratando em sua escrita “suas verdades imaginadas”.

3.2 QUANDO O SUBALTERNO FALA: O MUNDO ESTAVA CALADO QUANDO NÓS MORREMOS

Em momento anterior foi mencionado que se iria utilizar um olhar mais direcionado para as ações do personagem Ugwu. Este, é apresentado na obra vivendo com Odenigbo e Olanna, na qualidade de criado. Esta condição, entretanto não impediu o casal de estimular seu crescimento intelectual, possibilitando-lhe melhor conhecimento da sua realidade. No romance, ele é um importante elemento desmistificador do conhecimento eurocêntrico. Quando crescido e depois de ter vivido as agruras da guerra, assume a tarefa de escrever sobre o massacre, ao povo biafrense. O romance é intercalado por partes da obra presumivelmente escrita por Ugwu, em um processo que traz a narrativa dentro da narrativa. O livro de Ugwu, chamado *O mundo estava calado quando nós morremos*, contempla a narrativa da guerra, onde, de início, o leitor poderá ser levado a pensar tratar-se de um texto escrito pelo jornalista inglês Richard.

No decorrer da narrativa esse entendimento vai sendo desfeito, quando a confusão do estrangeiro para escrever vai aparecendo de forma contundente. No final do romance, Ugwu irá dedicar o seu livro para o patrão Odenigbo, o seu “bom homem”, como costumava lhe tratar o patrão diariamente. Isto já estabelece que as partes de uma obra, com tons fortemente críticos sobre o sofrimento da guerra, foram escritas pelo jovem aldeão, aquele que historicamente foi tido como incapaz de falar sobre si.

Segundo Mata (2007), a utilização de conteúdos históricos na produção literária africana parte da ideia de que o autor, tendo plena consciência de sua situação social, passa a dar voz a quem nunca pôde ser ouvido. “Daí pensar que o indizível de uma época só encontra lugar na literatura” (p. 29), já que o discurso historiográfico oficial possui a prática parcial de obliterar vozes e opiniões divergentes das que ele apregoa. É importante tomar o texto literário como uma representação artística do imaginário cultural, ele contribui significativamente para a construção da imagem da sociedade que sofre com os abalos causados pelo período colonial. “O estudo desse objeto simbólico é também um dos veículos para que se chegue à História” (p. 29).

A partir dessas considerações, segue-se a análise dos acontecimentos da Guerra de Biafra, dando ênfase ao olhar do personagem Ugwu, que se torna escritor no decorre da narrativa. A seguir, parte-se de um trecho retirado do livro escrito por ele, em que relata as condições em que a Nigéria conquistou a sua independência:

> **Livro: O mundo estava calado quando nós morremos**
> Ele argumenta que a Nigéria não tinha economia nenhuma, até a independência. [...] Porém, os novos líderes estavam otimistas demais, ambiciosos demais com projetos de desenvolvimento que iriam lograr a credibilidade do povo, ingênuos demais na hora de aceitar empréstimos estrangeiros extorsivos, interessados demais em imitar os britânicos, em assumir as atitudes superiores, os hospitais de primeira, e os salários melhores que, durante tanto tempo, foram negados aos nigerianos. Ele acena para problemas complexos que o país terá que enfrentar, mas se concentra nos massacres de 1966. As razões ostensivas – vingança pelo “golpe *igbo*”, protesto unitário contra o decreto unitário que faria o povo do Norte sair perdendo no funcionalismo público – não tinha a

> menor importância. Assim como também não importava o número variável de mortes: três mil, dez mil, cinquenta mil. O importante foi que os massacres assustaram e uniram os *igbos*. O importante foi que os massacres fizeram de antigos nigerianos fervorosos biafrenses (ADICHIE, 2008, p. 240).

Ugwu aponta que a independência da Nigéria ocorreu não para beneficiar e tornar o povo livre. Ela aconteceu para saciar o desejo reprimido do ex-colonizado, que ansiava desfrutar dos lucros que o governo lhe poderia oferecer. O que grande parte desses governadores queriam, sendo eles nortistas, era tomar o lugar do colonizador, imitando-o, agindo como superiores. Refletindo sobre isso, pode-se considerar os apontamentos de Fanon (1968) quando define que o mundo do colono sempre esteve acima do ambiente do colonizado. Sua vida estava instalada nos melhores padrões, onde a alimentação, a vestimenta e o calçado estavam garantidos. “A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas” (p. 27-28). Ao analisar esse fenômeno, o filósofo conclui que a vida do colonizador provoca inveja no colonizado. Por viver num ambiente extremamente carente desses padrões, o indígena deseja possuir as melhorias destinadas ao colonizador.

> O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto, surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: "Eles querem tomar o nosso lugar". É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono (FANON, 1968, p. 28).

Nesses termos, Fanon (1968) salienta que a destruição do mundo colonial não implicou o aniquilamento das práticas opressivas, pois o ex-colonizado passa a substituir os antigos opressores. Logo, o mundo hostil colonial não é rejeitado, mas abraçado com todos os seus aspectos, pois constitui-se como um “paraíso ao alcance da mão” (p.39). Portanto, “o colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar

perseguidor" (FANON, 1968, p. 40). O filósofo ainda afirma que a consciência nacional, desenvolvida no mundo descolonizado, descarta as necessidades do povo e passa a ser uma luta de interesse individual. Este fator constitui uma independência precária e repleta de fendas, levando o jovem país a passar de "nação a etnia, de Estado à tribo" (*ibidem*, p. 124). Assim, a burguesia nacional torna-se consequência das mutilações do colonialismo, assimilando seu caráter maniqueísta.

> **O Livro: O Mundo Estava Calado quando nós morremos**
>
> O Norte estava inquieto: temia o domínio do Sul, bem mais instruído, e sempre quis separar-se dos sulistas infiéis. Entretanto os britânicos tinham de manter a Nigéria como ela era – uma criação deles de alto valor, um grande mercado, um espinho no olho da França. Para favorecer o Norte, ajeitaram as eleições pré-independência em favor do Norte e redigiram uma nova constituição que dava aos nortistas o controle sobre o governo central. O Sul, ansioso pela independência, aceitou a constituição. Com os britânicos fora, haveria coisas boas para todo mundo: salários de "branco" há muito negados aos nigerianos, promoções, altos cargos. Nada foi feito em relação ao clamor dos grupos minoritários. Em 1960, na época de sua independência, a Nigéria era um conjunto de fragmentos presos por um fio frágil (ADICHIE, 2008, p. 185).

Nesse discurso de Ugwu há a denúncia de que o nascimento da Nigéria ocorreu em meio ao sentimento separatista dos nigerianos ocidentais (*haussas*), que por questões religiosas, políticas e econômicas não aceitavam conviver com as outras etnias, além de quererem dominar o país. Ao concordarem com a constituição, formulada pelos ingleses, visando a unificação do país, assim o fizeram sob a condição de exercerem o governo central. Foi o que aconteceu, pois eram apoiados pelo homem branco. Considerando a reflexão do escritor personagem Ugwu, a Nigéria nasceu em meio a fragmentos sustentados por um fio frágil. Logicamente, isso não iria terminar de modo positivo, tendo em vista a característica de resistência dos *igbos*.

Tomando como base a reflexão suscitada por Fanon (1968), pode-se atrelar o comportamento dos nortistas como representantes de uma elite

nacional, que encontraram na independência de seu país uma forma de substituir a elite metropolitana. A burguesia nacional, no caso da Nigéria, estava composta basicamente por militares, não havia preparação para criação e ampliação econômica, ela servia mais como intermediária dos interesses do ex-colono. Daí a necessidade nortista de manter contato com ele, em troca do sustento de seus benefícios.

Notando isso, a antiga metrópole encontrou espaço para exercer o governo indireto, tanto através dos burgueses a quem alimentava, tanto por meio de um exército nacional, enquadrado por seus especialistas e "que fixa o povo, o imobiliza e o aterroriza" (FANON, 1968, p. 144). Tal aspecto, justifica a discordância dos *igbos* em relação à "parceria" que a Nigéria precisava ter com a Inglaterra, pois notava que o homem branco seria o grande beneficiado. Portanto, os britânicos só concordaram com a independência porque não possuíam mais condições de manter a colônia, pois estavam com seus cofres defasados por conta da Segunda Guerra Mundial.

> **O Livro: O Mundo estava calado quando nós morremos**
>
> Os britânicos preferiam o Norte. O calor, ali, era agradavelmente seco; os *haussas* tinham traços menos largos e, por isso, eram superiores aos sulistas negroides, além de serem mulçumanos, o que significava que eram tão civilizados quanto era possível ser, entre os nativos, sem contar que eram feudais e, portanto, perfeitos para o governo indireto. Emires equânimes recolhiam os impostos para os britânicos, e, em troca, os britânicos mantinham os missionários cristãos bem longe. Por outro lado, o Sul, muito úmido, era cheio de mosquitos, animistas e tribos distintas. [...] No Sudoeste, viviam os *igbos*, em pequenas comunidades republicanas. Não eram nem um pouco dóceis e tinham uma ambição preocupante. Uma vez que não tiveram o bom senso de possuir reis, os britânicos criaram os chefes locais, os mandatários, porque o governo indireto saía bem mais barato à coroa. Os missionários obtiveram licença para domar os pagãos; a cristandade e a educação que levaram floresceu (ADICHIE, 2008, p. 139-140).

Como se vê, o livro de Ugwu critica e denuncia tanto a postura do homem branco quanto as atitudes corruptas dos políticos da Nigéria. De início,

sua narrativa estabelece a “simpatia” dos britânicos para com os povos da região Norte, deixando claro que isso acontecia porque eles eram mais fáceis de dominar. Nas palavras de Fanon (1968),

> nos territórios colonizados, a casta burguesa, após a independência, tira sua força principalmente dos acordos celebrados com a antiga potência colonial. A burguesia nacional terá maiores oportunidades de substituir o opressor colonialista se tiver ensejo de ficar a sós com a ex-potência colonial (p. 146).

Ironicamente, o personagem escritor utiliza o discurso do ocidental a respeito do povo do Sul, para apontar a postura preconceituosa, racista e equivocada dos ingleses ao tratarem os *igbos*, pelo fato de tal etnia não se submeter às suas desleais intenções. Nesse sentido, considera-se mais uma afirmação de Fanon (1968):

> Muitos intelectuais, por exemplo, condenam esse regime baseado no domínio de alguns. Nos países subdesenvolvidos existem intelectuais, funcionários, elites sinceras que sentem a necessidade de uma planificação da economia, de medidas que ponham fora da lei os especuladores, de uma proibição rigorosa da mistificação. Além disso, de certa maneira esses homens lutam pela participação maciça do povo na gestão dos negócios públicos (p. 146).

Entende-se que essa postura, definida pelo pensador martinicano, se identifica com a visão dos *igbos*, a respeito do caminho que o poder público nigeriano estava tomando, onde apenas um grupo étnico monopolizava o poder político e econômico. Quanto aos demais, caberia aceitar a condição, senão, deveriam estar preparados para uma guerra, como foi o caso de Biafra. Fanon (1968) descreveu bem a situação:

> Os embriões de partidos de oposição são liquidados a pauladas e pedradas. Os candidatos da oposição veem suas casas incendiadas. A polícia multiplica as provocações. Em tais

> condições, certamente, o partido é único e 99,99% dos votos vão para o candidato governamental. Devemos dizer que na África um certo número de governos comporta-se de conformidade com esse modelo. Todos os partidos oposicionistas, aliás em geral progressistas, que pugnavam por uma influência maior das massas na gestão dos negócios públicos, que desejavam chamar à ordem a desdenhosa burguesia mercantil, foram pela força das bordoadas e das prisões condenados ao silêncio e depois à clandestinidade (p. 150).

Na linha de raciocínio proposta pelo filósofo pode-se considerar que a Guerra de Biafra correspondeu à busca pela manutenção de um governo étnico e tribal, que alimentava as ambições dos *haussas*. “Tais chefes de governo são os verdadeiros traidores da África porque a vendem ao mais terrível de seus inimigos: a estupidez. Essa tribalização do poder favorece o espírito regionalista, o separatismo, [...] a nação se desarticula, se desmembra” (FANON, 1968, p. 151).

Ao retratar a fome causada pela guerra, Ugwu mostra que ela foi a pior violência imposta ao seu povo, assim como se tornou o símbolo da Guerra de Biafra.

> **Livro: O mundo estava calado quando nós morremos**
> A fome foi a arma de guerra da Nigéria. A fome quebrou Biafra, trouxe fama a Biafra e fez Biafra durar o tempo que durou. A fome fez os povos do mundo repararem e provocou protestos e manifestações em Londres, Moscou e na Tchecoslováquia. A fome fez a Zâmbia, a Tanzânia, a Costa do Marfim e o Gabão reconhecerem Biafra, a fome [...] fez os pais do mundo todo dizerem aos filhos para raspar o prato. A fome levou organizações de ajuda a fazer transportes clandestinos de comida durante a noite, uma vez que nenhum dos lados conseguia chegar a um acordo quanto às rotas. A fome ajudou a carreira de muitos fotógrafos. E a fome fez a Cruz Vermelha Internacional chamar Biafra de sua maior emergência, desde a Segunda Guerra Mundial (ADICHIE, 2008, p. 276-277).

O que se percebe na produção do livro de Ugwu é que foi algo possível para ele, pois viveu e sentiu a guerra. O próprio Richard chegou a reconhecer isso, sugerindo o nome que intitulou seu o livro. Juntamente com Olanna e Odenigbo, o jovem aldeão viu a fome e a penúria causadas pela violência da guerra. Ao ser recrutado para lutar no exército biafrense sentiu ainda mais o

peso da batalha. A essa altura já era um bom leitor e possuía um vasto conhecimento estimulado pelos patrões, principalmente, quando ouvia as conversas dos acadêmicos. Este fator acabou influenciando seu crescimento intelectual.

No exército, ele encontrou o livro *Narrativas de vida de Frederick Douglass, um escravo norte-americano, escrito por ele mesmo*. Essa narrativa autobiográfica, da literatura estadunidense, gira em torno da vida de Frederick Douglass, um escravo que aprende a ler e se torna combatente em favor do abolicionismo. De tal modo, pode-se apreender que o livro que Ugwu escreve narra a luta pelo direito à voz dos sujeitos subalternizados por sistemas opressivos. Assim sendo, ambos tinham a necessidade de narrar e expor ao mundo a versão do caos em que viveram. Portanto, essa é a frase de Douglass que marcou a trajetória de Ugwu como escritor: “Mesmo que me custasse a vida, eu estava decidido a aprender a ler. Mantenha os negros longe dos livros, mantenha-nos na ignorância, e seremos sempre escravos” (ADICHIE, 2008, p. 417).

Ugwu é um personagem que quebra os paradigmas ocidentais de que o africano é incapaz de falar por si mesmo. Ele representa a voz silenciada pelo saber ocidental, mas que agora toma a vez e, através da escrita, manifesta a sua realidade, de um lugar próprio. Portanto, o ato de escrever funcionou para Ugwu como uma espécie de libertação da condição subalterna, implantada pelo regime colonialista, que silenciou os sujeitos colocados à margem da história. Assim, entende-se que Ugwu é caracterizado no romance como uma peça fundamental para oferecer respostas contrárias a visão estereotipada e difamatória do homem branco, que assolou a identidade dos *igbos*. Ele é a marca da reivindicação de um maior espaço a voz daqueles que foram apagados pela hegemonia ocidental.

3.3 SOB OS SÓIS DA GUERRA, O ENALTECIMENTO DA MULHER IGBO

Já se esclareceu que tradicionalmente os *igbos* não cultivavam a administração do povo por meio de um líder em específico, principalmente se

esse não levar em conta a participação pública nas decisões sobre os destinos de sua região. Por isso, desde a chegada dos colonizadores até a independência da Nigéria, o homem branco teve que enfrentar a resistência desse povo, quando tentou implantar seu regime de nomeação de um administrador colonial. “Seis vezes os brancos tentaram conquistar os *igbos*. Seis vezes não tiveram êxito. E as mulheres lutaram com os seus homens” (BURNESS, 2007, p. 405). Ao considerar a participação constante da mulher *igbo* na luta em favor de sua nação, percebe-se que *Meio Sol Amarelo* (2008) enfatizou essa característica, por meio das protagonistas Olanna e Kainene. Com elas foi possível perceber a versão feminina dos retratos da guerra, que tende a ser obliterada nesses casos, atribuindo apenas à figura masculina os atos de proteção e heroísmo.

Antes de situar o papel da mulher na guerra, através da análise do romance de Adichie (2008), faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a *batalha das mulheres*, ocorrida na Nigéria, em 1929. Como diz o próprio nome, a presença da mulher *igbo* nesse evento foi o ponto significativo para os resultados obtidos por ele. Assim, tem-se que o chefe administrativo da região Sul da Nigéria proclamou uma proposta de cobrança de impostos às mulheres, que trabalhavam nos mercados dessa região. Esta decisão provocou uma grande revolta entre elas, pois além de ir contra a tradição, a cobrança de impostos era abusiva e visava favorecer os administradores do país. Com isso, as mulheres *igbos* organizaram protestos, visando desmantelar essa decisão e o sistema de administradores indiretos da coroa inglesa (BURNESS, 2007).

Este acontecimento consta na história da Nigéria e é narrado como um dos grandes atos heroicos para favorecer o país. “Hoje, alunos estudam o heroico protesto das mulheres igbos” (BURNESS, 2007, p. 406). Portanto, graças a essa revolta a cobrança de impostos foi proibida aos *igbos*, sendo a mulher uma das peças mais importantes na luta contra o regime colonial. “Na história da resistência, essas mulheres [...] podem ser vistas [...] como símbolos da importância do papel das mulheres na vida política, na história, na mitologia dos povos africanos” (*ibidem*, p. 406). A partir de tais considerações, vê-se a importância da mulher *igbo* durante a Guerra de Biafra, em *Meio Sol Amarelo* (2008).

De um lado encontra-se Olanna, *ouro de Deus*, e do outro, Kainene, *o que Deus reservará para nós*?. A despeito de serem gêmeas, são diferentes, tanto na aparência, quanto nas atitudes e sentimentos. Apesar disso, um ponto as unifica: funcionam como uma espécie de desmantelo das posturas tradicionais, que relegaram à mulher o triste papel subalterno na sociedade.

O primeiro fator a destacar é que essas mulheres, nascidas numa classe social alta, filhas do chefe Ozobia, dono de um vasto território petrolífero, tinham condições de sair do país durante a guerra. Tinham, direito a isso. Afinal, era a sobrevivência delas que estava em questão. Entretanto, não abandonaram o seu povo e resolveram viver com ele o caos da guerra.

Num episódio em que Olanna e sua família precisavam fugir da cidade de Nsukka, para ir em direção a casa da mãe de Odnigbo, em Aba, porque as tropas nigerianas estavam avançando cada vez mais na região Sul, ocorre uma cena importante. A mãe de Olanna, mulher cercada de luxo, decide visitar a filha, a fim de convidá-la a fugir do país. Nesse momento, ela aparece com vários tipos de joias preciosas escondidas em sua bolsa.

> A mãe entrou na frente na varanda e debruçou-se sobre um pilar. Abriu a bolsa e fez um gesto para Olanna olhar lá dentro. A bolsa estava cheia de brilhos e faíscas de joias [...]. “Ah! Ah” Mãe, para que tudo isso?”. “Eu levo tudo para onde eu vou, agora. Meus brilhantes estão dentro do sutiã”. [...] “Seja como for”, continuou a mãe, “seu pai e eu já estamos com tudo planejado. Pagamos alguém para nos levar [...] até Londres. [...] Nós pagamos por quatro lugares”. A mãe deu um tapinha no turbante para se certificar que as joias estavam no lugar. [...] Olanna sentiu pena de ver o apelo que havia no olhar da mãe. Ela sabia que a filha não fugiria para a Inglaterra com eles, e que Kainene também não iria (ADCHIE, 2008, p. 222).

Nesse excerto, é possível averiguar que o apego da senhora Ozobia aos seus bens e a sua saída do país durante a guerra, representa uma crítica apresentada na narrativa, em relação a alguns membros da elite *igbo* que se retiraram do país num momento difícil, decidindo oferecer ajuda de longe aos seus compatriotas. Não se deve esquecer que a luta pertencia a todos,

portanto, exigia a participação de todos. No entanto, a ênfase dada aqui é em relação a atitude das gêmeas que decidiram permanecer na Nigéria para ajudar o seu povo.

Mudando de cidade em cidade, fugindo das tropas *haussas*, Olanna viveu e sentiu junto com os *igbos* os males que a guerra lhes infligiu. Teve que se adaptar a uma outra vida, sem regalias e conforto. Junto com Odenigbo, Ugwu e a sua filha adotiva, Baby, conviveu com a fome e o desespero para sobreviver. Uma das doenças que afetou grande partes das crianças *igbos* foi o *kwashokor*, causada por falta de proteínas e vitaminas, atrelada ao consumo excessivo de carboidrato. O indivíduo que a contrai sofre uma profunda alteração em seu corpo. Há uma descoloração dos cabelos, os olhos ficam avermelhados e o abdômen fica distendido. A fome causou isso aos corpos das crianças, que contavam apenas com uma remessa precária de alimentos, oferecidos pelo centro assistencial formado pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Cruz Vermelha Internacional.

> O centro assistencial já fora um ginásio para meninas. Olanna imaginou o terreno murado e gramado, antes da guerra, cheio de jovens correndo para suas classes, pela manhã, e se esgueirando até o portão para encontrar os rapazes do colégio público na mesma rua, um pouco adiante. [...] Uma imensa multidão esperava do lado de fora. Olanna parou muito sem graça entre homens, mulheres e crianças que pareciam, todos eles, acostumados a ficar esperando, diante de um portão de ferro enferrujado, até que ele se abrisse e pudessem entrar e receber a comida doada por estranhos de outro país (ADICHIE, 2008, p. 313).

No extrato acima, nota-se que a guerra não escolhe quem vai assolar, todos encontram-se no mesmo nível. Olanna, filha de um dos homens mais ricos da Nigéria, estava junto com o povo, desconcertada, esperando pela “esmola” dada pelos estrangeiros. Mas, não importava, era preciso alimentar sua filha que estava ficando doente e manter a sua família. Ela estava fazendo o que a maioria das mulheres *igbos* precisavam fazer todos os dias na guerra, ajudando a sua família a sobreviver com um pouco de dignidade humana.

Para tentar ludibriar o mau gosto dos alimentos doados, Olanna, juntamente com Ugwu, tentavam adaptar receitas, incrementando, ainda que de modo precário, as refeições, para que a família sentisse um pouco de bem-estar. “A primeira massa que Olanna assou saiu boa; ela riu e disse que seria ambicioso demais chamar aquilo de bolo, a mistura de farinha, óleo e gema desidratada de ovo, mas ao menos tinham usado farinha” (ADICHIE, 2008, p. 330). Este fator revela que essa mulher era a grande responsável pelo provimento da casa, mobilizando as pouquíssimas ferramentas que tinha para promover um ambiente agradável em meio a tanta tribulação.

Um outro fator que demonstra o desprendimento de Olanna em relação a sua vida de luxo é o fato de ter se interessado a fazer sabão, utilizando cinzas. “Mais tarde, ao contar para Odenigbo sobre o sabão, ele balançou a cabeça. [...] “Eu não consigo ver você fazendo sabão”. “Acha que não sou capaz?” (ADICHIE, 2008, p, 319). Com isso, Olanna apresenta a capacidade de se adaptar àquela situação, ao contrário do companheiro, que cada vez mais se rendia ao alcoolismo, deixando de apoiar as causas da guerra. Aquele homem forte e robusto, cheio de altivez, estava desmoronando aos poucos na frente dela.

Na sua estadia em Umuahia, outra cidade *igbo*, fora do âmbito doméstico, Olanna decidiu não deixar de lado seu ofício como professora. Junto com a professora Muokelu, resolvem manter as aulas do *Grupo Escolar Akwakuma*. Com isso, vê-se que ela não abdica de um conceito primordial entre os *igbos*, a educação.

> Cerca de um quarto dos alunos da sua classe apareceu. Ela ensinou a eles o significado da bandeira biafrense. As crianças se acomodaram em tábuas, sob o fraco sol da manhã que jorrava pela sala sem telhado, enquanto ela desembrulhava a bandeira de pano de Odenigbo e contava a eles o significado dos símbolos. O vermelho era o sangue dos parentes massacrados no Norte, o negro era um sinal de luto pelos mortos, o verde era pela prosperidade que Biafra teria e, por fim, o meio sol amarelo, que significava um futuro glorioso (ADICHIE, 2008, p. 328).

Olanna não desistiu do ensino, apesar dos constantes ataques aéreos que interrompiam as aulas e destruíam a escola. Nesse contexto, ela conseguiu ensinar para as crianças biafrenses acerca do patriotismo, lembrando-os que a pátria é o maior bem que um homem poderia ter. Por isso, devendo-se lutar por ela até as últimas consequências. Olanna também ajudava aos demais membros de sua comunidade. Todos os dias era constante a chegada de refugiados famintos e feridos.

> Ugwu via o pessoal chegando, cada vez mais, todos os dias novos rostos nas ruas [...]. Mulheres batendo na porta a todo momento, perguntando se haveria algum trabalho que pudessem fazer em troca de comida. Apareciam com os filhos, magros e nus. Às vezes, Olanna lhes dava *garri*[20] misturado com água fria, antes de dizer que não tinha trabalho a oferecer (ADICHIE, 2008, p. 333).

Assim como outras famílias, Olanna fazia o melhor que podia para ajudar os irmãos que estavam padecendo na guerra. A escola em que ensinava precisou ser fechada, para se transformar num campo de refugiados. Ainda assim, ela demonstrou consciência e convicção sobre os afazeres que tinha fora das paredes de sua casa. Persistiu em continuar ensinando as crianças, englobando as que estavam chegando como refugiadas.

> Perguntei a diretora se elas poderiam ser transferidas, mas ela olhou para mim e riu. Nós somos a última escola que resta. Todas as outras de Umuahia já se tornaram acampamentos de refugiados ou campos de treinamento". "Vou organizar umas aulas no meu quintal", disse Olanna (ADICHIE, 2008, p. 333).

Ao convocar Ugwu e a professora Muokelu, a professora universitária deu a oportunidade a um jovem, que cresceu numa aldeia simples, de comprovar que era capaz de mudar o mundo através do estudo e do ensino.

---

[20] Espécie de mandioca.

> Nós vamos dar aula de matemática, inglês e educação cívica todos os dias", falou Olanna [...]. "Temos de garantir que, quando a guerra tiver terminado, todos estejam preparados para entrar numa escola regular. Vamos ensinar eles a falar um inglês perfeito, e um *igbo* perfeito, como Sua Excelência. Vamos ensinar a eles a ter orgulho de nossa grande nação" (ADICHIE, 2008, p. 340).

É possível compreender, pela análise das ações dessa personagem em todo o romance, que a educação foi uma ferramenta primordial na construção de sua emancipação como mulher, das amarras da subalternização da sociedade patriarcalista. Assim como o estudo foi um instrumento libertador para Olanna, ela pode proporcionar isso para os pequenos biafrenses, instigando-lhes a consciência de que eram capazes de promover um futuro melhor para a sua nação. Desse modo, Olanna alimentou ainda mais a cultura *igbo*, onde se acredita que a instrução é um caminho proveitoso para a liberdade. Pode-se concluir, então, que a grande arma de guerra usada por Olanna foi a educação.

Enquanto isso, do outro lado da região do Sul da Nigéria, Port Harcout estava sendo invadida pelos nigerianos, forçando a saída de Kainene e Richard às pressas. No momento em que os empregados estavam ajudando a colocar suas malas no carro, eles sofreram um ataque aéreo, que ceifou a vida de um dos ajudantes.

> Então, veio um assobio frio de um morteiro cruzando os ares, o estrondo da aterrissagem e o barulho da explosão. Richard apertou Kainene contra si. Um estilhaço do tamanho de um punho fechado passou raspando. Ikejide ainda estava correndo e, enquanto Richard desviava o olhar, um instante, a cabeça de Ikejide desapareceu. O corpo ainda corria, arqueado de leve para a frente, os braços balançando, mas não havia cabeça (ADICHIE, 2008, p. 369).

Essa foi a primeira vez que Kainene apareceu no romance presenciando de perto as atrocidades da guerra. Até então, ela foi descrita acompanhando os rumores sobre o destino do país de longe. Não que havia deixado de se importar, mas é que de onde ela estava não havia como sentir as dores da violência causada pelos nigerianos. Ela passa a se dar conta da gravidade da

situação a partir da morte de seu empregado, vítima de uma bomba aérea, que não escolhe seu alvo. A partir daí há uma espécie de esvaziamento da perspectiva que ela estava tendo de tudo aquilo. “Você está bem?, perguntou Richard. Ela não respondeu. Havia um estranho vazio em seu olhar. Richard não sabia ao certo o que fazer. Sacudiu-a suavemente, porém o olhar vazio continuou” (ADICHIE, 2008, p. 369). Após esse terrível acontecimento Kainene passou a perceber que tinha um papel importante a desempenhar pelo seu povo. Ela se torna fornecedora de alimentos para os refugiados.

> Vou eu mesma distribuir a comida aos refugiados, e pedir ao Centro de Pesquisa Agrícola um pouco de bosta”, disse ela a Richard. “Bosta?”. “Esterco. Podemos começar a plantar no campo. Podemos fazer nossa própria proteína, feijão de soja, akidi”. “Ah”. “Tem um homem de Enugu com um talento fantástico para fabricar cestos e luminárias. Vou pedir para que ensine aos outros. Podemos até lucrar com isso. Podemos realizar algo significativo, aqui! E vou pedir à Cruz Vermelha que nos mande um médico toda semana (ADICHIE, 2008, p. 370-371).

Kainene sempre foi uma mulher de negócios bem sucedida, afinal ela administrava os bens de seu pai, que era um dos homens mais ricos da Nigéria. Sua atuação nesse meio possibilitou a ela um vasto conhecimento, tinha contatos importantes que poderia mobilizar para direcionar ajuda aos biafrenses. Com isso, os refugiados e as suas necessidades passaram a ser prioridades no cotidiano dela. “Havia um vigor quase maníaco nela, na forma como saía todos os dias para o campo de refugiados, na exaustão, sombreando seus olhos quando voltava para casa, à noite” (ADICHIE, 2008, p. 372). Tendo isso em vista, a intrepidez e a determinação de Kainene foram elementos essenciais para que ela garantisse não apenas a sua sobrevivência, mas também a do seu povo.

No decorrer dos dias, as coisas foram ficando cada vez mais difíceis e as irmãs decidem morar juntas. Olanna já estava cansada, sem notícias de Ugwu que estava no campo de batalha. O rapaz estava sendo seu grande companheiro nas tarefas que estava desempenhando na guerra. Odenigbo já

não a apoiava, estava cada vez mais afundado no alcoolismo, totalmente alheio à toda a luta. Além disso, para piorar o relacionamento com Olanna, ele a traía constantemente com uma moça do cortiço, onde estavam instalados. Assim, decidindo não dar importância a essas questões, as irmãs notam que haviam coisas mais importantes para se preocuparem, ou seja, a necessidade de seu povo.

Sem alimento para os refugiados, Kainene, na sua audácia, resolve negociar com os nigerianos. Estava disposta a enfrentar o inimigo diretamente para garantir a sobrevivência de seu povo. Ocorre que nesse trajeto Kainene desaparece. O romance se encerra sem a resolução desse mistério. Pode-se interpretar esse fator da seguinte forma: Kainene sumiu dias antes do fim da guerra, onde os biafrenses foram dominados pelos nigerianos. Ao desaparecer, Kainene representa também o apagamento de uma nação, que por 30 meses lutou com afinco por sua pátria. Com o fim da guerra, o futuro dos biafrenses agora seria incerto, assim como o de Kainene. Como indica o significado de seu nome: *o que Deus reservará para nós*?

Por fim, tem-se, de um lado Olanna, a emoção e a alma biafrense, e do outro, a razão e a ousadia *igbo*, Kainene. Chimamanda apresenta essas duas personagens como forma de deslocar o olhar masculino da guerra, para trazer a experiência feminina, como também elemento importante atrás das trincheiras. Olanna e Kainene foram os grandes generais da Guerra de Biafra, no sentido de sentir, viver e lutar pela permanência de Biafra. Como afirmam Rosilda & Zuleide (2014), “a emergência da escrita feminina traz à cena uma realidade diferenciada, filtrada pelo olhar feminino, donde não escapam detalhes como a condição da mulher, das crianças, dos doentes e dos velhos abandonados na terra devastada pela guerra” (p. 2). Daí a importância de *Meio Sol Amarelo* (2008) ao compartilhar o olhar feminino sobre as questões que geralmente são colocadas à margem dos relatos de guerra, como o papel da mulher e das famílias durante os conflitos civis.

Ao atrelar as questões suscitadas neste tópico aos apontamentos de Margarida Calafate Ribeiro (2004), parte-se da constatação de que no âmbito da construção dos discursos históricos, sociológicos e literários tem-se

reconhecido que a guerra não se constitui apenas por homens. As mulheres também merecem ser reconhecidas pela sua atuação.

Calafate (2004) aponta que a constatação da crise do princípio da masculinidade que constitui a guerra, encontra-se em discussão em algumas perspectivas historiográficas. Nesse entendimento, surge o reconhecimento da percepção feminina da guerra como uma fonte esclarecedora e enriquecedora para um conhecimento mais amplo sobre ela. “Na nossa história muito recente, o papel da mulher na guerra tem vindo a ser alvo de discussão não só pela sua entrada no campo de batalha, [...] como também enquanto primeira vítima e primeiro alvo de massacres” (CALAFATE, 2004, p. 11).

As guerras coloniais em Portugal constituíam-se em um ambiente de reafirmação dos ideais masculinos, onde o homem batalhava pela proteção da mulher e da criança. As lutas também serviam como teste de masculinidade, baseada na noção popular de que a guerra tornaria os meninos homens. Simbolicamente, o papel da mulher estava atrelado à noção do retorno do homem a paz do lar.

> Mas são delas – mães, irmãs, mulheres, namoradas – os rostos crispados pela dor nas despedidas do cais do embarque, são delas os rostos de alegria e alívio no cais da chegada, são delas as horas de aflição com os filhos na mira de uma possível viagem para África para reencontrar o marido, são delas as rezas e as promessas nas peregrinações ao Santuário de Fátima, são delas os rostos absortos e magoados nas cerimônias das comemorações do dia de Portugal, onde lhes era entregue uma condecoração a título póstumo, atribuída àqueles que elas esperavam, e não chegaram (CALAFATE, 2004, p. 10).

Por conseguinte, na sociedade portuguesa a mulher exercia a função fundamental de apoio e assistência durante a guerra. Calafate (2004) afirma que apesar de ter sido dever da mulher portuguesa assistir, educar e construir fundos, ela precisou ir além, teve que “assistir ao embarque dos soldados, assistir aos feridos, assistir as famílias dos mobilizados, assistir na medida do possível aos que ficavam dramaticamente presos nas fronteiras “ (p. 14). No

entanto, Calafate (2004) adverte que houve um grupo de mulheres destoante de tais padrões atribuídos ao papel que caberia a mulher na guerra.

> A guerra alterou as relações entre os dois sexos de forma significativa, no domínio público, ao deixar as mulheres entrar para o mercado de trabalho com uma segurança nunca antes conhecida, e no domínio privado, ao quebrar tabus e transformar as relações entre namorados, entre marido e mulher (CALAFATE, 2004, p. 24).

Nesse caso, a teórica observa que ao retornar da guerra, a mulher já não era a mesma, não se encaixava nos antigos costumes atribuídos a ela. Assim, as experiências que tiveram de acolher e assistir, mas de também de ensinar, levaram a mulher a perceber outras perspectivas sobre a guerra, tendo em vista a noção de poder que a constituía.

> Nunca se volta ao ponto de partida. Ao deslocar a mulher das margens silenciosas onde se colocava para o centro da análise, ou melhor, para uma posição analítica da guerra como um fenômeno masculino e feminino, a história das Grandes Guerras ganhou uma dimensão e uma complexidade que obrigou a uma reescrita da história, o que simultaneamente contribuiu para que as histórias de muitas outras guerras que então se seguiram começassem a produzir um outro olhar, dentro dos vários olhares sobre as guerras (CALAFATE, 2004, p. 10).

Nesse sentido, a guerra proporcionou a transformação dessas mulheres e as levou a uma consciência de emancipação de suas antigas funções. “Por isso, ver a guerra como uma atividade exclusivamente masculina é contar apenas uma parte da história” (CALAFATE, 2004, p. 27).

Ao aliar o romance de Chimamanda Adichie (2008) a essas reflexões de Margarida Calafate (2004), tem-se a importância de se valorizar a experiência e percepção feminina no âmbito dos conflitos civis, tendo em vista uma concepção mais ampla dos acontecimentos. Portanto, a discussão levantada em *Meio Sol Amarelo* aponta para o entendimento de que a guerra não está restrita ao campo de batalha, ocupado essencialmente por homens. Existe o

outro lado, o de quem fica, espera, cuida. Como afirma Burness (2007), “as mulheres são os soldados que erguem a bandeira da justiça” (p. 407), por isso, precisam ser ouvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meio Sol Amarelo destaca-se, nesta pesquisa, como portador de questionamentos, inquietações, resistência e contraposições do africano para com a implacável força ocidental. Não sendo bastante, o romance coloca a frente do leitor uma guerra civil que não se compadeceu com a vida humana, matando de fome milhares e milhares de crianças *igbos*, para citar alguns dos indivíduos que morreram. Trazendo à cena os impactos coloniais na Nigéria, Chimamanda utiliza os mesmos mecânicos que o homem branco usou para deturpar a África e os seus, como a escrita romanesca, para traçar um percurso em que coloca no centro a voz do africano. Símbolos de resistência, Olanna, Kainene, Odenigbo e Ugwu, são personagens que desmascaram a suposta supremacia branca e revelam uma África autêntica, consciente, forte e resistente.

Não obstante, a narrativa aborda todas essas concepções colocando a mulher em destaque. Afinal de contas, não adianta mostrar um africano capaz de se autogovernar e convicto de seus valores históricos e culturais, se em muitas culturas de África há o desmerecimento da mulher, tratada como ser insignificante e subalterno. Por muito tempo as práticas de subalternização da mulher nigeriana pela cultura *igbo* restringiu seu papel social a um pequeno espaço, como o do casamento, sem poder de decisão e sem voz, reduzindo-se a mero apêndice do seu homem/dono. Comumente, a mulher era moeda de troca e não raras vezes, saco de pancadas para conforto do homem, que tanto a usava para alívio das necessidades sexuais, como para descarregar iras e frustrações.

Meio Sol Amarelo (2008) contraria esta visão, trazendo duas protagonistas, Olanna e Kainene, que transgridem os aspectos tradicionais que subjugam a mulher *igbo*. A grande denúncia suscitada pelas ações dessas personagens a respeito da situação da nigeriana-*igbo* é de que mesmo estando numa sociedade livre da dominação colonial e ocupando uma posição social importante, continuam sendo alvos da subalternização patriarcal.

Ao desmistificar esta situação, a autora, Chimamanda Adichie (2008) apresenta duas mulheres que se sobressaem num contexto caótico, que caracterizou a Guerra de Biafra na Nigéria pós-independente. Há um enaltecimento da mulher *igbo* através dessas personagens que se transformaram nos grandes generais da guerra, tomando a frente na ajuda a seu povo, que estava sendo massacrado pela violência e pela fome, arma mortal na guerra entre etnias, em que uma delas era apoiada pelas grandes potencias e a outra foi massacrada até a destruição. Ao contrário do que apregoa a visão conservadora, demonstram-se mulheres fortes, que dominam o rumo de suas vidas, dispostas a combater qualquer prática de subalternização.

O romance, além de propor uma revisitação ao passado histórico dos *igbos*, propõe uma nova maneira de pensar a situação da mulher, longe dos aspectos culturais que tentam subjugá-la. Com o desfecho inacabado da narrativa, Adichie (2008) parte da reflexão sobre a história de seu povo, escamoteada pelo Ocidente, para pensar num futuro diferente para a África, onde todos possam ter direito à voz. Por fim, mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas pela mulher, seja a *igbo*, ou de qualquer outra cultura, vale mencionar um pensamento conhecido em grande parte do mundo, que é apresentado em *Meio Sol Amarelo*: “os problemas não podem nos derrotar, na verdade eles nos tornam seres mais fortes e sábios”.

Em suma, o grande ponto ressaltado nesta pesquisa é que a literatura africana escrita pelas mãos de uma mulher precisa e merece mais reconhecimento na sociedade, não apenas pelo seu valor artístico, mas também atentando para a sua função social, como modelo de denúncia e resistência aos sistemas opressivos, que insistem em manter a voz feminina amordaçada.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADEDEJI, Ebenezer. A problemática do amor e do casamento na literatura africana escrita pela mulher. In: Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 409-420.

ADICHIE, Chimamanda. *Meio Sol Amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Hibisco Roxo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

_____. *A Coisa à Volta do teu Pescoço*. Portugal: Dom Quixote, 2012.

_____. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: _____; BASTOS, C. M; FELDMAN-BIANCO, B. (Orgs). *Trânsitos coloniais:* diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: ICS, 2002. p. 25-37.

ALVES, Rosilda; DUARTE, Zuleide. A mulher moçambicana e sua relação com a guerra em Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiaziane. *Mulemba*. N. 10. UFRJ. Rio de janeiro. 2014.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BETTS, Raymond. A dominação européia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Orgs.). *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 353-375.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: _____. *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 01-20.

BONNICI, Thomas. O Pós-colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura. Maringá: Eduem, 2000.

_____. Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007.

BURNESS, Donald. A revolta das mulheres no leste da Nigéria em 1929 e The Cassava Ghost, de Ezenta Eze. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 405-408.

CALAFATE, Margarida. África no feminino: as mulheres portuguesas e a guerra colonial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N. 68. 2004. Disponível em: http://rccs.revues.org/1076. Acesso em: 30/09/2016.

CANALE, Jean Suret; BOAHEN, Adu. A África Ocidental. *História geral da África, VIII*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2011. p. 191-226.

CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas*. Editorial Estampa: Portugal, 2000.

CROWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. *História geral da África, VIII*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2011. p. 89-121.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea*: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2012.

DUARTE, Zuleide. De fomes e máculas. *Guará*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 77-86, jan./jun. 2012.

_____. Dissimular para sobreviver: a cumplicidade do silêncio. *Via Atlântica*, São Paulo, N. 23, Jun/2013.

_____. Dissimular para sobreviver: estratégias de resistência. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Vol. 5, n° 10, Abril de 2013.

F. DE BONNEVILLE. *A Guerra de Biafra*. Lisboa: Editorial Início, 1968.

FORSYTH, Frederick. *A História de Biafra:* O Nascimento de um Mito Africano. Rio de Janeiro: Record, 1969.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. *A History of Nigeria*. London: Cambridge University Press, 2008.

FERGUSON, Niall. *Império*: como os britânicos construíram o mundo moderno. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FORNOS, José Luís Giovanoni. Contribuições da Crítica Pós-colonial aos Estudos de Literatura Comparada. *Revista Língua e Literatura*. v. 13. n. 20. p. 13-35.

GUEYE, M'Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Orgs.). *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 129-166.

Há 55 anos morria o líder congolês Patrice Lumumba. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/22307.pdf. Acesso em: 15/07/2016.

HAMILTON, Russell. A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial. *Via Atlântida*. n. 3, Agosto, 1999. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/48809/52884. Acesso em: 02/03/2016.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula*: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*: ensaio sobre as doenças mentais. Campinas, Papirus, 1993.

LARANJEIRA, Pires. O feminino da escrita: espinhoso marfim. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 527-534.

LE GOFF, Jacques. História. In: *Enciclopédia Enaudi*: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 158-259.

MATA, Inocência. *Ficção e História na Literatura Angolana*: o caso de Pepetela. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

_____. *A Literatura Africana e a crítica pós-colonial*: reconversões. Luanda: Editorial Nzila, 2007a.

_____. Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007b. p. 421-440.

MAZRUI, Ali. Introdução. *História geral da África, VIII*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2011. p. 01-29.

OPOKU, Kof Asare. A religião na África durante a época colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Orgs.). *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 591-624.

PADILHA, Laura. Bordejando a margem: escrita feminina, cânone africano e encenação de diferença. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 469-486.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Formas e usos da negação na ficção histórica de José Saramago. In: CARVALHAL, Tania Franco; TUTIKIAN, Jane. *Literatura e história*: três vozes de expressão portuguesa. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 101-118.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [On-line]*, Debates, Puesto en línea el 28 de enero 2006. Disponível em: https://nuevomundo.revues.org/1560. Acesso em: 10/06/2016.

PRAXEDES, Walter. Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 7, nº83, p. 01-07, abril de 2008.

RAINHO, Patrícia. A escrita no feminino e a escrita feminista em Balada de Amor ao Vento e Niketche, uma história de poligamia. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Orgs.). *A mulher em África*: vozes de uma margem sempre presente. Lisboa: Edição Colibri, 2007, p. 520-525.

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Orgs.). *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 51-72.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SANCHEZ, Daniel Pellegrim; BRANDÃO, Ludmila. *Colonialidade da Arte*. Disponível em: UFMT2http://www.humanidadesemcontexto.com.br/resources/anais/3/1415461221_ARQUIVO_HumanidadesemContexto_DanielPellegrim_Final.pdf. Acesso em: 4/07/2016.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África*: Pré-história ao século XVI. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade?. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 1994. p. 187-205.

_____. *Crítica de la razón poscolonial*: hacia una historia del presente evanescente. Madrid: Akal, 1999.

_____. *Pode o Subalterno Falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

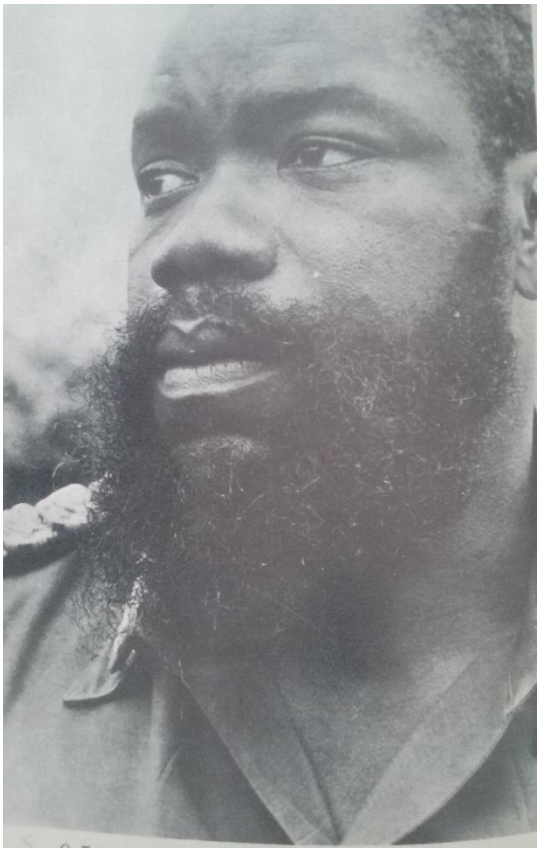
UZOIGWE, Goldfrey. Partilha européia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Orgs.). *História geral da África, VII*: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-50.

ANEXO 1

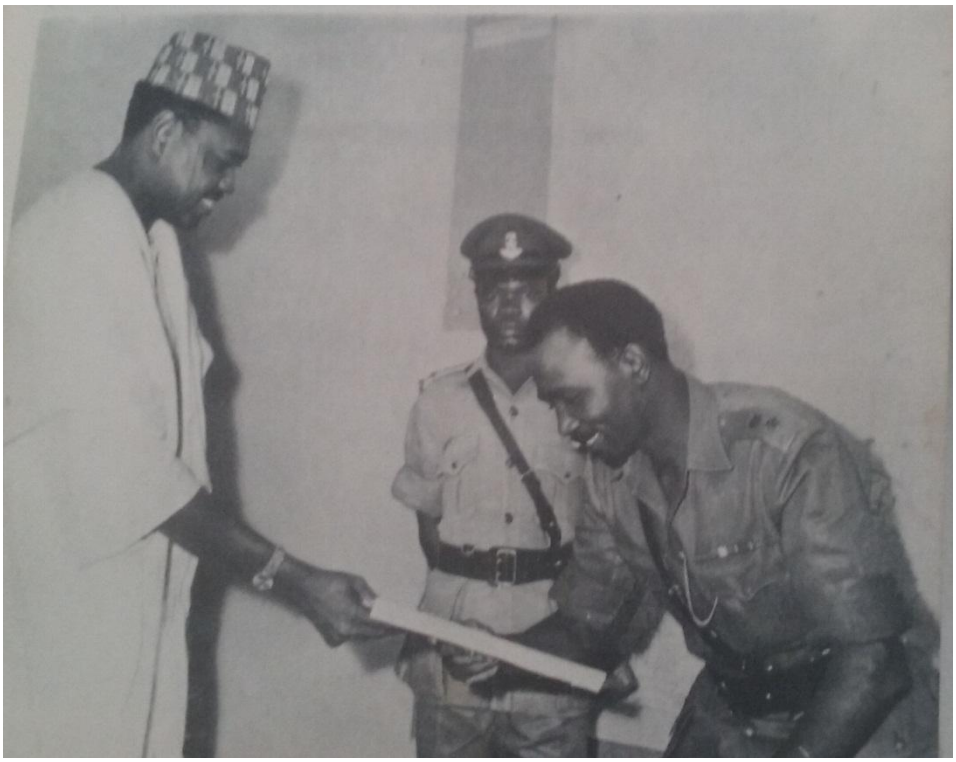
IMAGENS REAIS DA GUERRA DE BIAFRA, EXTRAÍDAS DO LIVRO A GUERRA DE BIAFRA, DE F. DE BONNEVILLE

Mulher igbo queimada viva, por haussás.

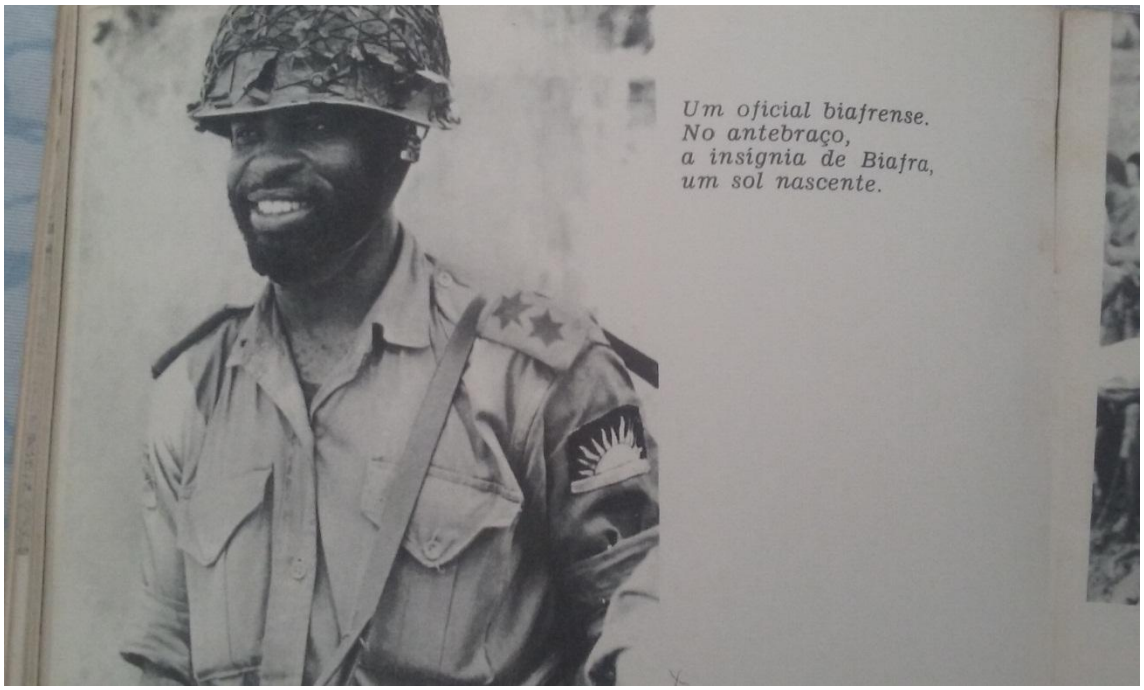
Crianças biafrenses sofrendo com a fome.

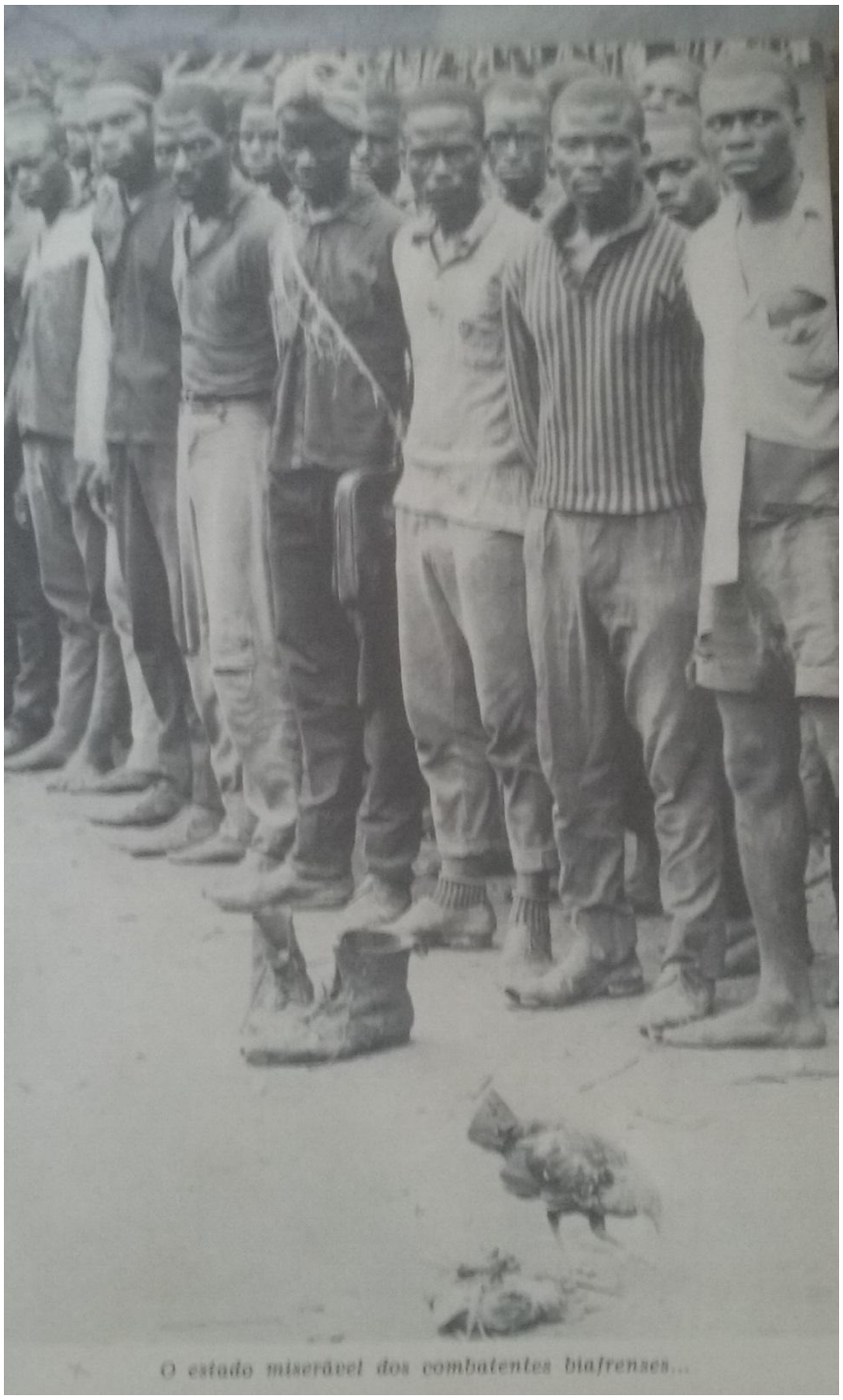


Tenente Ojkwu, presidente de Biafra.



Coronel Gowon, presidente da Nigéria.





Estado precário em que combatiam os soldados biafrenses.